



UNIVERSIDADE de AVEIRO



Câmara Municipal
de Aveiro

Aveiro:

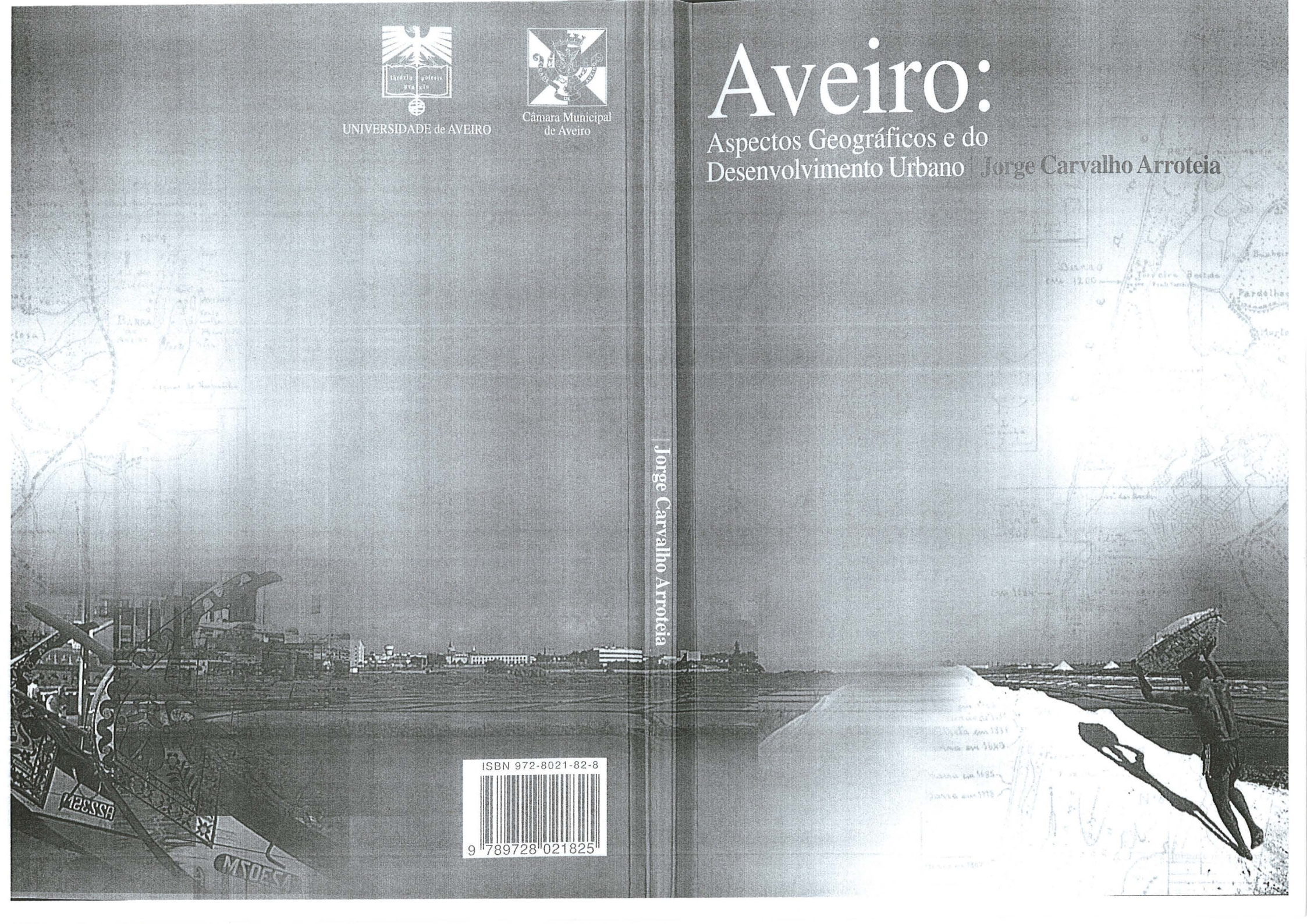
Aspectos Geográficos e do
Desenvolvimento Urbano Jorge Carvalho Arroiteia

Jorge Carvalho Arroiteia

ISBN 972-8021-82-8



9 789728 021825



Ficha Técnica

Título

AVEIRO: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Autor

JORGE CARVALHO ARROTEIA

Artes Gráficas e Serviços de Pré-Press



Impressão

TIPAVE, INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE AVEIRO

Edição

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Campus Universitário de Santiago, 3810 Aveiro

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

Praça da República, 3810 Aveiro

2.ª Edição

MAIO DE 1999

Tiragem

500 EXEMPLARES

Depósito Legal

138085/99

ISBN

972-8021-82-8

CDU

908

Catálogo recomendada

Arroteia, Jorge Carvalho
Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano/Jorge Carvalho Arroteia. — Aveiro:
Universidade de Aveiro, 1999. — 2.ª ed. — 136 p.: il.
ISBN: 972-8021-82-8

1. Aveiro (cidade) — História 2. Aveiro — Desenvolvimento urbano 3. Aveiro — Geografia
urbana 4. Aveiro — Morfologia urbana 5. Aveiro — Demografia 6. Universidade de Aveiro
CDU: 908

AVEIRO: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Jorge Carvalho Arroteia



UNIVERSIDADE DE AVEIRO

1999

Breve introdução

Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano, assim intitulou Jorge Arroiteia, o trabalho que ora dá à estampa. No seu *curriculum*, porém, não é este o primeiro estudo que elegeu no âmbito da Geografia Urbana. Curiosamente, se neste trata de uma cidade de situação penemarática actual — mercê da evolução dos condicionamentos físicos — mas inicialmente nascida na foz do Vouga e na imediata ligação com o mar, como Aveiro, já no primeiro trabalho do mesmo tipo de que se ocupou, foi também uma cidade nascida junto ao mar, como inicialmente Aveiro, situada junto à foz de outro rio, o Mondego.

A quadros iniciais semelhantes, evoluções diferentes e não só física e morfológicamente.

Não me admirava nada que Jorge Arroiteia, como que saudoso, tivesse *regressado* a uma temática que certamente o marcou e não só porque aquele primeiro trabalho, posteriormente publicado em 1986, fora o tema da sua dissertação de Licenciatura em Geografia, mas porque, como Professor na Universidade de Aveiro, sentiu pela cidade que o acolheu e onde desenvolve a sua actividade de docência e de investigação uma atracção natural, criando-lhe o desejo de não só conhecê-la melhor, quicá mais profundamente e, sequentemente, transmitir aos outros, seus concidadãos por opção, e como serviço prestado à comunidade, o esforço do seu trabalho de investigação. Mais significativamente ainda, como escreve, *em simultâneo move-nos o desejo de prestar uma homenagem aos seus moradores e a todos os que contribuíram (ou têm contribuído) para o seu desenvolvimento*.

Mas, é evidente que aqui há que registar antes de mais o amadurecimento não só dos temas, mas essencialmente o à-vontade metodológico com que os manuseia. Com a consciência clara de que se trata de uma monografia, reconhece-lhe e anuncia o cariz sectorial *centrado fundamentalmente na apreciação dos aspectos geográficos e morfológicos da cidade de Aveiro e dos factores do seu desenvolvimento*.

Este trabalho de Jorge Arroiteia, aliás como vários outros, tem uma forte componente pedagógica no plano daquilo a que poderá chamar-se a divulgação científica. Não se trata de um *visto, lido e respigado* ou um texto onde se aligeira a atitude e o processo de teorização para se cair numa enumeração descritiva de factos e de factores. Pelo contrário, respeitando os dados, ressalta todo um esforço de equacionamento do que é fundamental e se desliga do registo do supérfluo e do superficial. Sente-se a cada página — o que é importantíssimo — o espírito crítico e, ao mesmo tempo, a humildade científica de todo o homem de ciência digno dessa classificação.

Elaborado através do próprio conhecimento da cidade, baseado no acervo de materiais recolhidos e elaborados por uma plêiade notável de Aveirenses, escorado no esforço teórico dos especialistas — em que se destacam os Geógrafos como ele, o que é natural — Jorge Arroteia dá-nos um livro, pequeno embora mas denso e rico, quer de informações, quer de linhas abertas a futuras pesquisas e novas reflexões. E não se diga que tem exclusivamente um sentido historicista pois que as raízes do vigor e força de uma cidade, enquanto um espaço vivo e vivido em contínuo devir, só é compreensível no seu percurso e na suas dinâmicas próprias quando se mergulha nos porquês da sua história geo-humana, se encontram as bases da explicação dos factos que hoje mesmo, diariamente assoberbam, simples cidadãos ou, dentre estes, aqueles que por eleição são mais que seus representantes, seus responsáveis como autarcas.

Tem todos estes méritos o livrinho de Jorge Arroteia. Permita-se-me que sublinhe ainda e em destaque, o papel que equaciona e reconhece à jovem Universidade de Aveiro, cuja existência é uma espécie de corolário — e ao mesmo tempo uma mais-valia — do desenvolvimento da cidade de Aveiro. Dir-se-ia que a Escola se configura com o carisma da cidade, faz parte da sua *respiração* própria, como se fora um pulmão novo que aí tivesse sido implantado, alargando os horizontes futuros da cidade e do seu *hinterland*.

Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano, como Jorge Arroteia o intitulou, é um trabalho sério que não só deve ser tido como pertinente, mas ainda ser lido e reflectido, enfim, para bem da Ciência, mas também da própria cidade a que foi dedicado pelo seu Autor.

Coimbra, Janeiro de 1998

J. M. Pereira de Oliveira

(Professor Catedrático de Geografia —
Fac. de Letras da Universidade de Coimbra)

À Mariana Isabel e Nuno Filipe

ÍNDICE

Introdução

1. O fenómeno urbano em Portugal	13
2. Aveiro e os factores de crescimento	16
3. Metodologia e fontes	18

I — O *sítio* da *vila* de Aveiro, como actor da história

1. Traços físicos	23
2. O povoamento litoral	27
3. A <i>vila</i> de Aveiro	29
4. A vida económica local	31
5. Traços da ocupação do espaço	32

II — De *vila* a cidade: a importância dos factores marítimo e portuário

1. O alargamento do núcleo da <i>Vila Nova</i>	39
2. Os sinais de crise	43
3. Traços da ocupação humana	48
4. A elevação a cidade	53
5. Nota sobre a população no <i>antigo regime</i>	60

III — As acessibilidades e a industrialização-urbanização

1. O arranque da industrialização	67
2. A mancha urbana	74
3. Aspectos de natureza demográfica	77
4. Relance sobre as actividades económicas dominantes	82

IV — Os fenómenos de terciarização e a expansão urbana

1. A <i>centralidade</i> de Aveiro	89
2. O Ensino superior: do projecto à concretização	92
3. A Universidade de Aveiro	97
4. Sobre a população estudantil	102
5. A instituição universitária e a cidade	103

Nota final	111
------------------	-----

Fotografias	119
-------------------	-----

Bibliografia	129
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

Mas a minha cidade mudou. As casas subiram até alturas impensadas. As ruas são de asfalto, mas proibitivas. O perigo espreita a cada esquina o momento da nossa distração. O som lúgubre da sireia das ambulâncias não deixa perceber já a proximidade do mar. Afastou as aves dos beirais.

Vasco Branco; 1993; 37

1. O fenómeno urbano em Portugal

A expansão do fenómeno urbano em Portugal registado nas últimas décadas, por razões de desenvolvimento económico e das mudanças sociais, tem sido objecto de diversos estudos centrados no espaço e nas formas de crescimento das cidades, na estrutura e nas funções desempenhadas por estas novas formas de povoamento que se têm afirmado como uma consequência do fenómeno de industrialização e do aumento das relações entre os habitantes de um determinado território (cf: Salgueiro; 1992 e a extensa bibliografia dedicada a este assunto). Não admira por isso que, confrontados com o alargamento crescente do centro urbano de Aveiro, das funções que desempenha e das relações que animam o seu espaço envolvente, nos tenhamos questionado sobre a importância dos factores naturais, humanos, sociais e culturais que têm condicionado a vida deste aglomerado e as causas da sua evolução recente. Em causa está não tanto o estudo da *paisagem* urbana ou das *funções* que lhe dão vida, mas sim analisar e compreender os aspectos mais relevantes que têm marcado este *facto artificial* que é a cidade, *resultado de acções humanas conscientes e voluntárias* (cf: Oliveira; 1973; 7).

A consulta dos mais diversos documentos relativos à história de Aveiro acentuam a importância dos factores naturais que se prendem com as actividades humanas, marítimas e portuárias, determinantes do seu crescimento mas sempre dependentes dos condicionamentos impostos pelo rio Vouga e pelo estado da sua barra. Por esta razão, difícil se torna encarar esta cidade, do ponto de vista geográfico, sem atender à natureza e extensão da laguna que a cerca, bem como à centralidade deste aglomerado, relativamente às principais vias de comunicação e aos centros urbanos que a rodeiam. Tais razões levam-nos a realçar não só a importância de determinados factos sociais que se manifestaram ao longo da vida desta povoação mas, igualmente, a sua relação com outros factores, principalmente com os de ordem natural, que têm determinado a sua evolução.

Nestas circunstâncias, reflectir sobre Aveiro obriga-nos a um trabalho penoso que atenda, por um lado, aos aspectos relacionados com o crescimento da população e das suas ocupações e, por outro lado, aos factores geográficos e locativos que têm marcado a marcha das suas actividades, não só num passado remoto e longínquo (ligados essencialmente à afirmação do burgo primitivo), mas ao longo das épocas mais próximas que ditaram os seus ritmos de crescimento.

Como sucede em muitas outras cidades ligadas ao mar, o conhecimento geográfico de Aveiro lembra-nos, por vezes, o enunciado das teses mais *deterministas* de Ratzel (cf.: O. Ribeiro; 1970; 72) que nos fazem crer que o homem (e as suas actividades) é (são), sobretudo, um produto do meio onde vive. De facto, se é certo que o peso desse *determinismo geográfico* está presente na vida de Aveiro, nas actividades das suas gentes e nas suas manifestações sociais, económicas ou mesmo culturais, também é verdade que a *humanização* de toda a paisagem ribeirinha comprova essa longa e persistente acção do homem que aqui introduziu *transformações profundas e formas inteiramente originais* (ob. cit.; 74), nas suas relações e no domínio da natureza.

Esta acção, presente não só na utilização do solo mas na forma de organização do próprio espaço, tem vindo a mostrar como a cidade actual, embora mantendo alguns dos seus traços mais antigos (indiciando o peso das actividades marítimas e portuárias), está a seguir um percurso diferente do que o seu passado milenar lhe parece ter ditado. A confirmá-lo está a sua evolução recente que tem vindo a manifestar a importância cada vez maior da civilização industrial e dos serviços característicos dos grandes aglomerados urbanos. Mesmo assim, continua a revelar-se, como determinante, o peso de alguns dos seus traços naturais sobre o comércio, os serviços, a inovação tecnológica e as questões ambientais ligadas ao mar, à ria e às suas relações com o meio circundante.

Particularmente difícil se torna abarcar num estudo de cariz monográfico, centrado fundamentalmente na apreciação dos aspectos geográficos e morfológicos da cidade de Aveiro e dos factores do seu desenvolvimento, todos os aspectos que têm concorrido para a sua afirmação. Mesmo assim, o nosso esforço parece-nos amplamente justificado, tendo em conta o ritmo e a evolução crescente deste centro, bem como o seu desempenho regional. Com efeito, à semelhança do que se tem vindo a verificar noutras áreas do território situadas entre os rios Minho e o Sado, o crescimento das principais aglomerações urbanas portuguesas tem-se intensificado durante a segunda metade do nosso século acompanhando todo um movimento complexo de desertificação interior, bem como a criação de diferentes actividades industriais e de serviços e a construção de infra-estruturas que têm sido edificadas em toda a faixa do litoral. Estes factores, aliados ao modelo de ordenamento físico do nosso território conhecido pela falência de soluções que não permitiram minorar as assimetrias estruturais dominantes na sociedade portuguesa, justificam o aumento da população residente nesta área do continente por via, quer da maior fixação da população local, quer da atracção de novos habitantes que para aqui se encaminharam à procura de melhores oportunidades de vida e de emprego. Globalmente estes factores contribuíram para o agravamento do fenómeno de *litoralização* do território e para a manutenção das assimetrias sociais, económicas e culturais, que persistem na época actual.

Não sendo um caso distinto dos outros centros urbanos situados nesta faixa litoral, Aveiro participou activamente nos processos de industrialização-urbanização e de terciarização crescentes que têm marcado a sociedade portuguesa ao longo da segunda metade deste século. Algumas razões estiveram na origem desta evolução.

A sua localização em solos dotados de alguma fertilidade e com larga tradição rural permitiu uma intensa exploração do solo que esteve na origem, durante séculos, das actividades de subsistência e de comércio que têm ocupado grande parte dos seus habitantes. E se as condições naturais — topográficas, climáticas e a natureza dos terrenos — o facilitaram, a possibilidade de incorporação do adubo orgânico extraído da *ria* (conhecido por *moliço*) melhorou significativamente as condições de fertilidade do solo e a actividade humana em redor da laguna, incentivando o povoamento dos areais menos férteis localizados no cordão dunar marítimo.

Por outro lado, em resultado da evolução do próprio território e da movimentação dos sedimentos transportados pelas correntes oceânicas, incrementaram-se novas actividades dentro do *haff lagunar* que ao longo de séculos se veio a consolidar. Foi o caso da pesca, da exploração do sal e do comércio interior, que contribuíram definitivamente para a evolução conjunta desta vasta região ribeirinha e de algumas das suas povoações principais.

Como centro de uma área de implantação industrial já antiga, Aveiro atraiu, nas últimas décadas, diversos investimentos que reforçaram as oportunidades de emprego nos sectores secundário e igualmente no sector terciário que ultrapassa, em muito, os serviços públicos e o simples comércio tradicional.

A estas novas condições e aos avultados investimentos aqui realizados directamente na construção de infra-estruturas rodoviárias, portuárias e urbanas, ou indirectamente através das transferências bancárias efectuadas pelas comunidades emigrantes residentes em diferentes locais do continente norte e sul americano ou mesmo na Europa, firmou-se nos anos setenta a implantação de um moderno *campus* universitário. Os seus reflexos não deixaram de se fazer sentir, sobretudo a partir da década seguinte, na evolução e na vida da aglomeração, acompanhando a consolidação e as actividades da própria Universidade.

A atracção de novos habitantes e de investimentos produtivos, formação de recursos humanos, estabelecimento de parcerias com a indústria, prestação de serviços e transferência de tecnologias para as unidades industriais sediadas na região parecem constituir os fundamentos necessários para uma nova etapa na vida da cidade. Com efeito, embora situado dentro do perímetro urbano mas suficientemente individualizado da malha urbana pré-existente, o novo *campus* universitário de Santiago tem vindo a constituir-se

como um novo pólo dinamizador de investimentos e de atracção para uma vasta população de professores, de funcionários e de alunos que têm sido atraídos pelo crescimento e consolidação desta nova instituição universitária.

Em complemento das acções anteriores a formação dos recursos humanos que se tem estado a realizar e a fixação destes quadros neste centro, ou na sua área próxima, surgem-nos como elementos facilitadores de uma nova etapa de desenvolvimento e de inovação (tecnológica, cultural e social) que até ao momento a sociedade aveirense não havia experimentado. Estas razões parecem justificar a configuração actual do centro urbano de Aveiro que, no seu conjunto, reflecte ainda *as condições naturais e históricas de ocupação do território e os movimentos da população* (Salgueiro; 1982; 59).

2. Aveiro e os factores de crescimento

Embora considerando com A. Girão (1941; 271) que *dando e recebendo, o centro urbano reflecte em cada época as condições de vida da região*, não é uma tarefa fácil reconstituir, mesmo com o auxílio documental ou de outros testemunhos históricos, todo o processo de crescimento e de consolidação desta cidade. Contudo, mais do que referi-lo em pormenor, pensamos, à semelhança de O. Ribeiro (1994; 141), que interessará destacar *na escolha do sítio, na estrutura ou no aspecto, as marcas das várias civilizações que presenciaram a sua longa vida*.

Como já foi notado, parece-nos que, em relação a esta cidade, a sua evolução urbana e social não se pode desligar do peso dos factores geográficos e naturais que a acompanham desde a sua formação. Em seguida, entendemos que a vida deste centro não pode ficar alheio a todo um processo de urbanização mais vasto, vivido no nosso país e pela sociedade portuguesa, identificado com a *litoralização* crescente do território. E no caso vertente, Aveiro experimentou, à sua escala, os mesmos fenómenos sociais, económicos e culturais relacionados com o declínio das actividades e da sociedade rural, da urbanização-industrialização, da mobilidade geográfica da população e do surgir de novas actividades e serviços — terciarização — que alteraram não só os padrões de distribuição dos habitantes no território e as suas ocupações mas também as funções urbanas e a capacidade de atracção-irradiação desta cidade.

Por outro lado, a presença do Ensino Superior, da sua população e dos equipamentos que lhe estão associados manifestam a influência crescente da Universidade e o seu peso no tecido urbano regional, conjuntamente com uma maior abertura e afirmação da comunidade local na sociedade portuguesa.

Conhecida como é a proximidade de Aveiro de outros centros urbanos com relevante passado histórico e influência regional, fica-nos o desejo de aprofundar não só os

traços fundamentais da sua área de influência mas também os aspectos particulares da sua evolução e as causas determinantes pela sua actuação. Não se trata de procurar, somente, as razões desta ou daquela etapa mais marcante do processo de crescimento urbano e da evolução da sociedade aveirense mas, sim, de realçar as causas — de natureza geográfica, histórica e cultural — que estiveram na origem dessa expansão ou que poderão ainda contribuir para a sua marcha nas próximas décadas. Parece-nos, no entanto, que embora sendo possível estabelecer um *continuum* no processo de crescimento urbano e social desta povoação, faltam-nos bastantes elementos (uns destruídos pelo tempo, outros arrasados pela incúria humana), que nos permitiriam conhecer melhor alguns factos determinantes da marcha desta aglomeração e da sociedade aveirense.

Mesmo assim, com base nos elementos recolhidos e na leitura dos diferentes testemunhos relativos ao seu passado histórico e evolução mais próxima, identificámos quatro grandes *pilares* indissociáveis de todo o processo de evolução urbana e de crescimento de Aveiro. Passamos a enumerá-los:

- a exploração das salinas, a pesca local e a exploração da terra, que acompanham o povoamento desta área, a consolidação do burgo primitivo e o seu desenvolvimento até finais do século XIV;
- a actividade comercial marítima e portuária, associada à pesca local e sobretudo à pesca longínqua, à salicultura e à indústria de construção naval, fortemente radicadas na vida desta povoação desde o século XV e que, embora sofrendo diversos reveses nos séculos seguintes, acompanharam a evolução e a consolidação de Aveiro como *cidade* até à abertura definitiva da barra no início do século XIX e ao arranque da sua industrialização. Estes factores, de expressão novamente recentes devido às obras encetadas e ao alargamento da área de influência do chamado *complexo portuário*, continuam a animar, hoje em dia, a vida económica local sendo determinantes para o seu fortalecimento;
- a criação de uma rede de transportes, rodoviária e principalmente a ferroviária, a que se associou um processo de industrialização e de expansão urbanas, facilitador das relações com os mercados (importação e exportação) e da mobilidade da população. Iniciado no final do terceiro quartel do século passado com a construção das primeiras estradas e do caminho-de-ferro, este crescimento mantém-se na actualidade devido às condições de *acessibilidade* (rodoviária e ferroviária) de Aveiro em relação aos principais centros urbanos do país ou mesmo ao interior da Península Ibérica;
- a *terciarização* progressiva da sociedade local, em resultado da industrialização-urbanização anteriores, da criação de novos serviços e da implantação do *campus*

universitário, tido como factor decisivo no encaminhamento de novos investimentos, na atracção de novos habitantes e na formação dos recursos humanos necessários aos processos de desenvolvimento e de inovação tecnológica.

Estes os factores principais que, em nosso entender, marcam a evolução milenar e urbana de Aveiro cujo substrato natural continua marcado por uma realidade geográfica (natural e humana) onde o mar se insinua *pelos canais retalhando a planície em cujo centro, como uma artéria, corre placidamente o Vouga* (Oliveira Martins. In Nemésio; 1978; 19) sem esconder, no entanto, a importância de outros contributos, locais e nacionais, regionais ou de âmbito internacional, que igualmente têm acompanhado o seu engrandecimento. Esquecê-lo seria tão desprezencioso como injusto, tendo em conta, não só a marcha dos fenómenos sociais (e *totais*) no seu conjunto, como a relevância de alguns dos seus actores mais proeminentes. E a história passada e recente de Aveiro diz-nos que os houve, em diferentes momentos, e com capacidades distintas de intervenção na vida política desta cidade.

3. Metodologia e fontes

A preparação de um trabalho, essencialmente de natureza geográfica, obrigou-nos à consulta de diversas fontes documentais, bem como ao cumprimento de um plano de investigação complexo, tendo em conta o pendor histórico de alguns desses elementos que contrastam com a natureza de algumas das observações mais recentes relativas à evolução e à vida desta povoação.

Tais dados serviram-nos, no entanto, de base a este texto que não pretende constituir-se, por si só, numa monografia exaustiva desta cidade, o que só um trabalho transdisciplinar e individualizado por épocas, ainda não realizado, facilitaria. Pretendemos, isso sim, dar mais um contributo para a compreensão da sua evolução actual, assente em testemunhos diversificados de natureza histórica, geográfica, demográfica, económica e cultural, que nos permita uma leitura longitudinal e articulada destes fenómenos e dos seus reflexos no espaço social e urbano que habitamos.

Em simultâneo, move-nos o desejo de prestar uma justa homenagem aos seus habitantes — *testemunho existencial de que a vida prossegue vigorosa* (Gaspar; 1997; 362) — e a todos os que contribuíram (ou têm contribuído) para o desenvolvimento do *burgo* aveirense.

Embora tendo utilizado diversas fontes, sobretudo de natureza documental e relativas a épocas distintas, pretendemos ainda realçar não só a actualidade dessas pesquisas, mas sugerir uma outra leitura dos fenómenos naturais, humanos e sociais que estiveram na origem da evolução desta povoação. Ainda que numerosos, alguns desses documentos merecem-nos especial atenção.

Destacamos, em particular, a colectânea de textos históricos (959-1516 e 1581-1792) compilados por António G. da Rocha Madahil, por ocasião das comemorações do *Milenário de Aveiro* (1959) e o *Calendário histórico de Aveiro*, preparado por António Christo e João Gonçalves Gaspar (1986). Estas obras servem-nos, principalmente, para a compreensão da evolução histórica de Aveiro. Complementarmente destacamos o trabalho de Marques Gomes (1889), *Subsídios para a História de Aveiro*, bem como a maioria dos artigos que preenchem os 42 volumes publicados do *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

A relação anterior deve ser completada com a investigação académica de Inês Amorim sobre *Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII* (1996), pelo roteiro sobre *Aveiro — História e Arte*, de Amaro Neves (1984) e por outros escritos do mesmo autor e de João Gonçalves Gaspar, sobretudo o seu último estudo: *Aveiro na História* (1997), relativos a temas da história local.

Outras obras são ainda referidas na bibliografia. Umas, dizendo directamente respeito a esta povoação e à sua evolução no tempo. Outras, ao fenómeno urbano em geral. No seu conjunto, estes testemunhos permitem-nos entender melhor não só a evolução da cidade e da sua população, das actividades que a têm animado e dos traços fundamentais da ocupação do seu território, mas acima de tudo as vicissitudes dos habitantes de Aveiro na sua luta insana contra o mar e o *enorme pólipio com os braços estendidos pelo interior desde Ovar até Mira* (R. Brandão), que os cerca.

I — O *SÍTIO* DA VILA DE
AVEIRO, COMO ACTOR DA HISTÓRIA

Quando estudamos a génese das cidades no passado, descobrimos que o que faz desabrochar o germe, o que lhe assegurou o desenvolvimento, foi geralmente a presença de um obstáculo.

Vidal de la Blache; 1954; 381

1. Traços físicos

Como defende O. Ribeiro (1994; 171), *tentar explicar uma aglomeração urbana é, antes de mais nada, inseri-la neste contexto complexo: posição no espaço, lugar que ocupa entre as suas congéneres, sítio onde se implantou*. Começemos por este último. No caso concreto da vila de Aveiro, verificamos que o sítio primitivo, localizado próximo da foz do rio Vouga, terá sofrido ao longo dos séculos profundas transformações relacionadas não só com a sua ocupação por diferentes povos que terão aportado a este local, mas também sobretudo, com a marcha do cordão litoral, as modificações do leito do rio Vouga e as vicissitudes da sua barra.

De acordo com as descrições mais antigas, o local hoje ocupado pela laguna de Aveiro era, pela fundação da nacionalidade, um vasto golfo marinho que se estendia muito próximo do local ocupado por Espinho, até às imediações da Serra da Boa Viagem, na Figueira da Foz (Fig. 1). Por acção dos ventos e das correntes marítimas foi-se alterando por via da deposição sedimentar que esteve na origem da formação da língua de areia que, correndo gradualmente para sul, se encontrava, por volta do início do século XIII, próximo do local da povoação da Torreira para, no início do século seguinte, atingir já as proximidades de S. Jacinto.

Prosseguindo na sua marcha devido aos fenómenos de sedimentação gerados pelo oceano e pelos depósitos fluviais transportados pela rede hidrográfica, no início do século XVII este *cabedelo* estaria bem para sul da Costa Nova e, no século seguinte, ultrapassara a zona da Vagueira e estendia-se já em direcção a Mira.

Tendo em conta esta evolução do litoral e contrariamente ao que sucede em muitas outras cidades portuárias localizadas estrategicamente na margem direita do rio que lhes dá vida, o burgo de Aveiro — *o oppidum fundado pelos fenícios junto ao Cojo* (Gaspar, 1997; 27) — assentou na margem esquerda do Vouga, ocupando um pequeno *esporão* sedimentar constituído essencialmente por terrenos mesozóicos mais consistentes em contraste com os depósitos cenozoicos que cobrem a parte litoral do território.

A análise da carta geológica da região dá-nos conta da existência de diferentes formações, principalmente de depósitos modernos constituídos por areias de praia e de aluvião, ou ainda de arenitos e argilas mais antigas, que cobrem as margens dos esteiros

que percorrem a povoação. Já os depósitos pliocénicos, constituídos igualmente por areias soltas e definindo os níveis dos 15 e 20 metros dos terraços litorais, estendem-se pela parte mais alta de Aveiro e de Esgueira, prolongando-se pelas povoações limítrofes. Os níveis superiores, dos 30-40 metros, embora denunciados pelas cotas actuais, correm a uma distância superior.

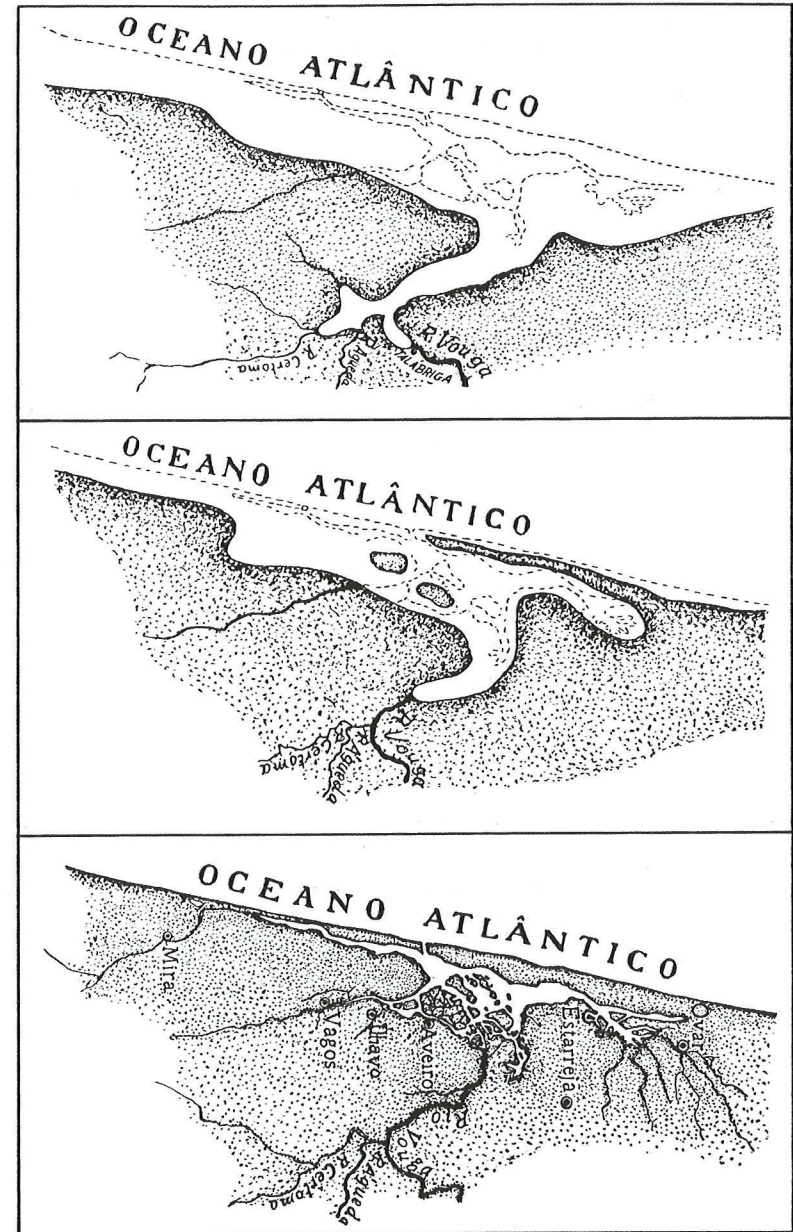
Note-se que a base dos depósitos anteriores é frequentemente formada por materiais cretácicos, principalmente do Senoniano (Cretácico Médio) ou já do Aturiano (Cretácico Superior), sendo os mais frequentes constituídos por argilas e arenitos. Outras formações mais antigas aparecem-nos sob a forma de calcários brandos onde estão entalhados os vales do Cojo e de Esgueira que formam as depressões mais importantes desta área urbana.

Quanto ao curso de água que banha esta povoação, o rio Vouga, estende-se por mais de uma centena e meia de Km, desde a Serra da Sr.^a da Lapa (Viseu) até à foz, ligando durante este seu percurso duas realidades distintas e bem contrastantes: o mar e a serra, a planície e a montanha, demarcada pelos contrafortes das serras de Talhadas, do Caramulo e do Buçaco que se estendem para o interior.

Durante esta travessia em que começa por vencer o isolamento próprio das zonas serranas, o leito do rio percorre desde terrenos graníticos, situados próximos da nascente, às formações xistosas que marcam parte do seu traçado até junto de Albergaria-a-Velha. Por isso este percurso apresenta as características de um curso de água de montanha, com desníveis acentuados, vales encaixados e um caudal bastante sujeito às variações pluviométricas. A partir daqui, a pouco mais de uma dezena de metros de altitude, equilibra o seu perfil até ao oceano. É nesta área terminal, dominada pelos terrenos brandos da orla meso-ceno-antropozóica, que o seu leito continua a recolher a carga de vários afluentes, entre os quais se destaca o rio Águeda.

Espraiando as suas águas por um vale amplo e marcado por uma intensa actividade humana, o rio Vouga constituiu-se como um importante meio natural de transporte fluvial, sobretudo de areias e demais sedimentos que recolhe na sua bacia hidrográfica, com cerca de 3.5 milhares de km² de extensão. Contudo, não os atirando directamente para o mar mas deixando parte depositados na laguna, tal constituiu mais um factor do assoreamento que ameaça a parte terminal do seu percurso.

Esta bacia apresenta manchas consideráveis de solos aluvionares, com boa aptidão agrícola, que estão na origem da agricultura, sobretudo da policultura intensiva e da pecuária, que contribuíram para o sustento da população local e ainda hoje estão bem representadas nesta sub-região litoral.



Navegável nesta parte terminal, o rio Vouga desempenhou também um papel preponderante no tráfego comercial entre Pessegueiro do Vouga e Aveiro e, utilizando os braços da *ria*, daqui até Mira e Ovar (antes da construção da linha férrea, quando através dela se fazia o transporte de passageiros e de mercadorias com destino ao Porto), permitindo um intenso tráfego entre as regiões serranas e a orla litoral, o norte e o sul da laguna.

No seu conjunto, este acidente geográfico, a *ria* de Aveiro, cobre uma área de cerca de 11.000 ha., dos quais cerca de metade estão permanentemente cobertos de água, estendendo-se numa extensão máxima de 45 Km de comprimento entre o Carregal (Ovar) e Mira e numa largura extrema de 8.5 km.

2. O povoamento litoral

A ocorrência de condições locais favoráveis às actividades lacustre e marítima e ao estabelecimento de uma vida de relação com outros povos, por via terrestre e por mar, estarão na origem do povoamento deste núcleo litoral, ocupando *uma reentrância da costa rochosa sobre o mar em que se desenvolvia uma espécie de outeiro* (Gaspar; ob. cit.; 16). Com a introdução da agricultura, este estabelecimento humano acabou por beneficiar da existência de solos férteis e de aluvião que cobriram os diversos cursos de água que convergiam para a laguna e para a bacia do Vouga.

Para além destas condições, propícias ao desenvolvimento da agricultura, a topografia local, favorecida por uma ampla exposição solar e aos ventos, bem como a natureza dos terrenos da laguna (de natureza pantanosa mas que, tornados impermeáveis, prestam-se à cristalização da água salgada), facilitaram o fabrico do sal. Por sua vez, o subsolo rico em argila (mesmo na periferia do velho *burgo*), deu origem ao aproveitamento de novas fontes de riqueza, como a exploração dos materiais argilosos que deram origem à complexa indústria do barro ainda hoje *ex-libris* desta região.

Note-se que a constituição branda dos calcários que formam o substrato rochoso da povoação (outora ainda visíveis no vale do Cojo e nas barreiras das Agradas), bem como a utilização da madeira e de materiais brandos nas edificações mais antigas, conjuntamente com os traços da própria evolução económica e social do povoado, não facilitaram a longevidade dessas construções nem a permanência de testemunhos ou de grandes construções de natureza histórica — militar, religiosas e outras — que possam testemunhar a antiguidade e o passado distante desta povoação milenar. E uma das marcas desses vestígios, as muralhas de Aveiro, construídas com calcário extraído possivelmente das encostas do Cojo, de S. Roque, de S. Tiago e doutros locais mais distantes, acabaram por ser destruídas e aproveitados os seus materiais para as obras da barra, levadas a cabo durante o século passado.

Figura 1 — Fases da formação da *ria* de Aveiro:

1. Reconstituição do litoral junto da foz do Vouga na época proto-histórica.
2. Desenho da *ria* de Aveiro em mapas antigos.
3. Configuração actual da *ria* de Aveiro.

Fonte: Girão (1941), p. 104.

A descrição anterior realçou o significado da implantação de Aveiro e do sítio que ocupou junto da foz do rio Vouga, bem como a sua localização em relação ao espaço circundante. Estas características têm estado presentes em todos os aspectos da vida da aglomeração, e também no estabelecimento das suas funções e na capacidade de organização do território.

Se atendermos então à sua localização espacial, verificamos que, em tempos mais recuados, esta situação *estratégica*, no contacto entre o mar e o rio ou já entre o litoral e as serranias do interior, e a sua localização *na confluência de várias linhas de comércio, muito próxima de estradas que atravessavam o País*, nomeadamente da *Estrada Mourisca* (Silva; 1997; 16), foram determinantes quer para a fixação do povoamento, quer para o incremento das actividades humanas relacionadas com a exploração do solo e das marinhas, da pesca e do comércio de cabotagem com outros portos marítimos e entrepostos ribeirinhos.

À parte estes condicionalismos, a topografia plana em torno do *sítio* sofreu de profundas modificações, por via da deposição de sedimentos marinhos e fluviais transportados por acção dos ventos e das correntes oceânicas ou já pelo próprio Vouga, contribuindo para o alargamento progressivo da superfície lagunar e para a formação do respectivo cordão dunar litoral. Durante a sua evolução, esta vasta superfície aquática foi-se afastando cada vez mais dos terrenos da Meseta e das povoações ribeirinhas, permitindo a formação da *ria* com as inúmeras ilhas, esteiros e canais interiores.

Já pela sua topografia plana e exposição solar e aos ventos dominantes, de Noroeste e de Norte, estas novas terras, apesar da humidade constante que as cerca e do calor, transportados pela brisa do mar, tornaram-se propícias à implantação de actividades marítimas. Destas, destacamos a exploração do sal, a pesca e a exploração das algas — moliço — utilizado largamente, juntamente com o *escaço* da ria, na fertilização dos solos arenosos e de pouca fertilidade conquistados ao mar.

Estas condições naturais, dominadas por um clima de tipo temperado oceânico, terão facilitado a fixação dos habitantes mais antigos e a localização estratégica de diferentes povoações, como *Talábriga* — próxima da foz do Vouga ou em lugar pouco distante — e *Aviarium* (*por ser uma região cheia de lagoas, onde abundavam as aves palmípedes* — Gaspar; 1997; 27). Estas terão igualmente beneficiado da proximidade de vias de comunicação, as estradas romanas que ligavam *Olissipo* a *Bracara Augusta*, ou apenas *Aeminium* a *Calem*. No caso daquela povoação litoral — *Averium* (posteriormente, Aveiro) — a sua localização sobranceira *em colina bem elevada, protegida e contornada* por diversas linhas de água (A. Neves; 1984; 10), embora com cotas inferiores à meia centena de metros de altitude, sobre a costa atlântica, terá sido propícia ao estabelecimento

do tráfego marítimo que muito antes da fundação da nacionalidade percorria já as costas do Atlântico e reconhecia a *Alauario* (séc.X), alguma importância.

De realçar que o carácter *anfíbio* desta povoação, com diversos esteiros e praias fluviais, facilitava este movimento numa época em que as características das embarcações e a sua arqueação reduzida promoviam a navegação, quer no interior da laguna, quer já no seu exterior.

Como refere A. Costa (1930-II; 1083), tendo escapado *ao furor dos alanos, ao jugo dos suevos, à opressão dos godos; que pouco inclinados à navegação não se dispuseram a engrandecê-lo*, o aglomerado primitivo foi-se consolidando, beneficiando, depois já da ocupação muçulmana, das suas condições geográficas que favoreceram a pesca, a exploração e o tráfego do sal, actividades certamente impulsionadas por estes povos durante a sua ocupação peninsular. Convém assinalar que as primeiras referências históricas a esta povoação estão contidas na doação que a Condessa Mumadona Dias fez ao Mosteiro de São Salvador dos Monges de São Bento, em Guimarães, no ano de 959, de umas terras e salinas situadas em *Alauario*.

Deixou assinalado Resende (1944; X; 52) que *a indústria salineira em Aveiro deveria, pois, ter começado com a formação das marinhas por volta daquela época*, actividade que se veio a incrementar com a decadência posterior das marinhas de Vila do Conde, de Miragaia, de Massarelos, de Leça e de Matosinhos, ficando Aveiro com a responsabilidade não só de abastecer os mercados até então servidos por aquelas marinhas, mas também de assegurar o seu tráfego para outros países, especialmente do norte da Europa. Para tanto, terá contribuído a gente — *nobre e não nobres, leigos e eclesiásticos, todos parecendo interessar-se por este produto extraído do mar* (Silva; 1997; 99) — que, ocupando-se do trabalho do sal, se fixou nesta área do litoral.

3. A Vila de Aveiro

São vários os documentos que a partir da fundação da nacionalidade se referem a este lugar que em épocas distintas surge mencionado como *Alaueiro* (séc. XI), *Aaueiro* (séc. XII e XIII), *Auerio* e *Aaueiro* (séc. XIII), *Aueiro* (séc. XIV) e *Aveiro* (séc. XVI). E os documentos que o fazem referem-se a doações de *marinhas* e a herdades situadas quer na *vila de Aveiro*, quer noutros lugares vizinhos, tais como *Sá* e *Esgueira*, esta última, vila marítima e sede de comarca que, desde o século XVI, assim viveu até 1760, data em que, por decreto de D. José I, a Provedoria de Esgueira passou a designar-se por Provedoria de Aveiro.

A proximidade destes lugares realça a importância de diferentes núcleos de povoamento na proximidade da foz do Vouga que repartiam a sua importância com

aquela vila. É o que se pode ler em diversos documentos coevos, do início do século XII (ano de 1100), como aquele que cita Zoleima Roupariz quando este *doou ao Mosteiro de Lorvão, entre outras verbas, uma marinha em Sá, junto do rio Vouga e perto do litoral do mar* (Christo e Gaspar; 1986; 246); ou o que relata ter o Presbítero Soeiro doado à *Mitra de Coimbra uma herdade que possuía em Esgueira, junto da foz do Vouga e do litoral marítimo* (ob. cit.; 72).

Entre outras referências históricas destacamos uma outra, do século XIII (1216), na qual *D. Urraca Afonso, meia-irmã de El-Rei D. Sancho I, e seu marido doaram ao Mosteiro de São João de Tarouca mil moios anuais de sal que tinham em Aveiro* (ob. cit.; 37).

A importância desta povoação (ou já da vila de Esgueira) e da actividade de exploração das salinas continua a ser mencionada por outros documentos. Referem-se, a propósito, o que relata ter a Infanta D. Teresa doado *ao Mosteiro de Lorvão a vila de Esgueira, que herdara de seu pai, D. Sancho I* (ob. cit.; 111) e o *escambo* feito em 1306, entre D. Dinis e o Mosteiro de S. João de Tarouca, através do qual este *deu ao soberano a terça parte e o senhorio da vila de Aveiro, a Granja e outras herdades e marinhas*, ficando com todo o senhorio da vila (ob. cit.; 228).

Do início do século XIV chegam-nos referências à importância do comércio do sal depois de D. Duarte (1438) ter permitido *a sua exportação, bem assim de outras mercadorias, para o Norte de África, se no regresso trouxessem trigo* (Fidalgo; 1994; 10).

A propósito de Aveiro, Christo e Gaspar (1986; 161) recordam a queixa transmitida por D. Afonso V ao Almoraxarife de Aveiro (1326), *que os homens do Porto lhe fizeram acerca da cobrança de dízima que em Aveiro pretendiam fazer aos seus barcos que aqui vinham carregar sal*. Que esta era uma actividade bastante lucrativa, não nos ficam dúvidas ao ter-se conhecimento do pedido apresentado pelos procuradores desta vila nas Cortes de Elvas (1361), no qual *pediram a liberdade de fazer o sal que pudessem, quebrando-se a postura em contrário* (ob. cit.; 226).

Entretanto, somos obrigados a pensar que a vila de Aveiro, animada pelas actividades agrícola, pela navegação, pelo comércio do sal e pescarias, teria alcançado já uma certa dimensão tendo em conta a doação que El-Rei D. Fernando fez a D. Leonor de Teles, sua mulher, *da vila de Aveiro com seu termo e porto de mar e com todas as suas dízimas e portagens, tributos reais, direitos e pertenças dela, e ainda com o padroado das igrejas, entradas e saídas, montes, fontes, rios, ribeiras e pescarias* (ob. cit.; 166).

Também a construção da muralha, por iniciativa certamente de D. João I, ao que parece depois de um incêndio devastador que afectou a povoação, atesta a importância

crescente deste povoado e as preocupações na sua defesa. Estas obras terão sido iniciadas por volta de 1418 (Gaspar; 1975; 15), tendo recebido do Infante D. Pedro grande impulso, juntamente com o desenvolvimento da vila, depois de se ter tornado donatário de Aveiro. De facto, é da sua responsabilidade o pedido apresentado ao Papa relativo à fundação do Convento Dominicano de N.^a Sr.^a da Misericórdia, em 1423, bem como o pedido de autorização a El-Rei D. Duarte, em 1434, para a realização de uma feira anual, *que começará no primeiro dia de Maio e durará até ao dia de S. Miguel* (Christo e Gaspar; 1986; 104) e perdura nos nossos dias.

Estas obras, ligadas ao Infante D. Pedro (1392-1449) — o *Duque de Coimbra, Senhor de Aveiro e Regente do Reino* — valeram-lhe ter ficado conhecido como o *Reedificador* de Aveiro. Por outro lado, marcam seguramente o início de uma nova etapa na vida do burgo aveirense, devidamente muralhado e demarcado do *resto da região* (cf: Silva; 1997; 27) e assinalam, por um lado, a capacidade local de suportar uma instituição de benemerência; por outro, a de atrair uma população mais distante capaz de animar a sua feira anual.

4. A vida económica local

A importância da vila e do comércio marítimo que animou Aveiro, a *vila maior do litoral entre o Mondego e o Douro, com uma vitalidade marítima sempre crescente* (A. Neves; 1997; 23), pode ser atestada não só através da intensidade do comércio marítimo ou da extensão da povoação, mas através de novas doações, construções e iniciativas levadas a cabo desde o longínquo século XV, época em que esta povoação, arrastada, certamente, pela intensificação do *mercado salino que cresce cada dia* (Silva; 1997; 28), se afirma como tal. Comprovando este tráfego e no que respeita a doações, temos conhecimento da concessão da *dízima alfandegária de diversas mercadorias que viessem ao Reino por determinados portos de mar, entre os quais Aveiro*, feita por D. Afonso V, em 1450, a sua esposa a Rainha D. Isabel (Christo e Gaspar; 1986; 223).

Quanto às edificações, refere-se o início da construção da Igreja do Mosteiro de Jesus (religiosas Dominicanas), em 1462, cerimónia presidida por D. Afonso V, o *Africano*. Era de esperar, depois do recolhimento ao Convento de Jesus da princesa D.^a Joana (entre 1472 e 1490), que esta tenha procurado *defender a liberdade de Aveiro, ante as atitudes menos simpáticas ou as prepotências de estrangeiros* (Gaspar; 1997; 58) e favorecido o desenvolvimento da vila e das suas actividades comerciais e piscatórias. Recordamos, a propósito, as doações da princesa ao convento onde se acolhera e as diligências que encetou para a compra de terrenos anexos ao mosteiro com o objectivo de o alargar.

Outras medidas foram tomadas pelo monarca seu irmão, D. João II, em favor desta povoação. Entre estas, destacamos a doação *de duas propriedades — a quinta de Canelas e a marinha do Puxadouro* — aos religiosos dominicanos (Christo e Gaspar; 1986; 79),

ou eventualmente a autorização concedida pelo mesmo monarca aos pescadores aveirenses (1488) para continuarem a *vender à dúzia o peixe que pescassem* (ob. cit.; 175). Estas referências continuam a realçar a importância local das actividades piscatória e salícola, sendo de crer que a produção de sal continuava a ser destinada não só ao mercado interior mas a todo o norte do país e da Europa, como era costume nessa época. Ao mesmo tempo, dão-nos conta da relevância das ordens religiosas na sociedade aveirense de antanho e do seu contributo na organização do espaço intramuros de Aveiro.

E a importância dos pescadores e mareantes na sociedade medieval, onde se constituíam como uma força *dentro da vila* (Silva; 1997; 107), parece estender-se já a outros lugares próximos, particularmente a Sá. Tal situação aparece-nos confirmada em documento datado de 1487, pertencente ao *Tombo de S.^{ma} Maria de Sá*, que nos dá conta da confraria de *pescadores e mareantes* aí estabelecida provavelmente durante o século anterior. Estas actividades estão de acordo com outras notícias relativas ao comércio marítimo assegurado pelos comerciantes *biscainhos e galegos* que demandavam a barra de Aveiro (1445), bem como pelo relato dos mercadores de Valença do Minho (1459) que *boõ trafego de sall que aquy traçiam dAueiro e o vendiam aos gallegos* (cf: Christo e Gaspar; 1986; 259).

Igualmente importante na vida da povoação e comprovando a importância da vida agrícola nos terrenos vizinhos, terá sido a moagem de cereais estabelecida nas azenhas, ou moagens do Cojo, cuja actividade terá prosseguido, embora de forma irregular, até aos finais do século passado.

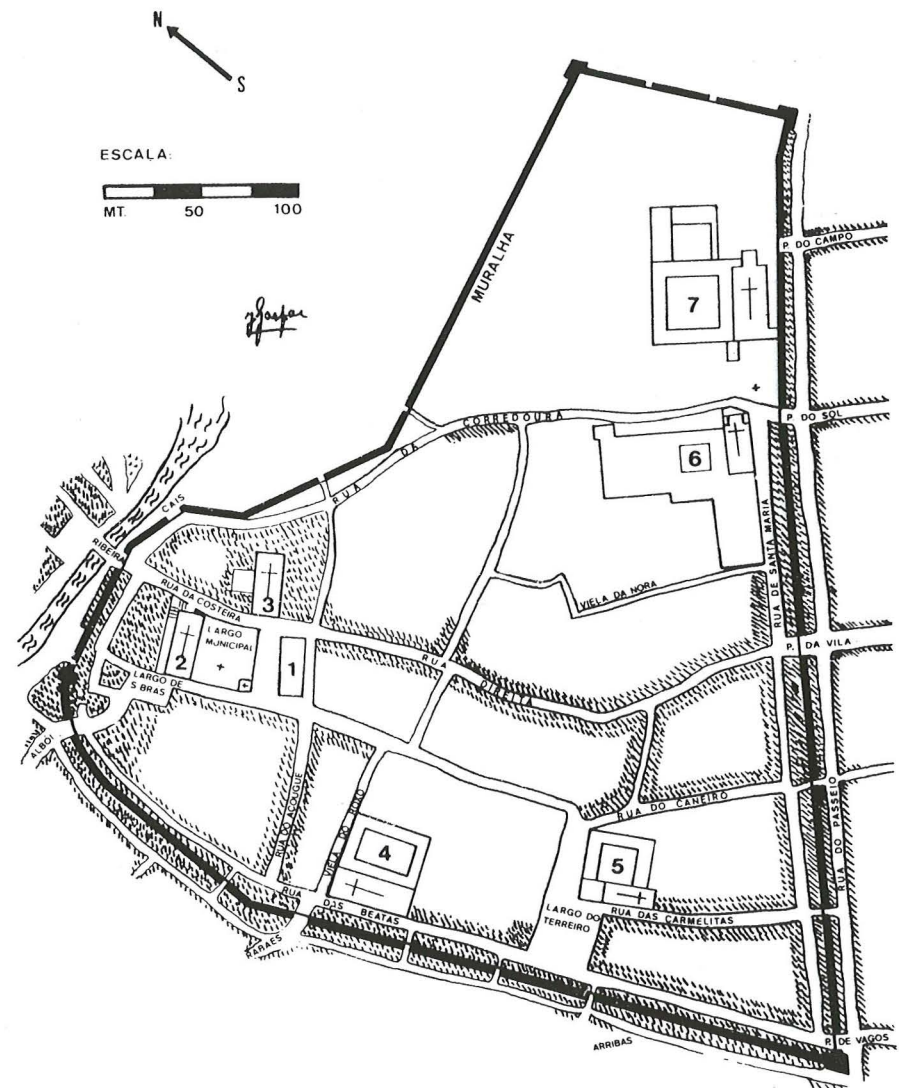
Por nos parecer oportuno, transcrevemos a descrição de Gaspar (1988; 105) sobre a vida da povoação em tempos recuados:

o burgo do século XV estava a conhecer um período de grande progresso, graças à actividade dos moradores, ao desenvolvimento da indústria salineira, à protecção real e à vinda de pessoas nobres e ilustres. Os seus habitantes eram... uns, pescadores e mareantes, outros, marnotos e medidores, outros, armadores e construtores navais, outros, mercadores e comerciantes, outros, artífices de construção civil e mestreiros, outros, fidalgos, religiosos e clérigos.

5. Traços da ocupação do espaço

Vejamos alguns aspectos da ocupação humana dessa época.

Descrições mais antigas dão-nos conta da extensão da aglomeração e dos limites das suas muralhas que corriam ao longo do esteiro central da vila e, inflectindo nas



imediações do vale do Cojo, para sul até ao Mosteiro de São Domingos e daqui para poente na direcção do Convento de Santo António (cf: Silva; 1997). Do lado poente, esta edificação continuava sobranceira à baixa de Santo António, então cortada por um fio de água, até às imediações da Ribeira (Fig. 2).

A abertura para o exterior era feita através de várias portas: a porta da Ribeira, na parte baixa da povoação e junto da ria, na zona da Rua da Costeira; a porta do Cojo, na direcção do vale do mesmo nome; a porta do Campo, próximo do Convento de São Domingos; a porta do Sol, em face ao Convento de Jesus; a porta da Vila, no termo da rua Direita; a porta de Vagos, próximo ao futuro Convento de Santo António; a porta de Rabães, em direcção à baixa de Santo António e a porta do Alboi, abrindo-se sobre o bairro do mesmo nome. De acordo com Gaspar (1975; 15), existia ainda uma outra porta, a do *Cais* ou do *Norte*, próximo da já mencionada porta da Ribeira.

A designação de cada uma destas portas na vila de Aveiro, associada à respectiva localização das entradas, não merece reparo especial a não ser a porta de Rabães (ou porta dos Rabinos ?) cuja designação poderá estar associada à presença de uma significativa comunidade judia em Aveiro, fácil de justificar tendo em conta a importância das actividades comerciais estabelecidas no porto de Aveiro e as ocupações desta população e ao facto de ser aberta *muito próxima à Judiaria*, localizada, por sua vez, junto do Terreiro (A. Neves; 1997; 20).

Os aspectos anteriores permitem-nos aperceber como o crescimento desta povoação esteve sempre ligado à evolução do litoral português e da própria laguna. A comprová-lo, está mais um documento do começo do século XV (1407), em que se faz referência à doação da *ilha da Testada, no termo de Esgueira, Almojarifado de Aveiro*, ao meirinho-mor da Comarca de Entre-Douro e Minho (Christo e Gaspar; 1986; 208). Presume-se que esta ilha, situada então próxima da foz do rio Vouga, constitui mais uma indicação da sua marcha gradual para sul, no que é comprovado por outras referências documentais, e da asfixia gradual que essa deslocação trouxe ao comércio marítimo em Aveiro.

Antes de tal acontecer e durante o século XV e começo do seguinte, a povoação, que se apresentava como *a maior vila do litoral entre os rios Douro e Mondego ... progredindo em população e em riqueza e manifestando uma vitalidade marítima sempre crescente* (Gaspar; 1997; 87), continuaria a desenvolver-se em torno do chamado *cimo de vila*, onde se localizava a Igreja de S. Miguel (no sítio da actual Praça da República), a Casa da Câmara e a Albergaria de São Brás, uma das instituições assistenciais criadas em Aveiro antes da fundação da Misericórdia. Como principais artérias, corriam dentro da muralha a rua da Costeira e a rua Direita, onde se localizavam umas casas doadas por D. João I, em 1423 (Christo e Gaspar; 1986; 487), a rua da Corredoura e a rua das Beatas, que corriam em direcção às portas meridionais da povoação.

Figura 2 — Vila de Aveiro com as muralhas — séc. XV-XVI

Fonte: Gaspar (1988), pág. 96a.

Embora afastadas da vila muralhada, outras povoações vizinhas foram ganhando importância, de tal forma que, no termo do século XV, em 1495, o testamento de D. João II refere-se a Aveiro, com suas lezírias e ilhas dentro da foz, bem como aos lugares próximos de Sá, de Verdemilho, de Arada. Aqui, habitava uma população ocupada na actividade agrícola e no *arroteamento das quintas e na criação de aves e de animais domésticos* (Gaspar; 1988; 106), necessários ao alimento da vila e dos seus mercadores.

A este respeito, uma descrição feita por A. Costa (1930; II; 1087) dá conta que *pouco a pouco a população foi aumentando, chegando a transpôr os limites que a apertavam, e dilatando-se para o norte e para o sul, formou arrabaldes cheios de boa casaria, que não tardaram a constituir-se em novos bairros da villa*. Um desses núcleos, o bairro do Alboi, parece ter sido ocupado pelo comércio e por povos de outras nacionalidades, em especial holandeses, flamengos e ingleses, que aqui se acolheram, dando seguimento à actividade comercial, sobretudo com o norte da Europa, que então se ia tornando cada vez mais florescente.

Outro bairro despontava a norte, do outro lado do braço da laguna que ligava ao Cojo. Disso nos dá conta uma doação antiga feita ainda no terceiro quartel do século XIV, quando *El-Rei D. Pedro I fez doação a Gil Eanes e sua mulher ...de uma herdade no termo de Aveiro, no lugar que chamam a Gouveia de Vila Nova* (Christo e Gaspar; 1986; 211). O alargamento de Aveiro neste sentido, atestado pela *construção de novos arruamentos e a arroteia de novas marinhas* (Silva; 1997; 28), assinala, portanto, não só uma nova fase no desenvolvimento da povoação, mas também a expansão das suas actividades comerciais.

Na sua descrição do burgo de Aveiro, Gaspar (1988; 106) refere-se à *Vila Nova, onde já havia um estaleiro para a construção de barcos e naus*, certamente instalado no canal de S. Roque, santo protector dos carpinteiros navais. Completando esta descrição, o mesmo autor (ob. cit.; 106) nota a existência, neste pequeno bairro, de *algumas habitações toscas, levantadas com adobos de lama e cobertas de colmo*, revelando assim o carácter humilde dessas residências.

II — DE VILA A CIDADE: A IMPORTÂNCIA DOS FACTORES MARÍTIMO E PORTUÁRIO

De todas as aglomerações urbanas portuguesas, as que apresentaram sempre maior vitalidade foram as da orla marítima, sobretudo as dos estuários e da foz dos rios — as testas marítimas. Vivificou-as em todos os tempos a corrente do comércio que passava à sua beira, e nelas veio a localizar-se também a indústria de um País que tinha de importar quase todo o seu combustível mineral. Puderam estas cidades conservar, portanto, uma actividade sempre remoçada e nunca entraram, senão temporariamente, em decadência.

A. A. Girão; 1941; 276

1. O alargamento do núcleo da Vila Nova

Para além das características do sítio onde se implantou a *vila*, junto da foz do rio Vouga, Aveiro beneficiou fundamentalmente da sua localização no território, a meio caminho entre outras povoações igualmente animadas pelas actividades marítimas e portuárias: Foz do Douro e Figueira da Foz do Mondego, próximo do contacto entre o mar e a serra. Esta situação foi particularmente benéfica para a evolução do comércio fluvial que corria a parte litoral da laguna e a zona interior do baixo Vouga, até Águeda, contribuindo assim para que esta povoação se tornasse num *pólo* de intensa actividade comercial, marítima e piscatória, florescente até meados de quinhentos.

Com efeito, se é certo que a natureza das mercadorias transaccionadas para outros portos marítimos seria diferente das que lhe chegavam por via fluvial (constituídas fundamentalmente por cereais, frutas, cera, couros, sebos e ovos) o comércio de cabotagem e com exterior era enriquecido com o sal, o vinho, o peixe (fumado, seco e de escabeche), a cortiça e a cerâmica (produzida localmente no bairro das Olarias e no termo da *vila*), enviados para portos mais distantes.

Em nosso entender a expansão destas actividades foi determinante não só para o aumento do burgo aveirense e da sua população, mas também para o seu crescimento, extensível a outras cidades do reino por via da empresa dos Descobrimentos. Assim observa A. Neves (1985; 26) ao afirmar que Aveiro terá partilhado de tal empreendimento, beneficiando dos seus efeitos imediatos: *foi a miragem do ouro, dos escravos, do marfim, da malagueta e da pimenta, do açúcar, da prata, do tabaco, das novas terras e mercados..., mas também do vinho, do bacalhau, do sal*. Este desempenho não se pode desligar da outorga do *foral* que D. Manuel I fez a esta *vila*, porto notável da foz do Vouga, no ano de 1515 (em data próxima de idêntica outorga de *foral* que fez a Ílhavo e a Esgueira, elevada a Comarca em 1533).

Pelo seu interesse transcreve-se parte daquele documento, datado de 4 de Agosto desse ano (Madahil; 1959; I; 287):

Dom Manuel per graça de Deos Rey de portugal e dos Algarves daaquem e daalem mar em africa Senhor da guinee e da conquista e nauegaçam comércio dethyopia arabia perssia. E da India. A quamtos esta nossa Carta de foral dado pera Sempre aa villa d'aveyro fazemos Saber, que per bem das Sentenças e determinações geraes e espiciaaes que foram dadas e feitas per nos e com os do nosso comselho e leterados acerqua dos foraaes dos nossos Regnos, e dos dereitos, Reaaes e tributos que se per elles deviam darrecadar e pagar E asy pollas Inquiriçoens que principalmente mandamos fazer em todollos lugares de nossos rregnos e senhorios justificadas primeiro com as pessoas que os dictos direitos tinham achamos que os direitos reaes Se devem hy darrecadar na maneira Seguinte

Por quamto a dicta Villa foy nouamente edificada na maneyra em que agora he por omde nam se poderam achar nem auêr nella titollos antigos nem forais por omde os direitos Reais foram hy postos. Nem Se podessem bem Saber e justificar pera por elles com as outras nossas leis e decraraçoes Sobre os dictos Cazos se poderem bem fazer os dictos foraaes. Portanto nos mandamos ora tirar particular Inquiriçam na dicta Villa per nossos officiaaes e com os da Villa per todallas pessoas della da maneyra e costume que hy se os dictos direitos Recadavam...

E asy as que ora fizemos com acordo de nossos leterados pera determinaçoes dos dictos foraaes acordamos que os dictos nossos dereitos rreaes se ajam darrecadar na dicta Villa asy os da terra Como do mar na forma Seguinte...

De acordo com outros testemunhos, para além da actividade agrícola e da prática da pesca nas águas da laguna e no mar, ou já próximo da costa, os pescadores locais foram adquirindo experiência na arte de domar o oceano, reconhecendo-lhe D. Manuel I, no início do século XVI (em 1503), *todas as liberdades de que têm e que gozam os pescadores de quaisquer lugares dos nossos Reinos, a que temos dado nossos privilégios* (cf: Christo e Gaspar; 1986; 465). Estamos em crer que a distinção então conferida aos pescadores de Aveiro teria já a ver com o domínio que tinham das artes de marear e eventualmente já com a sua participação nas pescas da *Terra Nova*, descoberta próximo do início de Quinhentos e, diz-se por tradição, com a presença de algum navegador local.

De facto, após o achado destes pesqueiros do continente americano e dada a riqueza piscícola das suas águas, os pescadores aveirenses, juntamente com os de Figueira da Foz do Mondego e de Viana da Foz do Lima, foram dos primeiros a participar activamente nessa faina. Daí que este monarca tenha ordenado, em 1506, o *pagamento da dízima do pescado da Terra Nova*, que em Aveiro chegou a render vários milhares de réis (ob. cit.; 408).

Um relato dos meados de Quatrocentos, assinado pelo Juiz de fora de Aveiro, dá conta da existência de 72 embarcações entre *naus e navios e caravelas que nesta vila há* (ob. cit.; 96). Por sua vez, F. Neves (1971; 39) assinala que no ano de 1552 *o porto de Aveiro já tinha setenta navios (naus, navios e caravelas), com a tonelagem de 5.100 tonéis*, dedicando-se muitos deles não só à pesca do bacalhau, mas ao *comércio externo com a Irlanda, Inglaterra, Flandres e Ilhas portuguesas; e ainda com a Galiza*.

Por sua vez, a descrição de A. Costa (1930; II; 1087), atesta-nos a importância da povoação:

Aveiro, graças à capacidade que então tinham o seu porto e a sua barra, chegou a estar tão próspera, que no anno de 1550 contava com 11:000 habitantes, e possuía mais de 150 navios, pela maior parte de alto bordo, expedindo todos os annos não menos de 60 para a pesca do bacalhau nos bancos da Terra Nova, e mais de 100 carregados de sal para diversos portos.

Embora não totalmente coincidentes, estes relatos confirmam a importância de Aveiro como centro marítimo e portuário e do seu contributo na consolidação do *império colonial* português, situação que se alterou nos anos seguintes devido não só ao mau estado da barra, mas também à presença da frota local (ao que parece parte dela construída em Aveiro), na expedição que D. Sebastião preparou para o norte de África (1578).

Que a dimensão de Aveiro era, nesta data, bastante razoável, parece não merecer dúvidas. Tal facto é comprovado pela criação de mais três freguesias, além da de S. Miguel que então ocupava toda a zona nobre da *vila* situada entremuros. Assim, em *provisão* de 10 de Julho de 1572, o Bispo de Coimbra, D. João Soares, criou mais três freguesias: Espírito Santo, N.ª Sr.ª da Apresentação e Vera Cruz, uma vez que *tendo visitado a igreja de S. Miguel, achou haver nela 2.000 vizinhos e mais de 11.000 almas de cura, afora muita gente estrangeira que nela de contínuo reside* (Christo e Gaspar; 1986; 285).

Ora, de acordo com as descrições anteriores, estando parte da povoação cercada por braços da *ria* e pelos ribeiros que nela convergiam, e outra parte cercada de muralhas, o fulcro dessa actividade e a própria construção de embarcações, já então divulgada em Aveiro, seria exercida na zona extramuros, próximo da Ribeira (onde estava localizada a Alfândega), do bairro do Alboi (onde se concentravam os mercadores estrangeiros) e, sobretudo, na margem norte do braço do Cojo. Descreve-nos F. Neves (1973; 241-242) essa ocupação (século XVI): *a maior parte dos pescadores e mareantes de Aveiro vivia num subúrbio desta vila, ou arrabalde que veio a chamar-se Vila Nova. Este lugar estava situado ao norte do prolongamento do Esteiro da Ribeira e do paul chamado Cojo, e tinha uma rua antiquíssima chamada Rua Torta, que depois se chamou Rua de Vila*

Nova, Rua da Vera Cruz, e actualmente se chama Rua de Manuel Firmino. Nesta área e de acordo com Christo e Gaspar (1986; 211), El-Rei D. Pedro I fez doação a Gil Eanes e sua mulher...moradores em Aveiro, e a todos os seus sucessores, para sempre, de uma herdade no termo de Aveiro, no lugar que chamam a Gouveia de Vila Nova.

Como já referimos, esta parte norte da vila era habitada por gente ocupada nas fainas do mar e eventualmente já por moradores mais abastados. Entre esses, incluíam-se os *crístãos-novos de Aveiro*, que certamente foram abandonando a *área da tradicional comuna, para se instalarem, como também noutras vilas e cidades acontecia, em novas zonas de habitação, do tipo Vila Nova* (A. Neves; 1997; 80).

Possivelmente situavam-se igualmente nessa área as propriedades de alguns dos senhores locais, não sendo de excluir que, quando da construção da muralha da vila, existisse já aí um núcleo importante de povoamento que se engrandeceu à medida que as actividades marítimas se foram estabelecendo nesta zona. A comprová-lo está uma outra referência dos finais do mesmo século (1580) quando Gil Homem, cavaleiro e fidalgo da Casa de El-Rei e sua mulher, *resolveram dar de aforamento umas propriedades, que também eram foreiras do dito duque, a saber: uma casas, pomar, vinhas e horta, dentro da vila de Aveiro e no sítio chamado do Campo do Frade, na Granja da Vila Nova*, com o objectivo de que *se abrisse uma rua, que era muito necessária à serventia desta Vila Nova e à construção de sessenta ou setenta moradias, cujos chãos seriam aforados às pessoas que os quizessem tomar* (Christo e Gaspar; 1986; 469), como de facto veio a acontecer.

A ligação entre esta parte nova da vila e o *casco* mais antigo era inicialmente assegurada pela ponte da Ribeira. Entretanto, a expansão da povoação para sul foi-se concretizando, nomeadamente com a doação que o comerciante João Nunes Cardoso, o *rico de Aveiro*, como era conhecido, *pessoa abastada, proprietário de embarcações que iam à pesca do bacalhau à Terra Nova e com grande trato de comércio* fez, em 1524, de uma horta para a construção do Convento Franciscano de Santo António (ob. cit.; 131). De acordo com Gaspar (1997; 47), a edificação deste convento deve-se à peste que nessa data assolou a povoação a qual terá causado *tais prejuízos entre nós que os aveirenses, dirigindo-se devotamente a Santo António, fizeram o voto de construírem um convento para os frades franciscanos.*

Parece-nos que a criação deste Convento, fora de portas, marca não só a minguagem de espaço dentro do *casco* muralhado, mas também o início da expansão da povoação nesta direcção com base no arroteamento das terras incultas ou ocupando depois os terrenos desta ordem religiosa, como mais tarde se veio a verificar. Certamente que o alargamento a que nos referimos e o desenvolvimento das actividades rural e piscatória nestas duas zonas distintas, a meridional e a setentrional da vila de Aveiro, poderão identificar, já

nessa época, os limites territoriais dos *ceboleiros*, mais ligados às actividades agrícolas, e os dos *cagaréus*, vivendo próximo da água e alimentados pelas fainas da ria.

2. Os sinais de crise

É ainda por meados do século XVI que nos chegam notícias dos primeiros desaires sofridos pela barra local devido aos fenómenos de assoreamento. A descrição de A. Costa (1930; II; 1087) ajuda-nos a compreender a dimensão desse fenómeno: *o tempestuoso inverno de 1575, obstruindo-lhe de areias o porto e a barra, deu princípio à sua decadência.* Nota ainda o mesmo autor (ob. cit.; 1087) que, *com o decorrer do tempo agravou-se tanto esta desgraça, que a barra, pelo movimento das areias, foi removida quinze milhas mais para sul, tornando-se difícil e perigosa; os fertilíssimos campos, que tinham chegado em alguns annos a produzir 30.000 moios de trigo, e as celebradas marinhas, d'onde se tiravam annualmente 12 a 16 mil moios de sal ou se esterilizaram... ou, alagadas, se converteram terrenos pantanosos e insalubres que muito concorreram para que a villa se fosse despovoando.*

Dependendo, sobretudo, da intensidade das intempéries, o estado da barra foi-se deteriorando progressivamente, em particular com os temporais ocorridos nos anos de 1585, 1685, levando à decadência do movimento portuário, sobretudo nos meses de inverno. Particularmente adversas foram ainda as condições sentidas em 1739, quando novas cheias cobriram todo o reino (F. Neves; 1947; 25), ou, mais tarde, quando *um inverno rigoroso e uma cheia extraordinária arruinam novamente a barra e quase a inutilizam, fechando-a totalmente em 1756.*

Esta situação diz bem das razões naturais que contribuíram para a decadência desta povoação, provocando a *miséria geral*, as doenças que dizimavam os habitantes e os reverses da classe piscatória ligada à pesca nos bancos da Terra Nova. Outros factores terão igualmente facilitado esta situação: a ruína da frota local no desastre de Alcácer, a ameaça dos Holandeses sobre as nossas costas, particularmente durante o domínio filipino e a mudança dos *interesses mercantis* para o Novo Mundo, em resultado da colonização e do povoamento destas terras. Confirma-o a descrição de A. Neves (1985; 47):

não era a pesca do bacalhau do norte Atlântico, nem o Oriente, mas o Brasil, os escravos e o açúcar, a prata e o tabaco, a madeira...e, por cá, o sal, o vinho, o pescado.

Não há contudo grandes indicações, durante o século XVII, sobre a pesca longínqua, devido não só ao agravamento das condições locais, mas também *por ter passado na sua quase totalidade para a mão de estrangeiros*, sobretudo ingleses, que se

tornaram senhores da Terra Nova (F. Neves; 1971; 40-41). Adianta o mesmo autor (idem; ibidem) que:

em 1611 a praça de Aveiro já não tinha navios e o porto de Aveiro passou a ser frequentado por navios ingleses, franceses, flamengos, espanhóis, mas em pequena quantidade dado que em virtude da ruína da marinha mercante de Aveiro, os ingleses já não podiam receber daqui o bacalhau de que necessitavam, e por isso apoderaram-se da Terra Nova e estabeleceram eles a pesca e o comércio do bacalhau, passando Aveiro a ser abastecido por eles.

Não sendo nosso intento discutir a situação da praça de Aveiro nessa época, recordamos outros testemunhos que confirmam os sinais de decadência anteriormente descritos e nos fazem crer que, embora de forma intermitente, o comércio e a pesca continuavam a animar esta vila. Referindo-se ao início do século XVII, entre 1619 e 1624, R. e Cunha (1959; 4) dá-nos conta da entrada, pela barra de Aveiro, de trezentos navios ingleses, franceses e holandeses, dos quaes 109 carregados de bacalhau e os restantes com carga de ferro, aduela., chumbo, breu, linho, taboado, panos, papel, e outras mercadorias, alguns deles em lastro para embarcar sal.

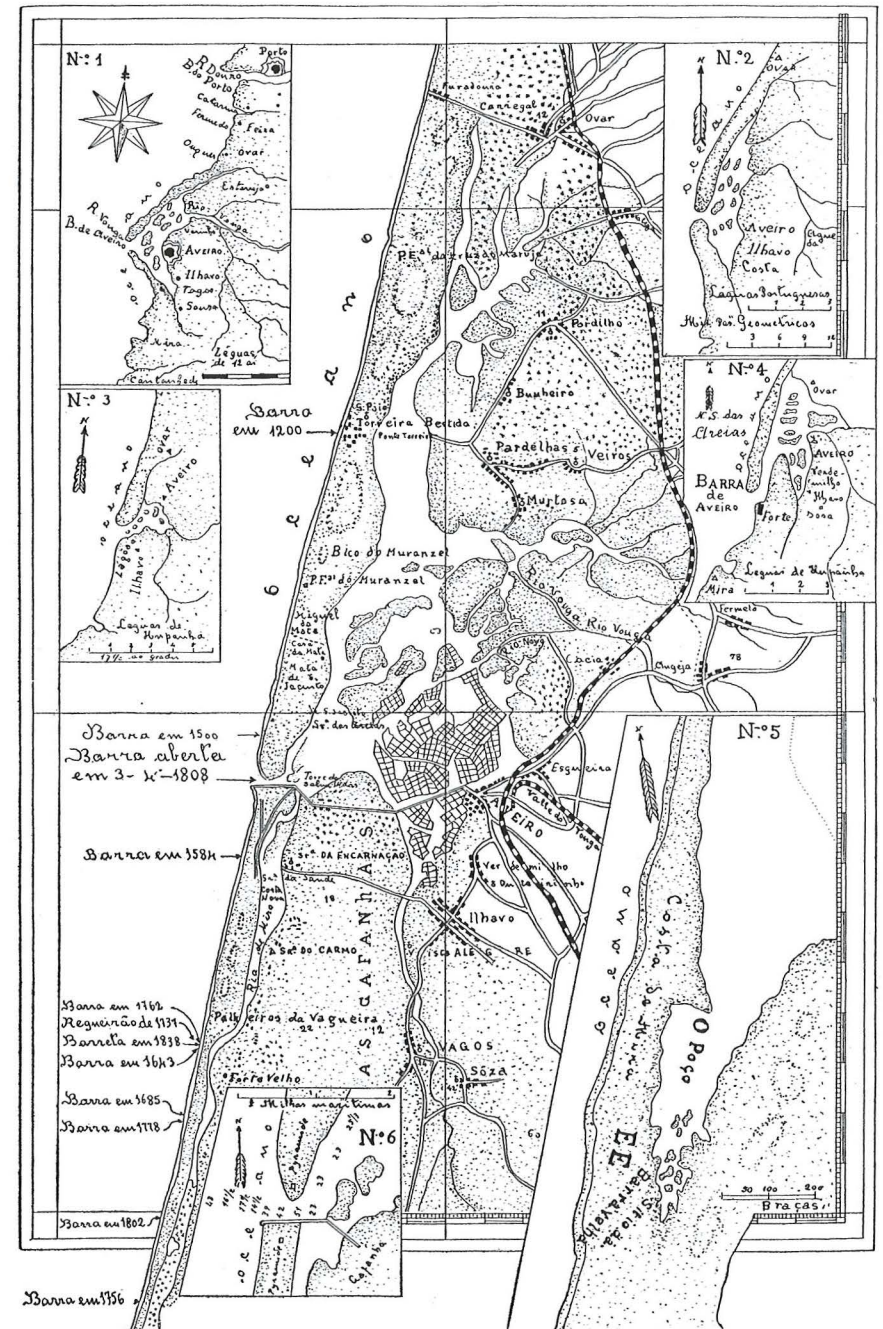
Não obstante este autor notar que os armamentos para a pesca da Terra Nova teriam já desaparecido, ou estariam em extrema decadência (idem; ibidem), A. Neves assinala, mesmo assim, a importância da colheita das esmolas do bacalhau recolhidas pela Misericórdia de Aveiro, facto que comprova a permanência da pesca longínqua no porto de Aveiro. No entanto esta terá decaído de tal forma que, por finais de Seiscentos, até o bacalhau era importado ... quando cem anos antes era um dos principais factores de riqueza externa (A. Neves; 1985; 102).

A evolução daquelas actividades parecem acompanhar a descrição feita por volta de 1630, pelo geógrafo Pedro Teixeira, que a propósito da Vila de Aveiro escreve:

su población es tan grande como noble mostrando antiguedad en sus edificios, muy rica de trato por la mucha sal que en su puerto se embarca para muchas partes (...) Fabricanse en este puerto, orillas del rio, galeones y navios y otras embarcaciones usadas en este reyno de Portugal muy ligeras que llaman carabelas (ob. cit.; 47).

Acerca do movimento comercial, F. Neves (1971; 41) dá-nos conta da diversidade de mercadorias transaccionadas em Aveiro no termo do século XVII (em 1667), facto que não deixa de nos alertar, mau grado o estado da barra, para a importância regional deste porto. Transcrevemos a lista de mercadorias movimentadas:

O PORTO DE AVEIRO



PLANTA VIII

pescado fresco, sardinha salgada e bacalhau vindos do Porto; frutas várias, cebolas, queijos, mel, caça, azeite, açúcar, vinho, sal; carvão, lenhas, cera, tecidos, tomento, cabedais...; louça de Castela, da Beira e de Coimbra, tejolo, telha, vidro; esteiras, palões, gamelas, taboleiros, peneiras, joeiras; lã para sombreiros, ferro, breu, etc.

Apesar da tradição local e da intermitência do movimento portuário, a falta de resolução dos problemas da barra de Aveiro (Fig. 3), nomeadamente durante o domínio filipino, marca o início da decadência económica e demográfica registada nesta região ribeirinha durante os séculos seguintes. Certamente que a crise e a evolução destas condições geográficas poderão estar relacionadas com as primeiras saídas de pescadores locais para outros lugares da costa portuguesa: de Lisboa à Costa da Caparica, de Setúbal a Faro e Olhão ou tão-somente para o vale inferior do rio Tejo.

Mesmo assim, logo no início do domínio espanhol, como retribuição da lealdade da povoação ao novo soberano, Aveiro foi elevada à categoria de *Vila Notável* e transferida para aqui a sede da Comarca de Esgueira. Tal facto não se pode desligar dos traços da sociedade local que, de acordo com Resende (1944; 233), era constituída nessa época e nas seguintes, por *homens de letras e homens com riqueza, todos laboriosos, activos, filhos de alguém que com os seus solares brasonados ou com os seus pergaminhos recônditos em velhas arcas, fizeram florescer a nobre e notável vila, marcando no meio das famílias nobres um lugar de primoroso destaque*. Daí que, mesmo registando sinais evidentes de crise portuária e de decadência da sua população, a vila manteria outras condições atractivas, sobretudo para os religiosos que por aqui se fixaram, em novas edificações, contribuindo assim para o alargamento da povoação.

De acordo com Amorim (1996; 243), na origem do núcleo destes conventos estaria *uma doação piedosa que captou outras devoções e doações*, a que se junta *a instituição de capelas e ainda os dinheiros provenientes da Índia e do Brasil*, ajudados por uma administração cuidada, que permitiriam a sua sobrevivência.

Será oportuno notar que *a bondade e capacidade da terra oferecia grandes comodidades para seu modo de vida e instituto* (cf. F. Silvino; 1992; 16), não se estranhando assim a manutenção de algumas actividades tradicionais, tais como a pesca interior na laguna e a consolidação das actividades agrícolas levada a cabo nos terrenos férteis circunvizinhos e dirigida por uma classe fundiária com algum peso económico. Disso nos dá conta a permanência de numerosas quintas implantadas nos lugares e freguesias limítrofes (algumas delas com um passado histórico digno de nota), comprovando assim a riqueza da sociedade aveirense no Portugal de Seiscentos.

Figura 3 — Situação da Barra de Aveiro.

Fonte: Cunha (1959), pág. 27.

3. Traços da ocupação humana

Afectada pelo estado da barra que teimosamente se foi afastando para sul, dificultando cada vez mais o comércio local e tornando insalubre o clima da terra, Aveiro foi-se esvaziando da sua população, sobretudo entre Seiscentos e Oitocentos. No entanto, não deixou de ir participando nos movimentos sociais e políticos da época sem desmerecer, em absoluto, do interesse dos monarcas espanhóis ou, já depois da Restauração, da coroa portuguesa. Vejamos alguns testemunhos.

Logo no início do seu reinado, D. Filipe I distinguiu Aveiro com o cognome de *Vila Notável*, justificando-o pela grandeza da povoação: *e havendo outrossim respeito aos muitos serviços que os moradores dela têm feito aos reis meus antecessores... e a ser povoada de muitos fidalgos cavaleiros e pessoas de nobre geração e criação e casas nobres e de criação dos reis destes Reinos... e por ser cercada de muros e enobrecida de Igrejas, mosteiros e de muitos edificios e casas nobres* (Christo e Gaspar; 1986; 203). A este respeito, nota Amorim (1996; 45) que as causas reais desta nomeação estiveram sobretudo relacionadas *com o envolvimento da vila no conflito da sucessão, do qual decorreu a destruição da cidade, pelo exército do Prior do Crato, após a aclamação, em Aveiro, de Filipe II.*

A consideração manifestada por este monarca e pelos seus sucessores em relação a esta povoação justifica que D. Filipe II, em 1601, tenha igualmente concedido à vila *a faculdade de poder continuar a usar, pelo tempo de seis anos, da imposição de carnes e vinhos para as obras das igrejas, calçadas e fontes da dita vila* (Christo e Gaspar; 1986; 334). Estas obras seriam de todo em todo necessárias ao embelezamento desta terra que, apesar dos sinais evidentes da crise marítima, prosseguiu com novos empreendimentos. Uma dessas iniciativas de maior significado foi a construção do templo da Misericórdia, no local onde hoje se encontra, para cuja edificação este monarca concedeu a verba de quatro mil cruzados (cf. A. Neves; 1985; 56).

Vejamos então alguns aspectos relativos à ocupação urbana nesta época.

Como verificámos, o crescimento das actividades marítimas e piscatórias terá acompanhado a expansão da *vila de Aveiro*, levando-a a expandir-se para fora das muralhas reconstruídas por D. Pedro. Como resultado desse crescimento, ter-se-á desenvolvido o bairro do Albói, na parte ocidental da povoação, sendo de crer que outras edificações tenham entretanto aparecido, sobretudo a sul, aproveitando as ligações fáceis com Verdemilho, Ílhavo e Vagos e a topografia plana do terreno.

Entretanto, com o desenvolvimento da pesca, da exploração salineira e da construção naval, a povoação terá ocupado novos arrabaldes, desta vez a norte, do outro

lado do braço do Cojo, que limitava o *cimo de vila*, funcionando este como o núcleo administrativo mais importante do antigo burgo.

Se pretendêssemos, ao tempo, marcar os limites da vila de Aveiro, teríamos de a considerar ladeada pelas águas do Vouga, pelo esteiro central e por alguns riachos. De acordo com Marques Gomes (1899; 54), teria então a seguinte configuração:

na margem d'este esteiro, de uma e outra parte, correm as casas de vários mercadores, na Ribeira os naturaes; na do Alboy os inglezes, que lhe pozeram aquelle nome de Albyon sua terra natal que significa Inglaterra, às quaes fazendo costas outras ruas por todo aquelle sítio, enchem dois bairros bem povoados de mercadores, mareantes, pescadores e marnotos.

Por sua vez, referindo-se à parte nova da vila, o mesmo autor nota ainda:

para a parte boreal se vão estendendo, e levantando as ruas até ao bairro chamado de Villa Nova, por se unir com as quintas de alguns principaes da terra, e chega por grande distância sem interrupção alguma à ermida de N.ª Sr.ª da Alegria, que supposto fica em Sá, domínio da illustre casa dos Almadás.

Uma outra descrição do mesmo autor (ob. cit.; 18) descreve-nos esta nova povoação: *Villa Nova ou arrabalde, como também foi conhecida a parte da actual freguezia de Vera-Cruz, a principiar da rua hoje d'este nome para cima, era quasi exclusivamente habitada por pescadores, pilotos e marinheiros.* Mais além, o mesmo autor (ob. cit.; 50) completa este relato nos termos seguintes: *em meados do século XV não havia aqui igreja ou ermida em que se podesse celebrar missa; a nascente povoação não tinha ainda templo seu, e apesar de ter fronteiras mas já muros a dentro, além da igreja de S. Miguel a dos frades Dominicanos... a sua população preferia ir cumprir o preceito dominical, a um concelho estranho. Ao que parece, os pescadores e mareantes de Villa Nova iam ouvir missa a Santa Maria, logar de Sá,... ainda mesmo não há sessenta anos, pertença do concelho d'Ílhavo* (ob. cit.; 50). Certamente que estas preferências seriam ditadas não tanto por razões de proximidade física mas já pelas condições de acesso ao núcleo cívico da vila.

Entretanto, o culto em honra de N.ª Sr.ª da Alegria e a importância da confraria de pescadores e mareantes de Santa Maria de Sá, estabelecida em finais do século XII ou no início da centúria seguinte (que inclusivamente possuía um pequeno hospital para os seus confrades em Vera Cruz), sediada na Capela de Sá, terá feito prosperar o interesse por este pequeno povoado. Estamos em crer que antes de se ter verificado a decadência das actividades marítimas do século XVII, responsável pela extinção desta confraria, este

lugar terá continuado a ser um núcleo de atracção para novos habitantes, preenchendo assim o espaço pouco habitado do caminho que ligava as duas *vilas*, de Esgueira e de Aveiro. Esta ocupação terá sido facilitada pelo crescimento da própria *Vila Nova* e do aforamento de *dezassete pequenas casas com os respectivos quintais nele incorporados* (Christo e Gaspar; 1986; 94), que foram tomadas por uma fidalga local, D. Beatriz de Lara e Meneses, onde mais tarde deu início à construção do Convento do Carmo, na proximidade daquele lugar.

Tal como aconteceu com os outros conventos, nomeadamente com o dos Dominicanos (o masculino, de 1423 e o feminino, de 1462) e com o de Santo António dos Frades Menores da Província da Soledade (de 1524), também o Convento dos Carmelitas Calçados de N.ª Sr.ª do Carmo (masculino), criado em 1613, terá funcionado, juntamente com o Convento Madre de Deus de Sá, como núcleo aglutinador de povoamento fazendo com que, ao seu redor (nos terrenos das vinhas de Sá), se instalassem novos moradores sempre necessários aos trabalhos de apoio dentro e fora dos muros conventuais. O mesmo sucedeu, certamente, com o Convento de Carmelitas Descalças (1658) ou, eventualmente, com o Recolhimento de S. Bernardino (1680), instalados na *zona muralhada* (cf: Amorim; 1996; 60) da *vila*.

A reconstrução do perímetro de Aveiro nos finais do século XVIII, princípios do século XIX, sugerida no *Plano Director da Cidade de Aveiro* (1964), elucida-nos sobre a evolução da mancha ocupada pela cidade e quanto aos limites da povoação nessa época, apontando as balizas seguintes (Fig. 4):

- norte: canal de S. Roque e rua do Carril;
- nascente: Convento das Carmelitas descalças (Igreja do Carmo), Arnelas (R. Eng.º Von Haff), Fonte Nova e Bairro das Olarias, até à rua de S. Martinho;
- sul: rua de S. Martinho e rua de S. Sebastião (até um pouco a norte da tv. de S. Martinho) e rua do Rato;
- poente: rua de Santo António (rua Homem de Cristo) e Rua das Arribas (rua da Arrochela) até ao campo dos Santos Mártires, seguindo pelas traseiras dos quintais da rua das Barcas (rua José Rabumba) até ao Rossio, praça do Peixe e capela de S. Gonçálinho.

Por sua vez, a descrição de Sousa (1940) e a apreciação do mapa que a acompanha esclarece-nos sobre a estruturação da cidade em torno dos dois núcleos principais: *chão da vila* e *vila nova*, ligados entre si pelas pontes que atravessavam o esteiro central ou do Cojo. De realçar ainda a larga extensão dos terrenos pantanosos que corriam lateralmente ao *esteiro das azenhas*, a praia fluvial que bordejava a sul as principais edificações da *vila nova* e a *ínsula*, só mais tarde aterrados e ocupados por novas edificações.

Desenvolvimento da Cidade Expansões Sucessivas



Estes dois núcleos de povoamento continuam a mostrar sinais de expansão, o mais antigo para sul, principalmente na direcção da estrada que ligava Aveiro a Arada (no prolongamento da rua Direita e até ao Largo de Sebastião), ou da estrada real que seguia por S. Tiago.

Coincidindo igualmente com as outras portas da muralha, encontramos pequenos núcleos mais densos, particularmente próximo da cerca de S. Domingos, onde se desenvolvera o antigo bairro das Olarias.

Não estando ainda ocupada a baixa de Santo António, mas conservando-se a ocupação do Alboi e da zona dos Santos Mártires, verificamos que na parte da *vila nova* os limites da povoação andavam, a poente, muito próximos da *marinha rossia* e da praça do Peixe, bordejando pela sua parte norte o esteiro de S. Roque. A partir daí estendiam-se na direcção oposta para a parte alta ocupada pela igreja de Vera Cruz, seguindo linearmente em direcção ao Carmo e ao lugar de Sá, no caminho de Esgueira.

Embora alargado com novas edificações, Aveiro estava impedido de prosseguir o comércio marítimo (verificando-se mesmo a transferência de algumas companhias aqui sediadas para a Figueira da Foz do Mondego), pelo que continuam a chegar ao rei petições sobre o mau estado da barra e sobre a necessidade da sua reparação. A pequena largura da barra e a mobilidade dos fundos continuavam, no entanto, a impedir o acesso a embarcações de maiores dimensões gerando localmente muitas queixas pelo que, em meados do século XVIII (1751), D. José I tenha autorizado que *fossem cobrados dois réis em cada quartilho de vinho e em cada arrátel de carne, os quais seriam aplicados nos trabalhos da abertura da barra nova de Aveiro* (Christo e Gaspar; 1986; 89). Perante as necessidades de um comércio mais intenso e exigente em embarcações de maiores dimensões, as obras de beneficiação, deste e doutros portos do país, surgia como um factor de desenvolvimento e de progresso defendido pelo Estado absolutista.

No ano seguinte ao terramoto de 1755, este monarca criou a *Superintendência das Obras da Barra*, permitindo que se lançasse o *mposto do real de água a pagar por todas as câmaras municipais da Comarca de Esgueira* com vista ao financiamento destes trabalhos (ob. cit.; 224). A fazer fé em informações dessa época, o seu estado seria tão calamitoso que o Capitão-Mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro, foi autorizado, em 1757, a *fazer à sua custa um regueirão na areia, a fim de se escoarem as águas para o mar* (ob. cit.; 68), o que veio a proceder no lugar da Vagueira.

4. A elevação a cidade

Note-se que foi ao tempo deste monarca que um facto político, o atentado de que foi vítima em 3 de Setembro de 1758, no qual terá estado envolvido o Duque de Aveiro

Figura 4 — Limites da cidade.

Fonte: Auzelle (1954), pl. 05.

(?), foi o bastante para que a Câmara da Vila tenha prestado, no ano seguinte, juramento de fidelidade ao monarca afirmando que *não queria continuar a ter por donatário o duque de Aveiro, o homem que havia atentado contra a vida do seu rei e senhor* (ob. cit.; 43). Este gesto terá sido do agrado do monarca que em sinal de apreço passou em 11 de Abril de 1759 um alvará de nomeação a cidade, dando-lhe o nome de *Nova Bragança, não só porque os aveirenses assim o requereram, mas para fazer esquecer o título do duque de Aveiro, título que ficou extinto com a condenação de D. José de Mascarenhas* (cf: Quadros; 1984; 32). Ao que parece, esta designação acabou por não se impor ou ficou mesmo desconhecida uma vez que, de acordo com Gaspar (1964; 38), o próprio vigário de Nossa Senhora da Apresentação deixou escrito que nessa ocasião el-rei deu a Aveiro a mercê de *cidade do mesmo nome*.

O apreço régio pela população aveirense ficou igualmente expressa quando da criação da diocese de Aveiro, desmembrando-a de Coimbra, em 1774, *com o mesmo território da antiga Comarca ou Correição de Esgueira* (Christo e Gaspar; 1986; 164). Tais iniciativas poderão ser encaradas, mais do que como reconhecimento do seu dinamismo, como um estímulo ao seu desenvolvimento. A este respeito, Amorim (1996; 56) afirma ter havido a preocupação de dar a Aveiro *um papel crescente entre dois pólos que tradicionalmente se impunham, em termos de jurisdição política e religiosa — Porto e Coimbra*, situação que tem mantido ao longo destes dois séculos..

Com a subida ao trono de D. Maria I, a cidade retoma o seu antigo nome. Ao mesmo, tempo embora o comércio local tenha continuado a sofrer um rude golpe devido à deterioração do estado da barra, Aveiro manteve no seu termo um grande número de casas senhoriais pertencentes à nobreza (cf: A. Neves; 1984; 19) que, vivendo principalmente dos rendimentos fundiários e eventualmente do ouro do Brasil, mas geralmente fiel ao poder real, foi assegurando uma certa prosperidade à povoação. O mesmo sucedeu com a implantação dos novos conventos que nessa época continuaram a instalar-se no termo da cidade como foi o caso dos carmelitas descalços de N.ª Sr.ª do Carmo (próximo do lugar de Sá) e com o Recolhimento de São Bernardino (no perímetro do *cimo de vila*).

Para melhor esclarecimento, transcreve-se parte da carta de elevação de Aveiro a cidade, datada de 30 de Setembro de 1759 (Madahil; 1959; II; 586):

Dom Jozé por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algaruez daquem e dalem Mar em Africa Senhor da Guine, e da Comquista Navegação Comercio da Athiopia Arabia Perçia e da India, etc. Faco Saber Aos que esta Minha Carta virem que eu fui servido Mandar passar o Aluara do thior seguinte:

Eu ElRey faço saber aos que ezte Meu Aluara virem que Conciderando Eu a situação Natural Povoação e Circunstancias que ComCorrem Na villa de Aueyro e Nos Seoz Habitantez e folgando pellos ditos respeitos e por Outros que inclinarão a Minha Rial begniguidade de lhes fazer honrra e Merçe. Hey por bem e me praz que a dita villa de Aueiro do dia da publicação dezte en diante fique erecta em Cidade e que tal Seja deNominada e haja todos os privilegios e Liberdades de que deuem gozar e gozão as Outras Cidadez dezte reino, Comcorrendo com ellaz em todos os Actos publicoz e vzando os Cidadãos da Mezma Cidade de todas as diztincoiz e prehinencias de que vzão os de Outras Cidadez...

Entretanto, beneficiando da protecção régia, foram dados os primeiros passos na industrialização da cidade. Assim aconteceu, por volta de 1765, quando foi concedido alvará para a instalação de uma fábrica (que funcionou apenas até 1795) de algodão, estamparias e tecidos, propriedade de um italiano, João Baptista Locatelli (Christo e Gaspar; 1986; 239). Novo impulso terá sido dado em 1775, com a construção da fábrica de louça fina do Cojo, que por volta de 1790 mereceu de D. Maria I, *a graça da isenção de direitos na entrada nas alfândegas do País, para todos os materiais de que carecesse* (Christo e Gaspar; 1986; 172).

Ao que parece, o estado global da cidade era bastante precário havendo necessidade de diversas obras que foram inventariadas num *Aviso* elaborado pelo secretário de Estado de D. Maria I e no qual constavam: *melhoramentos na barra, no cais e no esteiro da Ribeira e do Cojo, até às meras reparações no aqueduto da fonte da Praça, nos paços do Concelho e na cadeia pública* (ob. cit.; 315).

Estamos em crer que estas iniciativas, juntamente com o declínio do comércio que afectava a vida económica da cidade — assente na indústria e comércio do sal, na pesca e secagem do bacalhau, na pesca lagunar, na cultura e descasque do arroz, nas indústrias de cerâmica, de telha, de louça e adobes, na serração de madeiras e na construção naval — incentivaram novos pedidos da Câmara para se proceder às obras de abertura da barra e à dinamização do comércio marítimo. A sua quebra afectava não só as actividades locais mas também a *região* envolvente de Coimbra, da Bairrada, de Ovar e do Porto de onde provinham, respectivamente, louças, vinhos, sardinha salgada e vinhos.

Note-se que, além das actividades já descritas o termo de Aveiro era rico em explorações de minério, tais como volfrâmio, estanho, chumbo, carvão, ferro e caulino, que faziam parte do leque de produtos a exportar para o exterior. Por isso, uma vez mais, em 1791, a Câmara local resolveu *representar a Sua Magestade sobre a grande precisão de um canal ou desaguadouro, por onde saíssem para o mar as imensas águas que aqui*

se juntavam na ria e aqui se demoravam (ob. cit.; 191), tarefa que terá sido executada no ano seguinte com a abertura de uma barra ou regueirão junto da capela de N.ª Sr.ª das Areias, em S. Jacinto (ob. cit.; 94). Estava dado mais um passo, continuado através de uma série de diligências posteriores que vieram a permitir as obras de beneficiação da barra e a sua abertura definitiva, em 1808 (Fig. 5), bem como o restabelecimento das actividades marítima e piscatória. Na execução destes trabalhos foram utilizados os materiais rochosos da antiga muralha aveirense, impedindo assim a sua conservação até aos dias hoje.

É a seguinte uma descrição da época relativa aos resultados destas obras levadas a cabo em 3 de Abril de 1808, em consequência das cheias que, nesse inverno, fustigaram Aveiro inundando toda a parte baixa desta povoação:

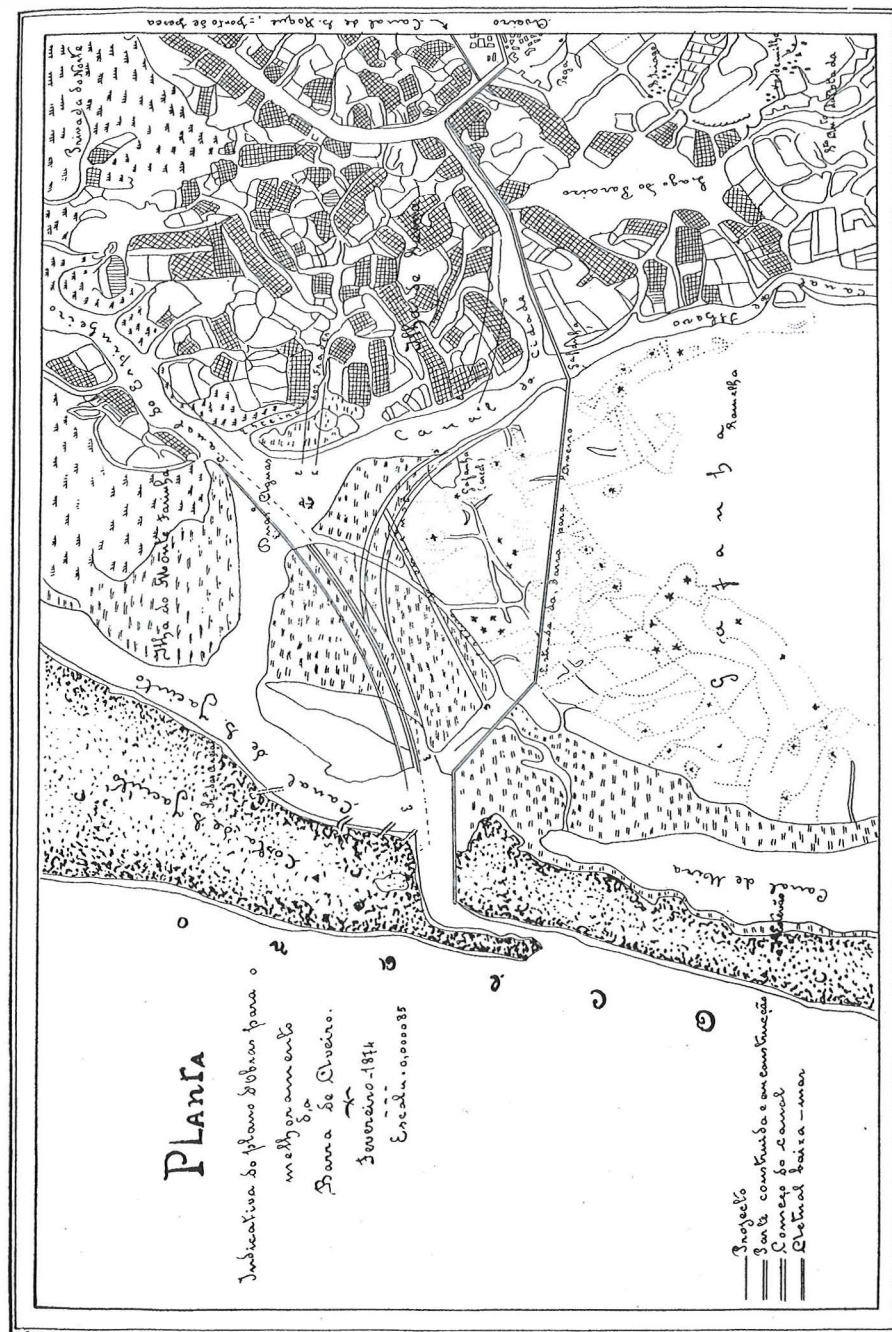
as águas que cobriam as ruas da praça desta cidade, e os bairros do Albói e da Praia, abaixaram três palmos de altura dentro de vinte e quatro horas e outro tanto em o seguinte espaço, e em menos de três dias já não havia água pelas ruas e toda a cidade ficou respirando melhor ar por estas providências com que o Céu se dignou socorrê-la e a seus habitantes (ob. cit.; 168).

Pelo seu interesse transcreve-se igualmente um excerto da *Memoria sobre a nova Barra d'Aveiro aberta em 3 d'Abril de 1808* (Pimenta; 1942; 164-165):

A historia marítima d'Aveiro he mui interessante. Há seculos que este Payz tem soffrido acontecimentos do maior interesse, porque o ter a Barra huas vezes aberta outras fechada tem influido para que tenha experimentado diffrentes alternativas, e he delas, que tem dependido o Commercio, a Agricultura, e mais que tudo a saude dos habitantes; e por isso mesmo as Artes nesta parte de território tem marchado a passos lentos, porque esta Cidade estava entregue somente aos acazos naturaes da embocadura do Vouga, que huas vezes innundava o Payz, outras o fazia florecer.

Não se pode exactamente fixar a Epocha, em que se projectou hua muralha, que he hoje o que existe da parte do Sul, e que muito bem se pode chamar o sustentaculo da Barra porque he d'encontro a ella, que batem as agôas expeditas das diffrentes partes, que compoem aquella Ria.

A necessidade de sutentar as agôas em hua corrente porpocionada à sua abundancia he que fez certamente conceber o projecto de levantar esta muralha.



Este projecto não deixou de ser hu pouco atrevido, não só pelo grande, e difficil trabalho de levantar a dita muralha, como athe por não haverem meios ou fundos para se concluir, e todo o fim deste intento era conseguir hua Barra, como coiza de primeira necessidade para o Payz, sem a qual a Cidade ficava reduzida a hua absoluta mizeria, e pobreza, como com efeito esteve por espaço de muitos annos; e não só os habitantes e officios (?) faltos de primeira necessidade para a sua subsistencia, mas athe todos os annos padecião bastante na sua saude, e deste modo a Cidade ia ficando despovoada, porque sendo seu maior commercio as Marinhas de Sal, e a Agricultura dos Campos, que estão entre as duas Rias, e em todas as circumferencias do Vouga, elles se achavão por espaço d'annos inundados, porque não tinham hua Barra que desse sahida as agôas, e deste modo todos os habitantes estavam privados dos meios de subsistencia, porque não tinham onde os procurar no Payz, e se vião por isso obrigados a abandona-lo.

Para fazer face a essas despesas, uma *carta de lei...* substituiu o imposto denominado *real da barra* por outro imposto de dois réis acrescentado, em todo o distrito de Aveiro, ao produto do real de água e destinado exclusivamente às obras do porto de Aveiro (Christo e Gaspar; 1986; 340).

Após a abertura da barra em terrenos de areia (por isso propícios a novas divagações e à obstrução da embocadura), não se quedaram as obras de beneficiação e, embora restabelecido o caminho para o oceano, a água salgada continuava a cobrir as ilhas e as marinhas, inundando-as frequentemente e impedindo o seu pleno aproveitamento. Por esta razão, prosseguiram os trabalhos de beneficiação durante toda a segunda metade do século XIX consistindo em melhorias pontuais ou em obras de beneficiação mais alargadas. Entre estas, conta-se a construção de um molhe provisório na margem esquerda do Vouga, a reintegração da ria de Mira no *sistema lagunar do Norte*, a construção do farol, a reparação de esteiros, a arborização das dunas, etc..

Acompanhando a realização destes trabalhos e a melhoria das condições de salubridade e de povoamento, nomeadamente através da utilização dos *adubos da ria*, assiste-se à intensificação das actividades agrícolas e à fixação de numerosos *colonos* que, pela sua dedicação e esforço, contribuem para o desenvolvimento da economia local. Daí que tenham recrudescido as *atenções da administração pública* (cf: Cunha; 1959; 30) sugerindo a continuação das obras encetadas bem como a realização de novos trabalhos. Destes destacamos a beneficiação hidráulica que levou ao *encanamento* do leito do Vouga, dando origem ao percurso conhecido por *Rio Novo do Príncipe* e à construção de um dique na sua margem direita, junto à foz, para sustentar a sua deslocação para sul.

Figura 5 — Obras da Barra.

Fonte: Cunha (1959), pág. 22.

A este propósito escreveu Rezende (1944; 11) que, embora fazendo declinar o movimento de navios, o estado da barra não terá afectado demasiado o tráfego das pequenas embarcações na ria as quais, transportando o sal, o peixe e o moliço, *vadeavam constantemente a vasta laguna do Vouga, levando aos esteiros da periferia um manancial de riqueza, que alastrava e abastecia povoações bastante distanciadas*. De certa forma foi este movimento interior na laguna, entre Ovar e Mira ou entre Aveiro e a parte terminal do Águeda e de outros afluentes, que permitiu a continuidade do comércio entre o norte e o sul, o litoral e as serranias do interior, numa época em que as condições naturais limitavam a circulação aos esteiros e canais que preenchem este vasto espaço lagunar.

5. Nota sobre a população no antigo regime

Embora difícil de contabilizar, dada a falta de documentos estatísticos sobre o total de habitantes que residiam em Aveiro em épocas passadas, servimo-nos fundamentalmente de estimativas baseadas em diferentes documentos, para elaborarmos esta nota sobre a população aveirense. Uma dessas informações consta da certidão dos capítulos especiais do Conde de Aveiro, nas cortes realizadas em Lisboa em Dezembro de 1439. Neste documento ficou determinado que, para o apuramento dos 13 *besteiros do conto* a que Aveiro era obrigada (pelas Ordenações Afonsinas de 1427), entrassem também os moradores de Esgueira. Tal significava, no seu conjunto, que estas duas povoações deveriam ter muito próximo de 2.800 (?) habitantes, tendo em conta a relação de 213 moradores para cada besteiro (cf: Galego e Daveau; 1986; 11).

Este montante deve no entanto ser observado com algumas restrições dada a composição social da população de Aveiro, onde se incluíam clérigos e pescadores. Beneficiando estes últimos de certos privilégios (como o de não servirem de *besteiros do conto*) (cf: Gomes; 1889; 89), é de crer que o montante acima estabelecido fosse mais elevado. Mesmo assim, quase um século depois, o *Numeramento do Reino*, mandado elaborar por D. Manuel I (o qual decorreu entre 1527 e 1532), refere-se ao total de fogos existentes em Aveiro (n.º de 894) e no seu termo (n.º de 566), num total de 1460 fogos. Tal valor poderia equivaler a cerca de 5.800 habitantes, (tomando a média de 4 hab/fogo) ou a 7.300, como sugere Gomes (ob. cit.; 71), não incluindo nestes os moradores dos conventos existentes nesta povoação.

Nesta data, o n.º de vizinhos residentes na vila de Esgueira era de 175, num total de 311 incluindo o seu termo (cerca de 1.200 moradores ?) e de 27 os vizinhos residentes na vila mais próxima de Arada, 50 na vila de Ílhavo e 46 na vila de Eixo, todas elas consideradas separadamente neste Numeramento.

Embora com as limitações inerentes a um cálculo desta natureza, estes valores chamam-nos a atenção para a dimensão de Aveiro, comparativamente a outras povoações,

como Coimbra, que nessa data teria 1329 fogos, num período da nossa história marcado pelo acréscimo da vida urbana e pelo incremento da actividade agrícola. Com efeito, este ficou assinalado pelo aumento das *arroteias*, pelo acréscimo da produção de cereais, vinho e azeite, e, sobretudo, pela introdução de uma nova cultura, o milho, que consituindo-se como uma base segura da alimentação, favoreceu um acréscimo sensível da população portuguesa (cf: Marques; 1976-I; 239).

Apesar destas condições favoráveis, a *vila* de Aveiro sofreu, conjuntamente com outras povoações do reino e em datas distintas, diversas epidemias responsáveis por um número elevado de óbitos e pela variação da população residente. De acordo com Gaspar (1997; 47), o século XVI foi bastante pródigo nestes incidentes que mancharam a evolução demográfica desta povoação em 1524, 1569, 1579/80 e, por fim, em 1599/1600. Mesmo assim, o levantamento das *peessoas de comunhão* residentes na freguesia de S. Miguel (a única existente em 1572 quando foram criadas as restantes freguesias), mandado realizar por D. João Soares, apontava nesta data para 11.365 *peessoas de comunhão*.

Como observa A. Neves (1997; 29), tal valor deveria pecar por defeito uma vez que não contemplava as *peessoas que não comungariam, entre crianças, protestantes, estrangeiros diversos sobretudo de religião protestante, mouros, ciganos, índios e escravos (para não falar de judeus, pois que convertidos em cristãos-novos, seriam obrigados à prática católica)*. Daí, avançar o mesmo autor com o cômputo global de 16.000 para 18.000 habitantes (ob. cit.; 54-55), montante que se terá mantido *certamente em fase crescente pela viragem do século, mantendo-se, sem grande alteração, até meados de Seiscentos*. Trata-se de um valor surpreendente que atesta a importância da vila de Aveiro nessa época antes da regressão que a atingiu durante os três séculos seguintes, até finais de Setecentos, quando a sua população ficou reduzida a menos de um quarto daquelas estimativas.

Note-se que, à semelhança do que sucedia noutras áreas lagunares, a evolução da população local era condicionada não só pelas pestes que atingiam o país, mas ainda pelas *seções* provocadas localmente pelo mau estado da barra. Como observa Sampaio (1966;10), *verificava-se esta coincidência: à medida que a abertura da barra se deslocava para sul, as calamidades recrudesciam*.

Fazendo fé noutros documentos, verificamos que, quase dois séculos depois, em 1721, as *Informações Paroquiais* então levadas a cabo dão-nos conta da redução para cerca de 4.000 fregueses ou *peessoas de comunhão* residentes nas quatro freguesias da vila (cf: Madahil; 1935; I; pp. 37-46; 325-332 e 1936; II; 151-160).

Quadro I — Estimativas da população

Freguesias	Inform.	Paroquiais	Recens. 1801 *
	1721	1755	
• freguesia de Espírito Santo	1300	800	1128
• freguesia de N.ª Sr.ª da Apresentação	114	612	894
• freguesia de S. Miguel	1297	850	897
• freguesia de Vera Cruz	1212	965	914

* In Amorim, 1996, 163

Estes valores parecem-nos confirmados mais tarde, quando da ocorrência do terramoto de 1755 e do inquérito mandado realizar por D. José I junto das paróquias do reino, com o fim de avaliar os estragos causados por esse acidente. Os dados então recolhidos nas quatro paróquias de Aveiro (cf: E. Costa; 1956) dão-nos um montante aproximado de 3.227 habitantes, valor que deve ser encarado com algumas reservas uma vez que se refere a uma estimativa da população residente, não contemplando algumas das informações recolhidas junto dos párocos todos os habitantes mas apenas os indivíduos com mais de sete anos.

Esta situação foi contrária à que genericamente se viveu no país nessa época quando se verificou, globalmente, um aumento significativo da população, fenómeno que, no dizer de Marques (1976-I; 515), se ficou a dever a *uma melhor organização do sistema distribuidor, acompanhado por um acréscimo de produção, tanto na agricultura como na indústria.*

Relativamente à população de Aveiro, os valores referidos são confirmados por R. e Cunha (1930; 28) que calcula em 4.400 os habitantes da vila em 1767 e apenas 3.500 em 1797, estando por isso a povoação a *caminho de se extinguir*. Esta situação pode, aliás, ser confirmada pelos dados recolhidos por Sousa (1997; 54-55) quando dos recenseamentos de 1801-1802, datas em que a população local deveria orçar os 3.833 habitantes.

Quanto à estrutura etária da população residente na Comarca de Aveiro, o grupo etário 0-6 anos representava apenas 15.8% da população residente. Trata-se de um dos valores mais baixos registados na Beira onde se assinala, em simultâneo, uma das proporções mais elevadas do grupo de idosos (com mais de 60 anos), que atingiam os 9%. Estes dados confirmam tratar-se de uma população duplamente envelhecida, na base e no topo, comprovando assim não só as condições repulsivas que então se faziam sentir nesta área, mas igualmente uma forte incidência dos movimentos migratórios (migrações

internas e emigração), atestada pela baixa relação de masculinidade, da ordem dos 91.6%, registada em toda a Beira.

Mesmo que apreciados no seu conjunto, estes dados comprovam a fatalidade que perseguiu esta povoação desde os meados do século XVI por via do fecho da barra, das pestes, das inundações e do decréscimo das actividades marítimas (comércio marítimo, pesca, construção naval, salicultura). Para além destas causas, poderemos igualmente invocar as perdas da população largamente sentidas nesta área causadas pela emigração para o Brasil quando se incrementou o *rush* mineiro neste território.

Outros elementos referentes à população de Aveiro no início do século passado reflectem a estagnação económica a que havia chegado a cidade, confirmada pelo reduzido número dos seus habitantes. A comprová-lo estão não só alguns dos valores demográficos disponíveis sobre este assunto, mas a redução, em 1835, das quatro freguesias que faziam parte da cidade para duas: Vera Cruz (por anexação com a de N.ª Sr.ª da Apresentação) e N.ª Sr.ª da Glória (pela reunião das freguesias de S. Miguel e Espírito Santo), separadas pelo canal central. De acordo com Quadros (1984; 95), tal medida ficou a dever-se aos *poucos meios para a decente sustentação de quatro freguesias e dos seus respectivos párocos e o ser então muito diminuta a população em Aveiro.*

Um relatório do Governo Civil, elaborado na transição da primeira para a segunda metade do século passado, ajuda-nos a compreender melhor a situação então vivida na cidade de Aveiro e na sua periferia (Braga; 1995: 194): *enquanto as povoações rurais aumentam em população e riqueza edificando-se novas casas e reconstruindo-se com melhoria muitas das existentes, vai a Cidade em progressivo abatimento e decadência. Diversas causas têm concorrido para este resultado; em uma terra pobre, sem comércio e sem indústria, não podia deixar de sentir-se a ausência dos principais proprietários devido em grande parte às diversas e sucessivas comoções políticas... a abolição de muitos ofícios públicos de cujo rendimento se sustentavam bastantes famílias e enfim, a ausência de um Corpo do Exército em Quartel permanente nesta Cidade.*

Além disso os lucros da pesca de que vive mais de metade da população da Cidade, têm diminuído consideravelmente por falta de actividade e indústria enquanto à do Mar, e por haver escasseado peixe na Ria desde a abertura da Barra. Mas sobretudo ao estado da Barra é que, no meu entender, deve principalmente atribuir-se a decadência desta Cidade, bem como à falta de vias de comunicação para o interior. De acordo com o mesmo documento, a população das duas freguesias urbanas deveria orçar os 4.590 habitantes (2.279 moradores na freguesia de St.ª da Glória e 2.311 moradores na freguesia de Vera Cruz), representando mesmo assim quase metade da população do concelho, ao tempo estimada em 10.260 indivíduos (Braga; 1995; Anexo I).

Ainda sobre o século passado, os dados recolhidos por Rodrigues e Pinto (1997; 139) comprovam a dimensão do crescimento da população de Aveiro, que de 3.868 habitantes em 1801 terá passado para 6.395 em 1864 e ultrapassado os 10.000 moradores em 1900. Tais valores realçam as transformações que acompanharam o reacender das actividades administrativas, sobretudo depois da elevação a cidade, *factor de atracção de gentes, por ter gerado a necessidade de criação dum aparelho administrativo, que despoletou uma certa animação económica* (Amorim; 1996; 187). Estas, as actividades que entretanto foram crescendo nesta área ribeirinha, depois do longo período de estagnação que marcou a vida do burgo, durante mais de três séculos em que a sua barra esteve praticamente fechada.

III — AS ACESSIBILIDADES E A INDUSTRIALIZAÇÃO-URBANIZAÇÃO

Uma cidade é sempre uma criação, um elemento fundamental da organização do espaço, um nó na malha de relações estabelecidas voluntária ou espontaneamente entre os habitantes: uma obra humana inscrita num pedaço de solo, um facto de superfície de dimensões reduzidas mas da maior significação pelas conexões que estabelece.

O. Ribeiro; 1994; 171

1. O arranque da industrialização

À semelhança do que propôs Amaral (1968; 14), entendemos que o estudo das características espaciais do fenómeno urbano e das suas relações externas deve ser considerado, tal como todos os fenómenos humanos, como uma entidade orgânica que evoluciona sob a acção de uma multiplicidade de acções individuais e colectivas. E pelo que acabámos de verificar, a abertura da barra do Vouga constituiu-se como uma marca relevante no processo da evolução da cidade e no reacender das suas actividades económicas. Com efeito, a facilitação das condições de acesso ao exterior, a que os habitantes de Aveiro desde longa data se haviam habituado, constituiu uma das condições fundamentais para o estabelecimento de novas actividades permitidas pelo processo de industrialização do país e com base na utilização da máquina a vapor e nas facilidades de transporte. E os reflexos destas oportunidades não se tardaram a fazer sentir quando o industrial José Ferreira Pinto Basto requereu, e lhe foi dado provisão, em 1824, para a construção de uma *grande fábrica de louça, porcelana, vidraria e processos químicos na sua quinta chamada da Vista Alegre da Ermida, freguesia de Ílhavo, comarca de Aveiro* (cf: Christo e Gaspar; 1986; 271).

Realizado o processo de mecanização da fábrica da Vista Alegre, em meados do século passado (1855), a este mesmo industrial se deve a mecanização a vapor das azenhas do Cojo (construídas pelo começo do século XV ou mesmo antes), destinadas à moagem de arroz e cereais. Contudo, o seu encerramento antes do final do século XIX mostra que os resultados não terão sido os esperados. De qualquer modo, a construção daquela unidade cerâmica segue a tradição local da indústria do barro que em Aveiro ganhara já alguma expressão durante o último quartel do século XVIII com a construção, por volta de 1774, da *Fábrica de Louça Fina*, destinada à produção de *louça fina, branca, de verniz, concorrente à de Coimbra, que integrasse os circuitos comerciais existentes* (Amorim; 1996; 699).

Tanto esta unidade como as restantes que se vieram a localizar em Aveiro e no seu termo, gozavam aqui das melhores condições para a sua implantação. Por um lado, a exploração próxima do subsolo permitia retirar parte da matéria-prima indispensável à laboração, em especial o barro vermelho, que alimentava a produção cerâmica em

diversos locais desta faixa litoral entre Ovar e Vagos. Por outro lado, a facilidade de escoamento dos produtos fabricados em mercados locais através da laguna (a caminho dos *portos secos* mais distantes) e do porto de Aveiro, e o abastecimento de energia com o carvão de lenha, permitiam a laboração contínua destas unidades.

A estas condições já favoráveis devemos acrescentar, ainda no termo do terceiro quartel do século passado, a construção (em 1854) da estrada de Aveiro a Viseu (via Albergaria-a-Velha) permitindo assim a sua ligação à estrada Lisboa-Porto e a construção das linhas de caminho-de-ferro, do Norte (inaugurada em 10 de Abril de 1864) e mais tarde a do vale do Vouga (aberta ao tráfego em 8 de Setembro de 1911).

No seu conjunto, estas novas infra-estruturas vieram facilitar o escoamento dos produtos oriundos da sub-região ribeirinha para outros cantos do país e do estrangeiro. Assim, a construção da linha férrea do Norte facilitou os acessos da barra de Aveiro à Foz do Douro, circulação que nos finais do século anterior se previa ser possível de concretizar através da abertura de um canal entre os rios Vouga e o Douro, ou até mais a sul, até ao Mondego, aproveitando os braços da *Ria*. Inicialmente, tal ligação poderá ter pesado negativamente no desenvolvimento do porto de Aveiro. No entanto, a linha do vale do Vouga, traçada de forma a servir toda a bacia deste rio até Viseu, incrementou ainda mais aquele tráfego, via Aveiro, com a zona centro-interior do território.

De acordo com testemunhos da época (Madahil; 1966; 51), a abertura da linha de caminho-de-ferro veio ainda a permitir a *exportação de mariscos e peixe para Badajoz* e eventualmente para outros locais da vizinha Espanha, como aconteceu em relação à Figueira da Foz quando da abertura da linha férrea da Beira Alta e esta povoação estendeu a sua acção até Salamanca ou mais além.

No início da segunda metade do século passado, a ligação de Aveiro ao exterior foi ainda enriquecida com a rede de comunicações telegráficas e postais, bem como com a construção de novas estradas em direcção à Barra, a Coimbra e a outras povoações mais próximas.

Relativamente à industrialização aveirense, convirá realçar que ela anda portanto associada quer à construção da linha do Norte — devida ao grande esforço e à pertinência do tribuno aveirense, José Estevão Coelho de Magalhães — quer ainda às obras do porto que, no dizer de R. Cunha (1928; 136), permitiram a esta cidade *antes do advento da viação ordinária e dos caminhos-de-ferro, realizar tão rapidamente pelo próprio esforço a sua reconstituição económica*, como ficou demonstrado pelo movimento comercial que durante o terceiro quartel do século passado animou a sua barra. De assinalar que na defesa desta ligação à rede de transportes nacionais, na qual assentou a expansão das

diversas actividades económicas do país, aquele político aveirense reafirmou a necessidade da melhoria das facilidades de comunicação entre Aveiro e as outras cidades, nomeadamente o Porto, por onde se escoavam diversos produtos desta região.

Em termos de ocupação do espaço, a construção da estação ferroviária, em Vale de Curvo, a cerca de 800 metros a nascente dos limites da cidade, constituiu o mais importante factor de crescimento urbano do século passado e dos primeiros anos do nosso século. A este melhoramento andam associadas não só a implantação das novas unidades industriais na cidade, mas também a construção da zona envolvente à estação de caminho-de-ferro que, na sua forma definitiva, foi aberta ao público no começo da segunda década do nosso século. Tal acontecimento veio a impor a urbanização de toda a zona envolvente à gare bem como a construção de diferentes artérias estruturantes da aglomeração urbana. A mais importante de todas — Av. Lourenço Peixinho — permitiu a ligação da estação ao centro da cidade, mas não devemos igualmente esquecer outros arruamentos traçados para ligar a estação aos terrenos de Sá (caso da actual R. Almirante Cândido dos Reis) e ao Cais do Cojo (pela actual R. Comandante Rocha e Cunha), então animado pelo movimento de tráfego destinado a outros pontos da cidade.

A construção da linha ferroviária esteve ainda na origem da construção de novas unidades fabris, especialmente na zona de São Roque, para onde foi construído um ramal destinado ao transporte de mercadorias para os armazéns e para as fábricas situados ao longo desse canal. Este troço assegurava a ligação do caminho-de-ferro ao *Cais das Pirâmides*, acessibilidade que se perdeu com a transferência do cais para os terrenos da Gafanha e que hoje em dia, mercê das obras realizadas no porto de Aveiro, parece de novo constituir-se como indispensável para o aproveitamento das infra-estruturas portuárias e para o transporte de mercadorias por via ferroviária.

Recorde-se que a construção daquela linha férrea não foi uma tarefa fácil. Para além dos custos relacionados com as expropriações de terrenos destinadas à construção desta infra-estrutura, tal deu origem a um conjunto de trabalhos de engenharia assinaláveis para a época. Citamos, a propósito, o atravessamento do vale da Presa e o aterro dos terrenos anexos pertencentes à quinta das Agrads (dada a natureza movediça do solo), bem como a construção do viaduto de Esgueira, uma das obras mais notáveis então realizadas devido à abertura do vale e ao encharcado dos terrenos onde foi implantado.

Como referimos, a ligação de Aveiro ao principal eixo ferroviário do país constituiu um factor decisivo do crescimento urbano deste centro, facto que foi auxiliado pelas obras portuárias que, numa fase mais recente, permitiram a beneficiação, não só do porto de Aveiro, mas também de outros portos do país. Neste caso, as obras encetadas marcam uma nova etapa do desenvolvimento da actividade comercial e piscatória, que veio

permitir o restabelecimento do comércio de longo curso e da pesca longínqua e do alto logo no início do nosso século, em 1903, após o levantamento da proibição de armamento e construção de navios para a pesca do bacalhau. Tal facto levou à intensificação desse movimento, parcialmente reduzido durante o primeiro conflito armado, para se reacender mais tarde no decurso dos anos vinte.

Alguns dados relativos ao movimento portuário, registado em datas posteriores, mostram como a pesca se animou depois das obras efectuadas na transição da segunda para a terceira década do nosso século de tal forma que, em 1934, demandaram já os mares da Groelândia e da Terra Nova 14 embarcações de Aveiro e a média de 15 navios nos três anos seguintes, de 1935, 1936 e 1937 (Rezende; 1944; 176). Neste último ano, utilizaram-se arrastões de ferro e não embarcações de madeira como sucedia até então, facto que se deve ao reacender da indústria da construção naval, com largas tradições em Aveiro. De então para cá, este tipo de pesca tem sofrido bastantes flutuações levando à perda da importância que, ainda há pouco mais de duas décadas, conferiam ao porto de Aveiro a primazia como porto bacalhoeiro e um peso considerável no domínio da pesca longínqua.

Como observa Lima (1936; 5), *apesar das más condições de barra*, este tipo de pesca desenvolveu-se bastante, localmente, dada a existência de um conjunto de factores, *que em nenhum outro porto se encontram em tão elevado grau*:

- a) *Condições climatéricas especiais para a seca;*
- b) *Estaleiros bem situados para construções e reparações de navios;*
- c) *Óptimas condições de hibernagem dos navios;*
- d) *Amplos e apropriados espaços para secas naturais;*
- e) *Tendência natural da população para a pesca de longo curso*

O peso da tradição e as oportunidades de emprego geradas pela *faina maior* levaram a que, durante décadas, fosse da região de Aveiro que saíssem *todos os capitães da marinha mercante que se dirigem aos bancos da Terra Nova* (idem; ibidem).

Como já notámos, dadas as deficientes condições naturais, a barra e do porto de Aveiro têm sido objecto de diversas intervenções. No que ao cais diz respeito (igualmente sujeito, frequentemente, a obras de beneficiação), estendia-se inicialmente por cerca de um quilómetro entre as pirâmides da *Cale da Vila* (mandadas edificar em 1780) e a ponte da Praça (F. Neves; 1954; 320-321), tendo-se gradualmente transferindo para junto da barra em consequência das obras aí realizadas e do acréscimo do respectivo tráfego comercial. Contudo, só com a publicação da chamada *lei dos portos* (Decreto-Lei n.º 12.767 de 2 de Dezembro de 1926), é que se abriram novas perspectivas à beneficiação do porto de Aveiro, com o lançamento das obras quer no seu exterior (através da

construção de dois molhes, resguardando o acesso à barra, concluídos apenas em 1958), quer no seu interior (através da construção do dique regulador das correntes, no canal de Mira e no canal de Ovar), bem como a construção de novas infra-estruturas portuárias.

Como resultado destes trabalhos, facilitou-se o acesso de embarcações de maior calado e em melhores condições de circulação e de atracamento, permitindo ao mesmo tempo reafirmar a *função regional* do porto de Aveiro, nomeadamente pela alternativa que passou a desempenhar em relação ao porto de Leixões. E o seu desempenho para o progresso económico da área envolvente reforçou-lhe a função essencialmente comercial que durante séculos desempenhou e que esteve na origem do desenvolvimento do *espírito marítimo e mercantil que a distinguia das populações mais próximas* (R. Cunha; 1928; 132).

Como observa Sampaio (1966; 15), as obras portuárias de Aveiro *marcam uma época de ressurgimento de uma região das mais prometedoras do País*, com efeitos imediatos sobre os concelhos ribeirinhos, de Ovar a Mira. No seu conjunto permitiram reanimar diversas actividades, e não só a piscatória (lagunar, marítima e longínqua, onde há pouco mais de uma década, em meados dos anos oitenta, se empregavam mais de 2.500 empregados nas dez principais empresas de pesca de Aveiro), mas ainda a salicultura, a apanha do moliço e a construção naval, bem como as indústrias conserveira e cerâmica, os lacticínios e a agricultura, esta beneficiada pela recolha das algas utilizadas na fertilização dos solos da região.

O conjunto destes melhoramentos, juntamente com outras iniciativas tais como a construção dos complexos industriais de Estarreja (indústria química, construído desde o início dos anos sessenta) e o centro fabril de Cacia (pasta de papel, construído ainda nos anos cinquenta), vieram permitir incrementar o trânsito portuário, devido à exportação maciça dos produtos aí fabricados. Assim, o movimento geral de mercadorias movimentadas no porto de Aveiro passou de menos de 10.000 ton. em 1957 para mais de 51.150 milhares em 1960, quadruplicando em 1970 (223.073 ton.), para ultrapassar em 1984 as 600.000 toneladas.

Na década de noventa, esse movimento passou das 1.574 milhares de toneladas em 1991 para mais de 2.225 milhares de toneladas em 1995 e 2.089 em 1996, valores que confirmam a importância das obras realizadas e em curso no complexo portuário de Aveiro.

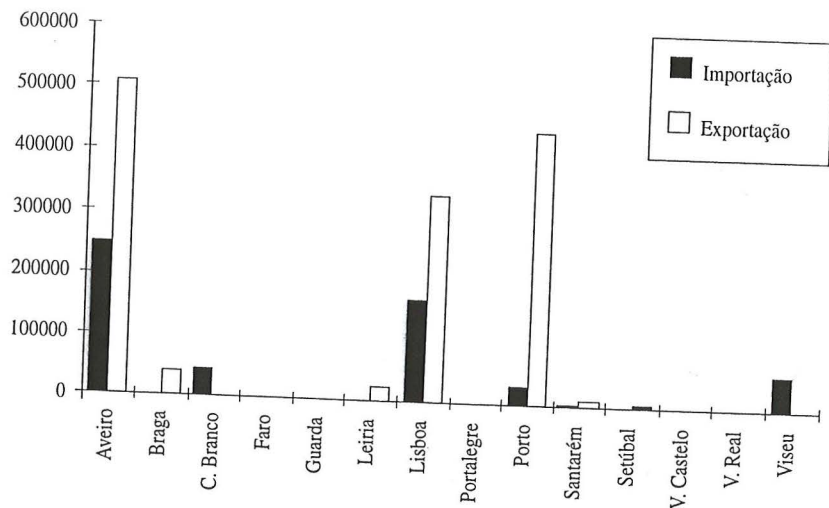
De referir que a melhoria das condições de acessibilidade, (portuária, ferroviária e, mais recentemente, rodoviária), facilitando o abastecimento mais rápido de matérias-primas e o escoamento, menos dispendioso, dos produtos laborados, levou à implantação de várias indústrias na área de influência do porto de Aveiro. Tal facto parece comprovar localmente, tal como se tem verificado noutras áreas do globo, que as condições de

circulação devem ser consideradas como *um dos factores principais de localização das indústrias* (cf: L. Caetano; 1986; 314).

Concorrendo em algumas das suas valências com o porto de Leixões, o movimento portuário tem vindo a aumentar consideravelmente depois da realização das obras integradas no *Plano Geral de Desenvolvimento do Porto de Aveiro*. Os estudos iniciais, que remontam à década de setenta, têm permitido a realização de novas obras de ampliação e de beneficiação, às quais se deve o reacender da actividade piscatória e da própria salicultura, da indústria do frio e dos serviços portuários e transitários que, no seu conjunto, se desenvolveram localmente beneficiando da expansão do centro urbano de Aveiro e de outras localidades da região ribeirinha.

Dada a localização deste complexo portuário, as facilidades de escoamento, sobretudo por via rodoviária, estão garantidas através dos *itinerários principais* e da auto-estrada que serve esta área do território. Conjuntamente com as obras de expansão em curso, a acessibilidade local conferida por aquelas vias tem facilitado o movimento portuário permitindo-lhe a sua maior abertura ao exterior através do alargamento do seu *hinterland* e da beneficiação das condições de carga e descarga comparativamente a outros portos do continente. Por este facto, o movimento actual de mercadorias estende-se praticamente a todos os distritos do continente (em particular aos distritos do Porto e de Lisboa), bem como à vizinha Espanha (Fig. 6).

Figura 6 — Porto de Aveiro: movimento de importação/exportação, por distrito — 1996



Em relação ao último ano de 1996, o número de navios entrados no porto de Aveiro foi de 1.092 (movimentando 2.090 milhares de toneladas), posição que lhe dá algum relevo depois de Lisboa — 3.901 navios (12.734 milhares de ton. de mercadorias); do Douro e Leixões — 2.646 navios (12.632 milhares de ton. de mercadorias); de Setúbal — 1.600 navios (4.536 milhares de ton. de mercadorias movimentadas) ou mesmo de Sines, onde se registou a entrada de 846 navios que movimentaram 18.902 milhares de toneladas.

Do tráfego portuário realça-se o peso da pasta de papel e dos produtos químicos (representando cerca de 2/3 do total das mercadorias embarcadas), sendo os cereais e os produtos metalúrgicos, os produtos químicos e alimentares, os minerais brutos, a madeira, a cortiça, o cimento e outros materiais de construção os primeiros responsáveis pelo movimento de carga e descarga realizadas neste porto, que tem como principais parceiros os países da União Europeia: mais de 80% do tráfego total no último triénio de 1994/96.

Quanto às instalações portuárias, registe-se que, de forma global, o *complexo portuário* de Aveiro estende-se ao longo de um canal com 9 km de extensão, onde foram construídos os terminais comerciais (norte e sul), o porto industrial e os portos de pesca costeira e de pesca longínqua. Situados na margem esquerda do Vouga (em terrenos da Gafanha), o terminal comercial sul fica a cerca de 8 Km da embocadura (na margem esquerda da Cale da Vila, na antiga estrada de Aveiro-Barra), enquanto que o terminal norte se situa na ilha da Mó do Meio (concelho de Ílhavo). Próximo deste localiza-se o porto industrial (essencialmente preparado para a armazenagem de granéis e de combustíveis líquidos) e o porto de pesca longínqua (pescado congelado e bacalhau).

Quadro II — Movimento geral do porto de Aveiro

Ano	Mov.comercial (ton.)	Navios ent.
1958	26.792	101
1968	140.242	247
1974	353.325	425
1976	306.217	452
—	—	—
1991	1.574.000	941
1993	1.900.000	1.018
1995	2.225.868	1.095
1996	2.089.096	1.092

Por sua vez, o novo porto de pesca costeira (que inclui para além do arrasto costeiro, o cerco e a pesca artesanal), encontra-se na margem direita do canal de Mira, enquanto que o antigo porto, a *lota* (inaugurada em 1959), se mantém ainda junto da cidade, próximo do *Cais das Pirâmides*. Aí, tem sido desembarcado o pescado proveniente do arrasto costeiro (traineiras) e das embarcações fluviais da ria. Antes da edificação destas obras, *eram as Pirâmides o local livremente escolhido pelos mestres das traineiras para venda de peixe* (Sampaio; 1966; 17) de tal forma que, como nota o mesmo autor, *às vezes eram tantas as embarcações que estas estendiam-se ao longo do cais do canal central até ao Rossio*.

Hoje em dia este troço do canal é sobretudo ocupado por embarcações de recreio.

2. A mancha urbana

A apreciação de diversas figuras traçando os limites da povoação, em várias épocas, elucidam-nos sobre as vicissitudes por que passou esta cidade, particularmente durante os anos menos favoráveis em que, devido ao assoreamento da barra, teve de renegar à sua vocação marítima. Embora sem pretender decalcar outras descrições, parece-nos importante recordar os seus limites em datas distintas: quando da elevação a cidade (descrição feita anteriormente) ou, já mais tarde, quando do arranque da industrialização (ver: Fig. 4).

Referindo-se ao seu traçado nos finais do século XIX, a descrição de C. e Sousa (1940) mostra como, ainda nessa época, os limites da cidade eram bem reduzidos. Ora, não sendo nosso objectivo descrever pormenorizadamente a evolução da ocupação actual, relembramos o seu traçado quando da transição para a sociedade industrial e de serviços, que se verificou depois da melhoria das condições de acessibilidade que estiveram na origem deste fenómeno desde os finais do século XIX.

Recordamos então algumas das obras de beneficiação realizadas durante o século passado, quando Aveiro registou um novo fôlego no seu crescimento devido às obras da barra e à reabertura do porto à navegação marítima. Assim, do lado de *Cimo de Vila* e por volta de 1840, após a demolição da Igreja de S. Miguel (em 1835), foi arranjado o largo fronteiriço dos Paços do Concelho, trabalho que prosseguiu com a demolição de alguns dos edifícios que lhe estavam próximos, tais como o palácio episcopal e a porta da Ribeira. O mesmo se verificou com o templo do Espírito Santo, deitado por terra em 1858.

Do lado da Vila Nova, em 1851, deliberou a Câmara *atterrar a marinha rossia, com vista a dar ao Largo do Rossio uma forma regular, arborizando-o e embelezando-o* (Christo e Gaspar; 1986; 190). A construção de novas edificações e o traçado das ruas foi feito mais tarde, ainda durante o terceiro quartel desse século. Posteriormente, reconheceu

a mesma edibilidade *a grande falta de casas, principalmente para a classe pobre dos pescadores 'em cujo bairro estão famílias aglomeradas em casas que não comportam um tão grande número de moradores* pelo que foi sugerido à edibilidade *a construção de novas habitações no terreno municipal da marinha rossia* (ob. cit.; 44).

Completando as iniciativas anteriores, foram sugeridos outros melhoramentos no centro da cidade, tais como a construção de um *edifício para as repartições públicas do Distrito*, próximo ao Terreiro das Carmelitas (ob. cit.; 370) — correspondendo na actualidade ao edifício do Governo Civil onde ficaram sediadas, no início do século, o Governo Civil, a Junta Geral do Distrito, as Direcções de Finanças, de Estradas e Escolar, a Delegação da Junta Autónoma de Estradas, da Hidráulica do Mondego, o Tribunal de Trabalho — e as obras de reconstrução do *cais da Ribeira ou do canal central*, concluídas em 1872 (ob. cit.; 387).

Também a construção do Quartel de Sá, no lugar onde outrora existia o Convento do mesmo nome (durante o último quartel do século XIX), foi decisiva para o alargamento da mancha e do perímetro urbano arrastando consigo não só a edificação de novas habitações à sua volta mas também a sua ligação à estação do caminho de ferro e à principal artéria que se ia abrindo ligando a gare ao centro da cidade.

Entretanto, o fenómeno da industrialização induzido pela construção da linha de caminho-de-ferro foi-se ampliando através da construção de novas unidades industriais. Destacamos a *Fábrica Nacional de Vidros Aveirense* (1888-1891) e as unidades cerâmicas concentradas inicialmente numa zona de grande acessibilidade marítima, junto do esteiro do Cojo. Foram elas as seguintes: *Fábrica de Louça da Fonte Nova* (1882), junto ao cais do mesmo nome, ou seja, na parte traseira do cemitério do Cojo; *Fábrica de Cerâmica de Jerónimo Pereira Campos* (1897), em lugar não muito distante da *Agra dos Frades*, para onde foi transferida no começo do século; *Empresa Cerâmica da Fonte Nova* (1903) e a *Fábrica de Louça dos Santos Mártires* (1905), que deu mais tarde lugar à *Fábrica Aleluia de Louças e Azulejos* e depois à *Fábrica Aleluia* (1917), no lado oposto à fábrica anterior, junto da antiga Ponte de Pau e do esteiro do Cojo.

Para além da sua importância no preenchimento do espaço urbano, a localização destas unidades fabris, com acesso directo ao mar através dos esteiros da ria e próximo da linha de caminho-de-ferro, mereceram das autoridades e da população algum apoio por se pensar na sua ligação directa à estação do caminho-de-ferro. Foi assim projectado um ramal ferroviário que, continuando a linha do Vale do Vouga, terminasse no Ilhote do Cojo *para poder servir livremente de cais da ria* e para o transporte de sal. Igualmente foi defendida a construção de um ramal de *caminho-de-ferro americano* (sobre carris-de-ferro mas puxado por animais), ligando a estação de caminho-de-ferro à barra daquele rio.

Embora estes projectos não se tenham concretizado, manteve-se como herança das obras então realizadas a chamada *ponte de pau*, que permitia o transporte terrestre, puxados por juntas de bois, das mercadorias desembarcadas no cais do Cojo para a estação de Aveiro. Note-se que, à época, o esteiro do Cojo apresentava na sua parte central uma pequena ilha, ocupada essencialmente pela agricultura, mas o mesmo acabou por ser aterrado nos finais do século passado não para a construção da estação ferroviária, como referimos, mas sim para a construção do Mercado Municipal onde se encontra actualmente implantado.

Por sua vez, a abertura de um novo arruamento ligando a estação ao centro da cidade, iniciada em 1918, veio a permitir o alargamento da cidade naquela direcção, até então ocupada por *terreno maninho* (Tavares; 1959; 58). À abertura desta nova *frente de urbanização* deve-se a implantação de novas residências, do comércio e de serviços, cuja importância actual nos permite ajuizar do alcance e da oportunidade do traçado desta artéria naquela época.

Também na parte da *Vila Nova*, Christo e Gaspar (1986; 394) dão-nos conta da cedência, para aforamento, da Quinta da Apresentação, com vista à *edificação de pequenas casas* e à construção de novos arruamentos, o que veio a acontecer com a abertura da rua de ligação do Largo da Apresentação à R. de S. Roque e das suas perpendiculares, entre a Tva. da Palmeira, a R. do Arco e a Rua do Vento. Entretanto, novas edificações assinalam esta nova fase de expansão urbana. Recordamos a construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, próximo do Parque Municipal, na quinta da Senhora da Ajuda (anexo ao convento de Santo António), em 1901; as obras de demolição de parte do Convento das Carmelitas *para a abertura de uma praça que veio a chamar-se do Marquês de Pombal* (ob. cit.; 275) em 1905 e as obras de *ajardinamento do Rossio de São João*, em 1909 (ob. cit.; 131).

Convirá realçar que, ao longo da primeira metade do nosso século, Aveiro foi alargando o seu perímetro urbano através da construção de diversos melhoramentos públicos e de outras edificações. Assim aconteceu a nascente, com a ocupação do espaço central e limítrofe da Av. Dr. Lourenço Peixinho, e a sul, ultrapassando os limites que lhe tinham sido impostos pelo Convento de Santo António e pela Fonte das Cinco Bicas, construída próximo do local onde antes se erguera a Igreja do Espírito Santo.

Não muito distante desta e para o lado nascente veio a concretizar-se a construção do Liceu Nacional de Aveiro, inaugurado em 1952. A urbanização do bairro Dr. Álvaro Sampaio, que lhe fica adjacente, marca assim uma nova fase da urbanização desta parte da cidade cuja ampliação sofreu novo relance a partir dos anos oitenta.

Para poente, a cidade foi-se estendendo ultrapassando agora os limites impostos quando da construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, pelo Seminário Diocesano (em terrenos de Santiago, nos anos quarenta) e pelo bairro social da Misericórdia, construído entre 1947 e 1949.

A norte desta pequena mancha urbana, a edificação do bairro dos Santos Mártires completou a ocupação mais densa da zona do Albói.

Independentemente destas novas áreas de expansão urbana e dada a integração nos limites da cidade da freguesia vizinha de Esgueira, a cidade vai progredir a sua expansão nessa direcção transformando gradualmente povoações de feição mais rural em verdadeiros dormitórios urbanos. O mesmo veio a suceder no início da década de sessenta quando a área citadina foi de novo ampliada pela inclusão dos lugares de Aradas, de S. Bernardo e da Quinta do Gato e, mais recentemente, pelo seu alargamento às novas freguesias de Santa Joana Princesa e N.^a Sr.^a de Fátima.

3. Aspectos de natureza demográfica

Os dados anteriormente referidos relativos à evolução de Aveiro e às suas actividades devem ser completados com outros elementos mais actuais sobre a população e os seus movimentos, natural e migratório, responsáveis pelo crescimento desta povoação. Esta análise terá sobretudo em atenção os dados estatísticos recolhidos quando dos recenseamentos gerais da população, ou seja, desde 1864 até aos nossos dias.

Com uma população orçada, em 1864, em pouco menos de duas dezenas de milhar de habitantes, o crescimento demográfico do concelho realça, desde então, um aumento bastante acentuado que permitiu, até aos alvares dos anos cinquenta, uma duplicação dos seus habitantes. A fazer fé em estudos anteriores (cf: Soares; 1904), tal facto deve-se não só ao aumento da salubridade desta região ribeirinha, facilitada depois da reabertura da barra de Aveiro, mas também à *fertilidade progressiva dos campos que marginam os inumeros braços da ria e à produção cada vez maior do sal* (ob. cit.; 28). Em consequência, à excepção do período intercensitário coincidente com o primeiro conflito armado (1911-1920) — durante o qual se registou uma perda de 281 indivíduos, por via sobretudo da gripe pneumónica e do aumento da mortalidade relacionado directamente com o primeiro conflito armado — esse crescimento manteve-se posteriormente sempre positivo.

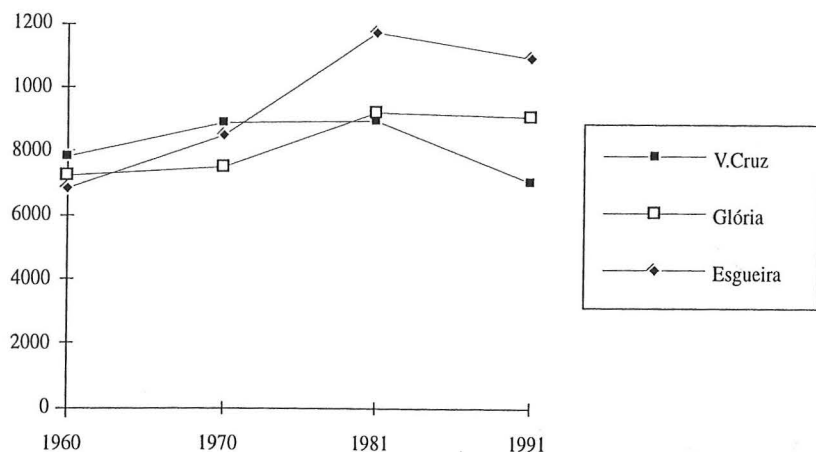
Nos anos seguintes, à excepção do período de 1960-70, em que esse aumento foi apenas de 6.5%, nos restantes períodos intercensitários o acréscimo global da população no concelho foi assinalável, em muitos casos muito superior aos 10%, chegando mesmo a atingir os 23% entre 1970 e 1981. Este facto atesta as diversas etapas do crescimento,

industrial e urbano, que afectou este concelho cuja população orçava, em 1991, os 66,4 milhares de habitantes

Tal situação, registada de forma idêntica em quase toda a orla do ocidente português, deve-se fundamentalmente ao reforço da urbanização, tendo por isso a população urbana no continente crescido em duas décadas apenas, de 1960 a 1981, quase um milhão de indivíduos, o mesmo que aumentara nas décadas precedentes de 1911 a 1960 (Salgueiro; 1992; 43).

Por sua vez, se atendermos ao movimento nas antigas freguesias urbanas de Esgueira, Glória e Vera Cruz (Fig. 7), verificamos ser Esgueira a única freguesia que mantém um ritmo crescente da sua população, enquanto que Glória e Vera Cruz registam algumas perdas nos períodos de 1911-20, e mais tarde, entre 1960-70. Neste caso (e por razões de desmembramento do seu território), a variação mais significativa é a da freguesia da Glória (-33.6%), cabendo a Vera Cruz um ligeiro acréscimo de + 4.6%. De qualquer modo, estas três freguesias albergavam em 1981 cerca de metade da população do concelho, sendo a freguesia de Esgueira notada por ter duplicado, num período relativamente curto, entre 1950 e 1970, o total dos seus habitantes.

Figura 7 — Evolução da população nas freguesias urbanas

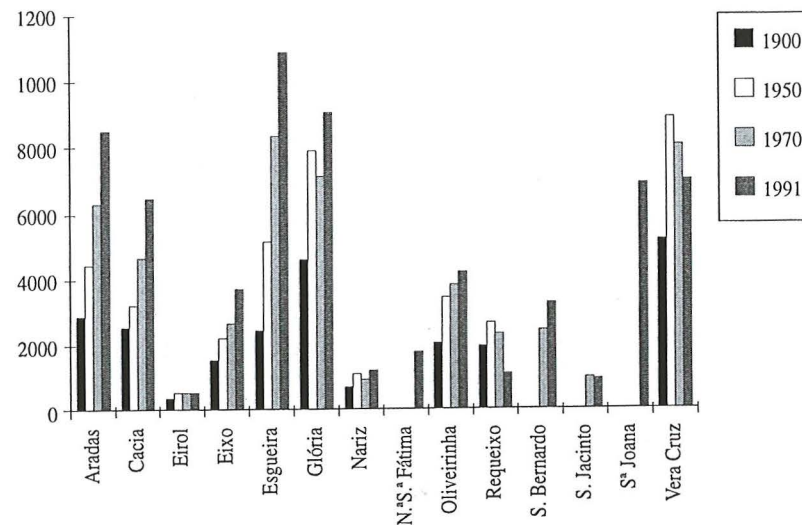


Em relação a 1991 note-se que o peso da população urbana no conjunto da população do concelho decaiu para 40.8%, facto que realça o avanço da *urbanização* sobre as freguesias vizinhas de S. Bernardo, Aradas, St.ª Joana, N.ª Sr.ª de Fátima e

outras, bem como a chegada de novos moradores que, atraídos pelas oportunidades de emprego, aqui se vieram fixar.

Como já foi notado, regista-se que a variação, nalguns casos negativa, da população em algumas destas unidades administrativas deve-se fundamentalmente à criação de novas freguesias (Fig. 8) que manifestam, no seu conjunto, uma grande dependência em relação ao centro urbano de Aveiro. Tal facto torna-se de facto compreensível se tivermos em conta as oportunidades de emprego e a diversificação de funções concentradas na sua sede, estando de acordo com a evolução global sentida nos demais centros urbanos do país bem como no reforço do seu poder de atracção. Justificando a ocorrência deste fenómeno, Salgueiro (ob. cit.; 57) refere o aumento dos investimentos relacionados com a industrialização, que não foram *acompanhados de medidas de enquadramento da agricultura que, por isso, não registou aumentos de produtividade nem modernização*, contribuindo assim para *aumentar os desequilíbrios regionais e favorecerem a intensificação dos movimentos de abandono do interior*.

Figura 8 — População residente nas freguesias do concelho



Por sua vez, J. Gaspar (1987; 26) assinala que estas variações ficam igualmente a dever-se à evolução da estrutura e das funções urbanas, ao crescimento da cidade e das suas periferias, *definindo bacias de emprego em alargamento*, não sendo por isso alheias ao movimento natural da população e aos movimentos migratórios (migrações internas e

emigração, bastante sentida em todas esta região). Assim e em relação aos movimentos internos (registados logo no início do século actual por Soares [1904; 36], dando conta que, por cada 1000 habitantes, só 795 eram naturais do concelho de Aveiro, 87 naturais do distrito de Aveiro, 108 naturais de outras partes do país e os restantes, nascidos no estrangeiro), podemos assinalar que, pela sua situação, na faixa centro-litoral, Aveiro deverá continuar a beneficiar do processo de *litoralização* expresso pela sua atracção em relação ao interior do país. Este fenómeno deverá contribuir para a manutenção de níveis de fecundidade capazes de lhe assegurarem, durante os próximos anos, *um crescimento natural ligeiramente positivo* (Nazareth; 1988; 148) que continuará a facilitar o aumento da população residente.

Em relação às saídas para o estrangeiro, parece-nos que a abertura do porto de Aveiro à navegação exterior, promovendo os contactos com outros povos, e à colonização portuguesa, terá sido um dos primeiros factores que impulsionou a emigração local, no que terá sido ajudado pelas alterações progressivas do estado da barra e pela decadência das actividades económicas sediadas nesta sub-região ribeirinha.

Embora difícil de contabilizar (dada a falta de elementos estatísticos), mas de acordo com a tradição desta área, a emigração para o Brasil (e eventualmente para outras paragens) interessou seguramente à população local muito antes de O. Martins ter assinalado a dimensão desse fenómeno nos finais da década de oitenta do século passado. Lembra-nos a propósito este autor que *as repetidas e abundantes sangrias desde a primeira expedição ultramarina que foi a de Ceuta* (Martins; 1956; 211), as catástrofes e as precárias condições da economia portuguesa justificam a expansão deste movimento no termo do século passado, o qual, tendo o Minho como centro de irradiação, alastrava *pelo litoral, para sul (Beira-Alta) nos distritos de Aveiro e Coimbra principalmente* (ob. cit.; 219).

A apreciação da evolução da emigração portuguesa registada desde o século passado feita por J. Evangelista (1971; 132-150) e outros autores (cf: Arroiteia; 1983), permite conhecer com maior detalhe a extensão deste fenómeno desde o terceiro quartel do século XIX e atesta a sua importância no distrito de Aveiro, tido, conjuntamente com os distritos contíguos do Porto e de Viseu, como uma das áreas de emigração transoceânica (Brasil, Venezuela, E.U.A. e Canadá), antes da sua orientação para a Europa. Com efeito, se atendermos aos valores globais referentes à emigração legal registada entre os anos sessenta dos séculos XIX e XX, verificamos a saída de mais de duas centenas de milhar de emigrantes oriundos do distrito de Aveiro, representando cerca de 10% do total de saídas estimadas ao logo desse período.

No seguimento da tradição emigratória manifestada nos anos anteriores, as saídas registadas durante a segunda metade do nosso século comprovam a importância deste

fenómeno em todo o distrito e particularmente nesta região ribeirinha, que em algumas áreas se manteve fiel à tradicional corrente transoceânica para os E.U.A. e Canadá, ou mesmo para outros países agora do continente sul-americano, como o Brasil, a Argentina e a Venezuela. Estes destinos são referenciados nas saídas dos emigrantes em todo o concelho de Aveiro, facto que uma análise mais circunscrita, a nível de freguesia, acabaria por realçar.

Outros testemunhos da dimensão deste fenómeno podem ser analisados na própria paisagem através dos traços exteriores das edificações que marcam as vagas sucessivas da emigração para o Brasil, para os E.U.A., para a França ou mesmo para a Alemanha. O mesmo poderia ser igualmente comprovado por meio da análise da natureza e origem dos depósitos bancários e pelas estimativas das remessas dos emigrantes canalizadas para a banca aveirense, responsáveis por muitos dos investimentos industriais e urbanos relacionados com o comércio e a construção civil, realizados nesta área. Por sua vez, os valores referentes à emigração quer no distrito, quer no concelho de Aveiro, parecem contrariar o nível de desenvolvimento sócio-económico que globalmente caracteriza esta área do território expressos, por exemplo, na repartição da sua população activa.

Quadro III — Repartição da população activa por sectores de actividade

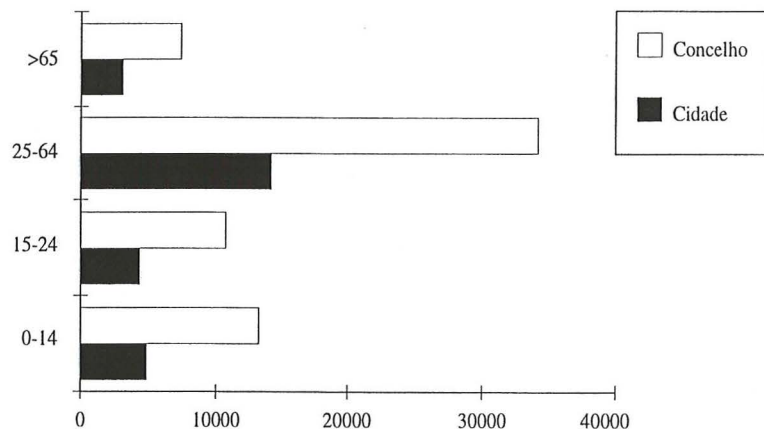
Ano	Primário		Secundário		Terciário	
	Aveiro	Cont.	Aveiro	Cont.	Aveiro	Cont.
1960	38.6	45.6	42.0	28.7	19.4	27.7
1970	28.2	31.5	48.0	32.2	23.8	36.3
1981	19.8	19.4	53.5	38.8	26.7	41.8
1991	-	-	-	-	-	-

Mesmo assim, os dados anteriores permitem-nos ajuizar das transformações globais ocorridas desde os anos sessenta na sociedade portuguesa, devido à redução dos activos no sector primário e ao seu empolamento nos sectores da indústria e dos serviços. Estes indicadores, verificados localmente, estão de acordo com J. Gaspar (1972; 337) que observou, num dos seus estudos de geografia urbana, que *a industrialização, pela acumulação de riqueza que produz e pelo adensamento populacional que gera, desencadeia a necessidade de um incremento das actividades de comércio e serviços nos territórios em que se instala*. É o que se tem verificado em Aveiro e na sua área urbana.

Como temos vindo a referir, estes factos, conjuntamente com a sua localização geográfica, têm contribuído para que Aveiro seja considerado como um pólo de atracção

demográfica, pouco afectado ainda pelos movimentos de envelhecimento que identificam as outras regiões do território. É o que podemos realçar pela análise da estrutura etária da sua população, particularmente da residente na cidade, que globalmente confirma o peso dos adultos activos e a importância dos novos nascimentos, expressos no peso do grupo funcional dos jovens (0-14 anos) no conjunto da população residente (Fig. 9).

Figura 9 — Estrutura etária da população residente 1991



Note-se que as perdas registadas entre 1981 e 1991 nas três freguesias urbanas de Vera Cruz, Glória e Esgueira foram globalmente acompanhadas por uma perda de população jovem, jovem-adulta e adulta e por um ligeiro acréscimo da população de idade superior aos 65 anos. Espera-se que este fenómeno venha a alterar-se quando da realização do próximo recenseamento da população em virtude do alargamento progressivo da área construída e da fixação de novos habitantes.

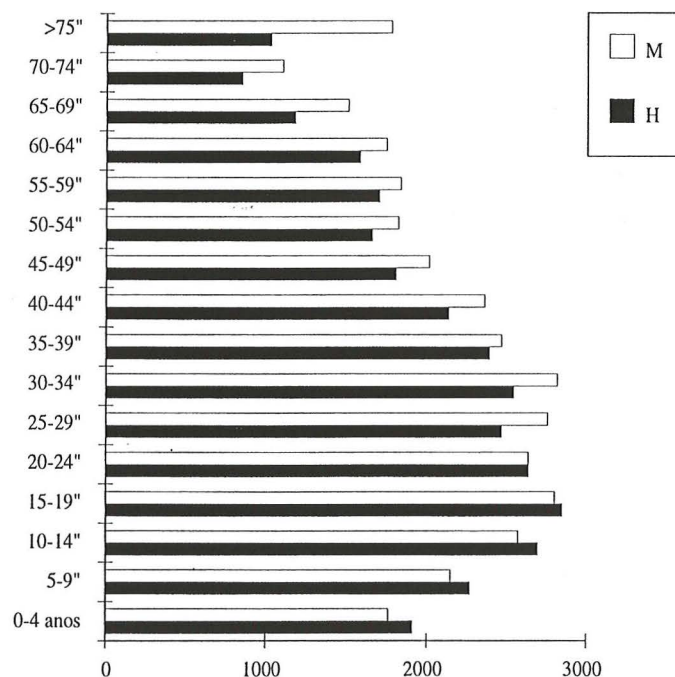
Uma análise mais detalhada à escala do distrito permite-nos conhecer melhor o contexto demográfico em que nos situamos (Fig. 10).

4. Relance sobre as actividades económicas dominantes

O desenvolvimento urbano recente de Aveiro, iniciado, como referimos, com as obras de abertura e de melhoria da barra, a construção da linha férrea do Norte e das unidades industriais no fim do século XIX, tem vindo a expressar o peso de muitos outros factores que se têm manifestado ao longo desta última centúria. Apontamos em primeiro lugar a consolidação das obras de beneficiação portuárias que permitiram o reacender do

comércio marítimo, a animação da pesca longínqua e de longo curso, o incremento da construção naval e a implantação de um conjunto de indústrias químicas, de papel, mecânicas, metalomecânicas e outras, que acabaram por se instalar dentro do actual perímetro urbano ou muito próximo dele. Estes empreendimentos assinalam as diversas etapas registadas no processo de industrialização de Aveiro, para o qual concorreram não só capitais locais ou gerados pela emigração, mas igualmente os capitais estrangeiros que foram aplicados na agricultura, na pesca e na exploração marinha, na indústria transformadora e na construção civil bem como nos serviços relacionados com o comércio, o trânsito de mercadorias, o porto e os serviços alfandegários.

Figura 10 — Distrito de Aveiro — população por idades (1991)



A diversificação destas actividades e o seu progressivo desenvolvimento têm contribuído para reforçar o peso económico de Aveiro (sobretudo ao nível da área mais alargada do distrito), referido por alguns indicadores de riqueza e de bem-estar social como um dos mais prósperos do país. Para tanto concorreram, de forma relevante, as consideráveis remessas de emigrantes (oriundas sobretudo da América, um dos

continentes preferidos pelos emigrantes locais), que contribuíram grandemente para a solidez do mercado de capitais regional. Parte destas poupanças terão sido aplicadas em investimentos locais, à semelhança do que já tinha acontecido nos finais do século passado, quando do arranque da industrialização local, em que foram investidos capitais brasileiros na constituição de algumas das grandes sociedades da indústria cerâmica.

Independentemente dos aspectos anteriores, importa realçar outros factores que estiveram na origem do crescimento da cidade de Aveiro, particularmente durante o terceiro quartel do nosso século aquando do recente surto de urbanização e de terciarização sugeridos pela construção de novas infra-estruturas, pelo alargamento do perímetro citadino e pela implantação definitiva do Ensino Superior nesta cidade. Retenhamos alguns deles relacionados, primeiramente, com as actividades do sector primário.

A fertilidade dos solos de toda bacia do Vouga, bem como as suas características climáticas, estiveram na origem do desenvolvimento de uma policultura intensiva, para autoconsumo ou para venda, e de uma actividade agrícola diversificada baseada na cultura da batata, do milho, do feijão e, nalguns locais, da própria vinha. Por outro lado, as condições naturais dominantes em torno desta bacia hidrográfica permitiram uma intensa criação de gado bovino, assente na cultura do milho, dos prados e das forragens, que tornaram durante muito tempo esta região uma das mais importantes bacias leiteiras do país.

Hoje praticamente inexistente a cultura do arroz, levada a cabo nas margens alagadiças do rio Vouga, foi durante séculos igualmente importante.

Quadro IV — Concelho de Aveiro: explorações agrícolas e áreas (1991)

Total		Produção Singular	
Explorações	S. A. U.	Explorações	S. A. U.
2.647	4.081	2.597	3.803

Sendo uma área marcada pelo minifúndio (como sucedia na zona urbana de Santiago), por intensa actividade agrícola e pela criação de gado bovino e de outras espécies, os terrenos disponíveis foram, mesmo assim, ocupados por uma intensa mancha florestal de pinheiro bravo, eucalipto e outras espécies (essencialmente choupo, castanheiros e folhosas diversas), facilmente utilizadas na indústria de papel localizadas no rio Caima e em Cacia. Identificada como uma das indústrias responsáveis pelo crescimento da região e simultaneamente acusada pelos seus efeitos na poluição das toalhas de água que banham o litoral, a indústria de celulose representa uma nova geração de unidades fabris de grandes dimensões, tal como a indústria cerâmica de características modernas

(em particular a porcelana e o barro vermelho), que continuam a marcar a segunda fase de industrialização desta área.

Para além destas indústrias, o sector moderno da indústria local inclui ainda um leque diversificado de unidades, entre as quais se destacam as de produtos metálicos e de minerais não metálicos, a metalurgia de base, a alimentação, bebidas e outras, sendo que algumas das indústrias tradicionais como a construção naval tem vindo a reduzir-se substancialmente nas últimas décadas.

Igualmente relevantes, contamos com as indústrias de moagem, de produção de alimentos para animais, de conservação de alimentos pelo frio, da pesca e secagem do bacalhau, da exploração do sal, da construção civil, de lacticínios, de serração de madeiras e mobiliário, de têxteis e outras, geradoras de emprego e de riqueza nesta área. Trata-se, no seu conjunto, de um leque diversificado de indústrias transformadoras, de cariz moderno ou revelando sintomas nítidos de uma modernização que, directamente ou indirectamente, têm contribuído quer para a expansão da actividade portuária, quer para o alargamento do comércio, dos serviços e dos transportes.

Para além destas e dada a expansão recente de todo o aglomerado urbano e da implantação de novas infra-estruturas, devemos considerar a construção civil como um dos sectores dinâmicos e responsável pela criação de um número relevante de postos de emprego nesta área.

Quadro V — Indústria transformadora no concelho de Aveiro (1995)

	Alim.	Têxteis	Mad./C.	Papel	Química	Miner.	Metalúr.	P.Met.	Total
Empresas	53	25	51	18	19	45	7	85	307
Trabal.	2.101	613	743	1.012	364	3.884	905	4.821	14.656

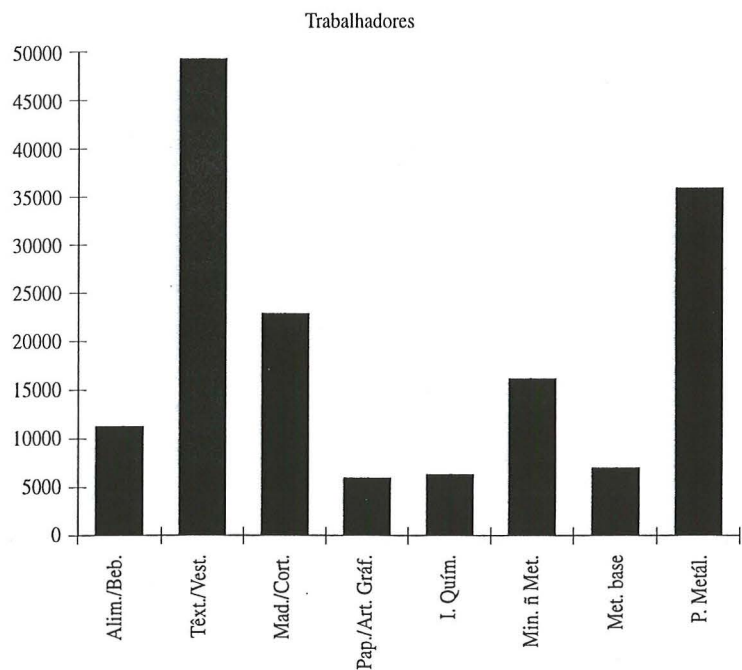
Note-se que as características anteriores expressam a importância assumida pela indústria transformadora em todo o distrito de Aveiro, onde o número de empresas dos diversos ramos e sectores ultrapassava em 1995 os sete milhares de unidades (com particular relevância para o sector dos têxteis e vestuário, madeira e cortiça e produtos metálicos, respectivamente 2.201, 1.614 e 1.408 estabelecimentos fabris), empregando na mesma data mais de 157 milhares de indivíduos.

Uma breve retrospectiva quanto à sua evolução comprova o dinamismo deste sector, particularmente sentido a partir dos anos cinquenta do nosso século em que se tem operado o arranque da segunda fase de industrialização do distrito. Note-se que entre

1890 e 1930 o aumento da população activa na indústria transformadora foi de apenas 4 milhares de indivíduos (24.6 milhares em 1890 e 30.4 milhares em 1930). Por sua vez em 1950 o número de trabalhadores empregados na indústria transformadora atingia os 43 milhares, valor que quase duplicou até 1970 (73.3 milhares), continuando a crescer desde então para atingir os 107.5 milhares em 1981.

A figura seguinte (Fig. 11) elucida-nos sobre a distribuição dessa população no ano de 1995 (cerca de 157.3 milhares de activos no distrito, dos quais cerca de 9.3% residentes no concelho de Aveiro), repartida por um número considerável de pequenas e médias empresas que contribuem para animar o tecido empresarial desta área e para a expansão de outros sectores de actividade tais como o comércio e as exportações a nível internacional.

Figura 11 — Trabalhadores da indústria transformadora no Distrito de Aveiro — 1995



Indissolúvelmente ligado ao fenómeno de industrialização, a urbanização tem-se vindo a intensificar através não só do alargamento de novos espaços preenchidos por edificações urbanas mas sobretudo pela terciarização crescente da sociedade aveirense, aspectos que vamos apreciar no capítulo seguinte.

IV — OS FENÓMENOS DE TERCIARIZAÇÃO E A EXPANSÃO URBANA

Sob os traços ainda dominantes de um mundo agrário e rural, a industrialização do litoral e o forte incremento da urbanização e da vida de relação não só alteraram a ocupação do espaço como originaram um processo de novas identificações territoriais.

Jorge Gaspar; 1993; 29

1. A centralidade de Aveiro

Escreveu O. Ribeiro (1994; 176) que *as aglomerações urbanas constituem os nós de uma malha de organização do espaço em função das relações humanas* animadas, sobretudo, pelas actividades do sector terciário (comércio e serviços) implantadas na sua sede. No caso vertente, verificamos que este sector tem acompanhado a evolução do centro urbano reflectindo no seu movimento as fases de evolução do próprio aglomerado.

À época a que nos reportamos, coincidente com o terceiro quartel do nosso século, destacamos que a evolução das actividades terciárias deu origem a uma intensa vida comercial representada pelo comércio de retalho, bastante diversificado (sobretudo de frequência diária como o alimentar, mas também o comércio ocasional de vestuário, de produtos para o lar e pessoais) e pelo comércio especializado e de distribuição, com grande difusão interna. Relativamente ao distrito de Aveiro, os dados referentes a 1996 apontam para a existência de quase dez milhares de estabelecimentos destinados ao comércio de retalho e de dois milhares ao comércio por grosso ocupando, respectivamente, 21.748 e 15.874 indivíduos. Estes distribuem-se quer pelos estabelecimentos pertencentes ao designado *comércio tradicional*, quer pelas grandes superfícies e centros comerciais existentes em diversas localidades.

Para além deste equipamento, o *terciário urbano* é ainda composto por diversos serviços pessoais e de recreação, por serviços públicos, de apoio financeiro e técnico especializados (nomeadamente no domínio da saúde), que no seu conjunto enriquecem o número e a valência das *funções centrais* (cf: Gaspar; 1972) que concorrem para reforçar a área de influência deste aglomerado urbano. No nosso caso, a cidade aparece-nos como um *lugar central*, dotada de boa acessibilidade, que ultrapassa largamente os limites do seu concelho. Tal não nos surpreende uma vez que, tratando-se da sede de distrito, Aveiro apresenta uma área de influência que atinge, no caso de alguns *bens centrais*, os municípios mais próximos. Confirma-se assim, como escreveu O. Ribeiro (1994; 151), ser um centro de trocas de alguma dimensão que se poderá notar através da *amplidão da sua área de abastecimento e na irradiação dos produtos que fabrica ou distribui*.

Esta situação foi em tempo confirmada através de um inquérito realizado pelo GAT de Aveiro o qual permite apreciar a *centralidade* desta cidade e o traçado da respectiva

área de influência a partir do registo do motivo e da origem das deslocações a este centro urbano. Pelo seu interesse transcrevemos, desse trabalho (GAT; 1987; 69), as causas das deslocações a Aveiro (numa amostra de quase 300 pessoas contactadas em diversos locais da cidade, quando da realização do inquérito, em Abril de 1985), bem como os respectivos locais de residência.

A apreciação destes elementos realça uma certa fragilidade do *sistema urbano* de Aveiro, entendido como o *conjunto de lugares e respectivos territórios adjacentes ligados por relações de ordem hierárquica a um centro urbano principal* (Salgueiro; 1992; 105), situação que não deixa de ser comprovada através de estudos mais recentes.

Quadro VI — Deslocações a Aveiro: origem e motivos

Origem (Concelho)	Motivo da deslocação (em %)							Total (N.º)	Dist. Aveiro Km
	Passag.	Trab.	Passeio	Dil.Adm.	Médico	Compras	Outras		
Ílhavo	-	28	8	7	12	40	6	107	5
Vagos	7	28	21	-	-	38	7	29	11
Alb.-a -Velha	2	22	2	10	17	42	5	41	18
Oliv. Bairro	-	39	-	22	-	33	6	36	20
Estarreja	-	37	3	3	9	14	9	35	21
Águeda	-	42	5	-	5	37	11	19	21
Anadia	-	21	11	16	11	32	11	19	28
Murtosa	-	-	10	30	20	40	-	10	31
Total	1	29	7	9	4	39	6	296	-

In GAT; 1987; 69

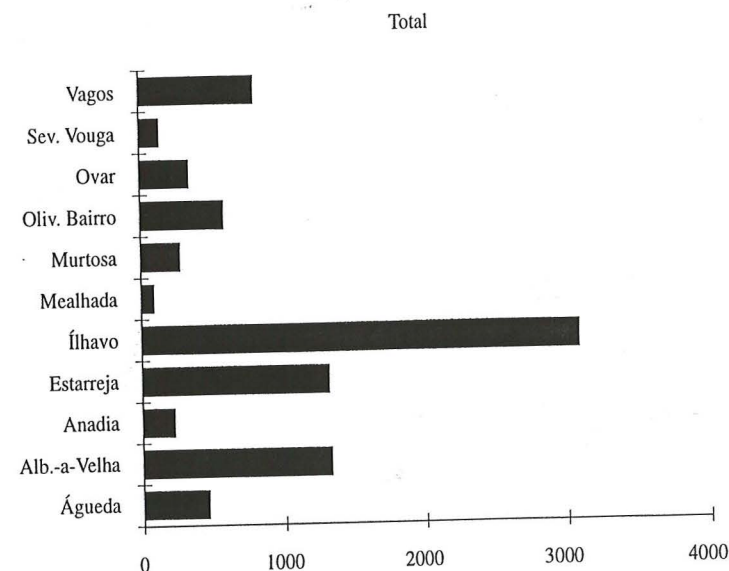
Por sua vez, os dados compilados no *Anteplano de Urbanização de Aveiro*, por V. Cruz (1997), confirmam a intensidade dessas relações que se intensificam com os concelhos limítrofes de Ílhavo, Estarreja e Albergaria-a-Velha (Fig. 12). Neste estudo, a *estrutura espacial das dependências pendulares* calculadas para Aveiro, em 1991, realça o peso das deslocações para a cidade — principalmente dentro do próprio concelho (cerca de 32.2 milhares) — esbatendo-se nos concelhos mais próximos do Baixo Vouga.

Esta situação poderá ser explicada não só pela dimensão *funcional* deste centro urbano, mas igualmente pela sua posição no território e pela proximidade em relação a outros centros urbanos de grau superior, que com ele concorrem no traçado da respectiva

área de influência. É o caso do Porto e da sua área metropolitana e de Coimbra. Por outro lado, este traçado está de acordo com uma outra descrição, de J. Gaspar (1993; 79), que a este respeito afirmou: *Aveiro não se desenvolve como uma grande cabeça, contribuindo para o crescimento de outros centros que, à volta do sistema deltaico da ria e do Vouga, tendem a especializar-se: Ovar, Murtosa, Águeda, Ílhavo, Vagos*. É esta constelação de pequenos centros gravitando, em alguns dos seus aspectos, em torno do centro urbano principal que reforça a importância de Aveiro, não como cidade isolada, mas polarizando uma incipiente mas não desprezível *área urbana*, em construção.

A sua extensão e limites, embora constantemente afeiçoados pela evolução e dinâmica dos fenómenos sociais e urbanos, pode ser apercebida através das *isócronas* de Aveiro representadas na Fig. 13. Neste caso, embora o seu traçado não seja o mais recente, permite mesmo assim entender as acessibilidades a este centro traduzidas na duração das viagens em transporte público, rodoviário e ferroviário, bem como o contributo destes eixos de circulação na organização da *área urbana* polarizada pela cidade de Aveiro.

Figura 12 — Estrutura espacial das dependências pendulares — 1991



In V. Cruz; 1997 (Vol.6); p. 13

Vejamos mais alguns aspectos referentes às *funções centrais* e aos *bens* disponíveis neste centro. O seu levantamento mostra que os serviços mais representados são a hotelaria e a restauração, indispensáveis ao turismo que constitui, igualmente, um dos factores de desenvolvimento de toda esta sub-região ribeirinha. Diferentes factores se conjugam para a sua importância actual. Por um lado, a natureza lagunar desta área que oferece, nas suas paisagens e actividades tradicionais, um dos primeiros produtos turísticos da região. Por outro, a natureza do património construído e a sua diversidade, correspondente às diversas etapas históricas da evolução da nossa sociedade.

Para além destes aspectos, as inúmeras tradições piscatórias locais (marítimas e lagunares) e a proximidade à região serrana, banhada pela bacia do Vouga, permitem um enriquecimento notável do património cultural de toda a bacia deste rio (relacionadas sobretudo com a etnografia e as tradições gastronómicas), bem representadas nas diversas componentes urbanas da cidade. Também as obras portuárias de beneficiação recente, bem como a construção do itinerário principal (IP5) que serve este centro, aproximando-o do interior da Península Ibérica, vieram reforçar a centralidade de Aveiro e favorecer o incremento de outras actividades lúdicas relacionadas com o lazer, os desportos náuticos e a navegação de recreio.

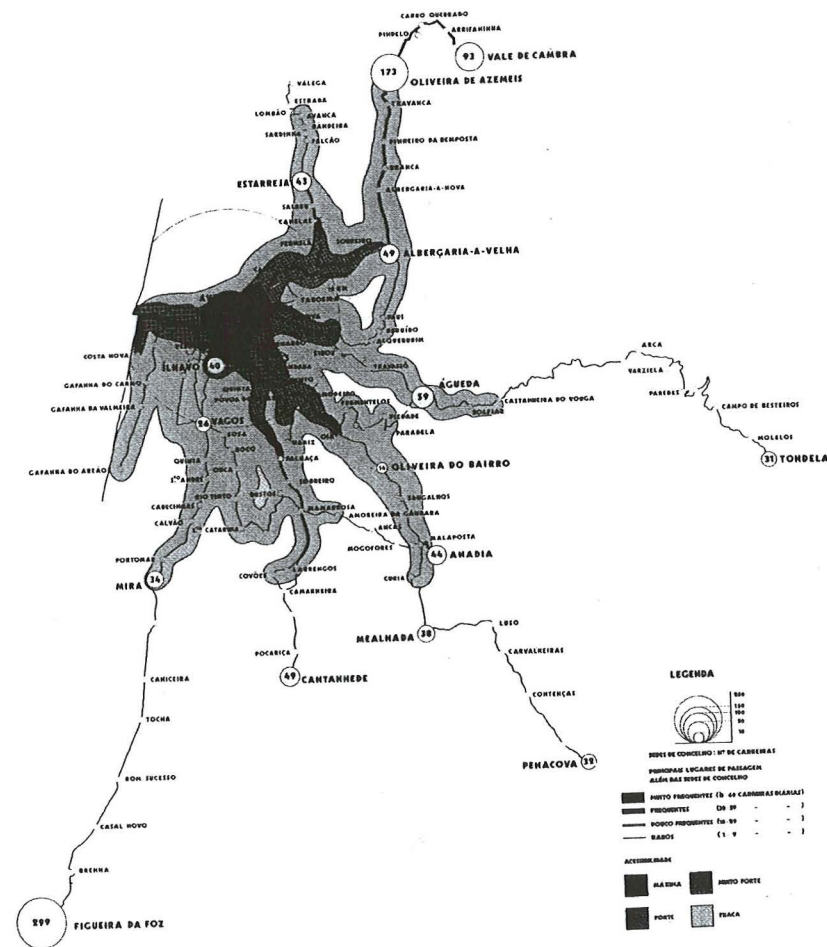
Vejamos outro dos factores do actual desenvolvimento urbano, que marca uma das *idades* mais recentes desta cidade. Referimo-nos ao Ensino Superior Universitário.

2. O Ensino Superior: do projecto à concretização

Os esforços para a criação de um estabelecimento de Ensino Superior em Aveiro são anteriores a 1971, data em que se instalou nesta cidade o Ensino Médio através de uma secção do Instituto Comercial do Porto. A evolução deste tipo de ensino deu origem, em 1975, ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, integrado no Ensino Superior Politécnico.

Embora reclamado anteriormente, foi com o início dos anos setenta que se intensificou, na imprensa local — nomeadamente pela pena do antigo Reitor do Liceu Nacional de Aveiro — uma campanha a favor da ampliação da rede de Ensino Médio e da instalação do Ensino Superior nesta cidade. Tendo em conta a evolução demográfica do distrito e a importância da sua riqueza industrial, agrícola e pecuária, propunha-se em 1965 a criação de uma secção da Faculdade de Ciências (da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto ou de Coimbra), bem como a criação de outras *escolas para o ensino agrícola e pecuária (médio e superior), enfermagem, náutico e educação física* (O. Oliveira; 1971; 26).

ÁREA DE INFLUÊNCIA DE AVEIRO FLUXOS RODOVIÁRIOS. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ACESSIBILIDADE M. 9



CEP - NEUR

1:400 000

O interesse pela criação do Ensino Superior em Aveiro foi sucessivamente ganhando alento tendo o então Ministro da Educação, Professor J. Veiga Simão, declarado nesta cidade, por ocasião de uma visita que fez aquando do encerramento do *VI Congresso do Ensino Liceal*, em Abril de 1971, que a *criação de estudos superiores em Aveiro* constituía uma das suas preocupações. Entretanto, estudos de base, elaborados pelo *Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação* e por outras entidades, passaram a sugerir, perante vários indicadores de natureza económica e demográfica, a *expansão do sistema universitário* a várias cidades do país como Setúbal, Braga e Aveiro.

O desenvolvimento destas propostas foram parcialmente concretizadas em 11 de Agosto de 1973 com a publicação do Decreto-Lei n.º 402/73 que, no âmbito da reforma do sistema educativo português e do processo de democratização do ensino em curso, criou a Universidade de Aveiro, destinando-lhe as seguintes funções principais: *ministrar o ensino superior de curta e longa duração e de pós-graduação, promover a investigação fundamental e aplicada nas diferentes disciplinas científicas e em áreas interdisciplinares e, no âmbito da sua missão de serviço à comunidade, considerar o estudo da cultura portuguesa.*

Em cerimónia festiva realizada no salão de conferências do Museu de Aveiro (na casa onde viveu Santa Joana e onde se encontra o seu túmulo), em 15 de Dezembro desse ano, foi empossada pelo Ministro Veiga Simão a respectiva Comissão Instaladora da Universidade de Aveiro (que se manteve em funções até ao final de 1981), aproveitando então o titular da pasta da Educação para traçar as linhas condutoras da sua orientação. Passamos a recordá-las (cf: *Aveiro e o seu Distrito*; 16; 23):

- a elaboração dos *programas globais* e dos *planos sectoriais de desenvolvimento da Universidade para uma população escolar que não deve exceder os 7.000 alunos*;
- a definição dos *diversos cursos universitários, estruturando os departamentos de ensino e de investigação*, bem como os *números-limite de população escolar para cada curso*, decisões que deverão ter em conta o *planeamento sócio-económico, a nível regional e nacional, e as necessidades do mundo do trabalho em pessoal altamente qualificado.*

Estes objectivos foram gradualmente prosseguidos através da elaboração de um primeiro *Plano Geral*, apresentado em 1979, da expansão física da Universidade e do alargamento dos seus corpos de docentes, de investigadores, de funcionários e de alunos. Diversos factores permitiram, no entanto, esta actuação. Por um lado, a situação geográfica da nova instituição universitária localizada numa das regiões do país dotadas de maior dinâmica económica e demográfica. Este facto tem-lhe permitido reforçar as suas ligações com o meio através de diversas realizações pedagógicas, culturais e de cooperação empresarial, iniciativas que têm sido fundamentais para a sua implantação regional e nacional.

Figura 13 — Área de influência de Aveiro.

Fonte: C. E. P. (1978), p. 121.

Por outro lado, a evolução da sua população discente enquadra-se num processo de expansão do subsistema de Ensino Superior em Portugal, decorrente das transformações políticas, sociais e económicas que depois dos anos sessenta afectaram a sociedade portuguesa no seu conjunto e que se incrementaram com a revolução de Abril de 1974. Daqui, resultou o aumento da procura social da Educação em todos os níveis de ensino, fenómeno que se deve não só ao desenvolvimento sócio-económico e ao alargamento crescente da rede escolar, mas também ao acréscimo das expectativas de mobilidade social conferidas pelo prosseguimento de estudos no Ensino Universitário.

Para além destes aspectos, não podemos igualmente menosprezar a importância de outros factores, nomeadamente os de natureza económica decorrentes da alteração dos tecidos empresarial e produtivo do país e do mercado de emprego, que conduziram a uma melhoria sensível das condições de vida de largos estratos da população residente e facilitaram o aumento da *esperança de vida* escolar a um número considerável de alunos. Assim o revela o aumento do número de alunos no Ensino Superior que tem vindo a registar-se no decurso das duas últimas décadas.

Recorde-se que esta nova etapa de expansão deste nível de Ensino foi completada a partir dos finais da década de setenta com a criação, em todos os distritos do continente, de diversas escolas do Ensino Superior Politécnico, bem como pela expansão do Ensino Superior Universitário e Politécnico oficial, particular e cooperativo. Recorde-se que, no seu conjunto, este último subsistema de Ensino rege-se pelos princípios enunciados no art.º 11.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, cujos objectivos são os seguintes:

- a) *estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;*
- b) *formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade portuguesa, e colaborar na sua formação contínua;*
- c) *incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;*
- d) *promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;*
- e) *suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;*

- f) *estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade,*
- g) *continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.*

3. A Universidade de Aveiro

Aberta ao público no ano de 1974/75 com 46 alunos inscritos no curso de Electrónica e Telecomunicações e em instalações cedidas pelo Centro de Estudos e Telecomunicações dos C. T. T., a Universidade de Aveiro começou igualmente por ocupar um prédio alugado na Rua Mário Sacramento onde ficaram instaladas a Reitoria e a Administração até à sua transferência para Santiago, na zona contígua à Cadeia e ao Bairro da Misericórdia.

Na sequência dos estudos realizados durante a década de setenta, da transferência das instalações para a zona de Santiago (Pavilhão I, em 1976) e da construção dos Pavilhões II e III, durante a primeira metade da década de oitenta, é nos anos seguintes que o novo *campus* universitário sofreu um impulso considerável com a construção dos novos edifícios e departamentos. Tal aconteceu depois de 1986/87, com a reestruturação do projecto geral da U. A. e do convite endereçado a alguns dos mais prestigiados arquitectos portugueses para apresentarem projectos dos novos edifícios a implantar nos terrenos de Santiago, próximo da ria e das suas marinhas.

Quadro VII — Crescimento humano na U. A.*

	Jan.75	Jan.76	Jan.77
Estudantes	46	183	400
Docentes/Invest.	18	51	81
Funcionários	31	63	99
Totais	95	297	580

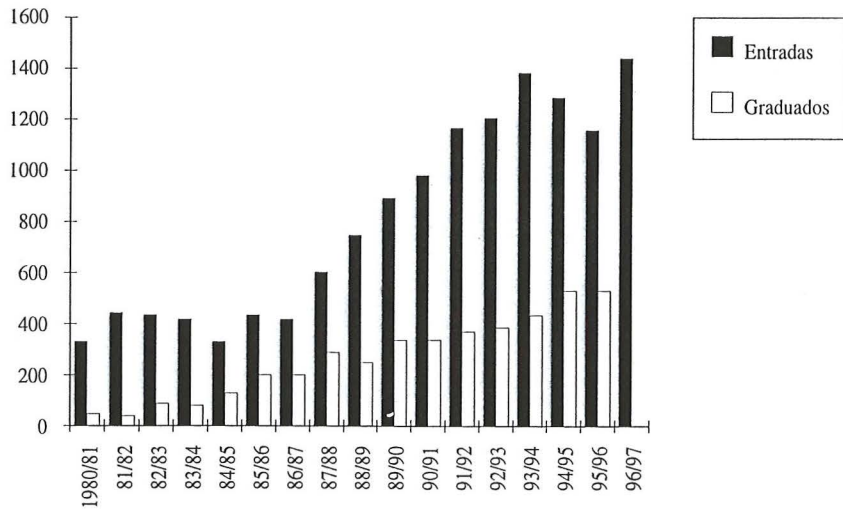
*In Gil: 1976; 22

Como resultado deste processo, a área construída passou de 3.600 m² em 1974 para 14.500 m² em 1980, elevando-se na actualidade a cerca de 85.000 m² repartida por diversos blocos que fazem parte do *campus* universitário de Santiago. Aqui, estão sediadas as actividades de ensino, investigação, prestação de serviços à comunidade, bem como a maior parte das infra-estruturas de apoio social (residências e restaurantes universitários), cultural e desportivo aos alunos.

Quanto à população escolar, verificamos que no ano imediato ao seu arranque o número de alunos subiu para 181 (95 rapazes e 86 raparigas), dos quais mais de metade oriundos do distrito de Aveiro (Gil; 1976; 21), valor que não deixou de aumentar progressivamente nos anos seguintes.

De realçar que este acréscimo de população escolar, durante os primeiros anos de funcionamento desta instituição universitária, ficou a dever-se à entrada em funcionamento de diversos cursos de Bacharelato, que funcionaram até ao ano lectivo de 1977/78, sendo substituídos no ano seguinte por Licenciaturas no âmbito da primeira reestruturação pedagógica realizada na Universidade de Aveiro.

Figura 14 — Universidade de Aveiro: movimento de alunos



Fonte: Universidade de Aveiro

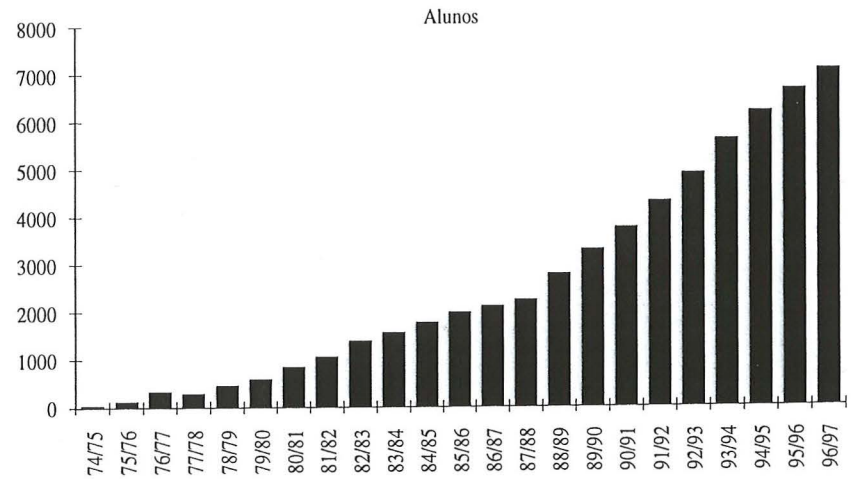
Registando até então um acréscimo moderado da sua população escolar, foi, sobretudo, a partir do início da década de oitenta que esta registou um crescimento mais intenso, facto devido não só ao crescimento físico da U. A. mas também ao prosseguimento de uma política de aumento sistemático do número de alunos... bem como pela preocupação de dinamização e criação de infra-estruturas técnicas de apoio à investigação (U. A.; 1997; I; 9). Estas iniciativas que acompanham a nova fase de expansão da U. A., iniciada na década de 90, permitiram não só o aumento considerável da população escolar mas ainda a internacionalização da actuação da Universidade como instituição de

ensino, investigação e de cooperação (idem; ibidem) e o reforço da sua ligação à sociedade através de diversos programas facilitadores desta intervenção.

Acompanhando a expansão física desta instituição, também o quadro de professores e funcionários se foi reforçando, tendo beneficiado, logo no seu início, do recrutamento de um número significativo de docentes e funcionários oriundos dos antigos *Estudos Gerais* de Angola e de Moçambique, então já Universidades, entretanto regressados a Portugal. Note-se que o corpo docente, constituído por 37 professores em 1975, ascendeu a três centenas em 1985, situando-se na actualidade em mais de cinco centenas e meia de docentes. Por sua vez, o corpo de funcionários, sendo de 35 no arranque da U. A., em 1975, ultrapassou em 1985 as dezasseis dezenas atinge na actualidade quase três centenas e meia de indivíduos.

Sem pretendermos escrever a história da U. A. neste quarto de século da sua existência, relembremos apenas que a importância desta instituição universitária tem vindo gradualmente a aumentar no conjunto das demais Universidades Portuguesas. Diversos factores têm concorrido para esta evolução. Por um lado, o aumento da sua população docente e discente (Fig. 15); por outro, o reconhecimento pelo seu desempenho pedagógico, científico e institucional, garantido pelo corpo docente, equipamentos e instalações sediadas num *campus* universitário de feição distinta dos demais construídos em Portugal durante o mesmo período.

Figura 15 — Evolução dos alunos matriculados na Universidade de Aveiro



Fonte: Serviços Académicos da Universidade de Aveiro

Com uma população escolar de 7.660 alunos (ano de 1996/97), dos quais 6.973 em cursos de Licenciatura; 185 em cursos de Bacharelato; 307 em cursos de Mestrado e 195 em Doutoramento, a Universidade de Aveiro assegura a leccionação de mais de três dezenas de cursos (Licenciaturas e Bacharelatos), tendo aprovados cerca de três dezenas de cursos de Mestrado e um número considerável de áreas científicas de Doutoramento. Estas actividades são garantidas por um corpo docente constituído por 568 docentes e investigadores, dos quais 53.5 % já doutorados.

Para além dos recursos humanos anteriormente referidos, dispõe ainda de uma rede de meios laboratoriais, informáticos e bibliográficos de apoio à investigação, às actividades de docência e aos cursos de licenciatura e de pós-graduação que servem os trabalhos de pesquisa coordenada por quinze Unidades de Investigação.

Preconizam os estatutos desta instituição (Despacho Normativo n.º 52/89 de 1 de Junho) que a Universidade de Aveiro *é um centro de criação, transmissão e difusão de cultura, ciência e tecnologia e tem por fins:*

- a) *A formação humana, cultural, científica e técnica;*
- b) *A realização de investigação fundamental e aplicada;*
- c) *A prestação de serviços à comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca, com especial atenção para a região em que se integra;*
- d) *O intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;*
- e) *A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de expressão oficial portuguesa e os países europeus.*

A sua governação cabe a diferentes órgãos: Assembleia da Universidade, Reitor, Senado Universitário, Conselho Universitário e Conselho Administrativo, sendo da responsabilidade do Conselho Pedagógico e do Conselho Científico a coordenação das actividades pedagógica e científica, respectivamente. Destes órgãos, compostos fundamentalmente por população universitária, apenas o Conselho da Universidade inclui individualidades externas, ou seja, *dez personalidades ligadas a sectores exteriores à Universidade, propostas pelo Reitor* (art.º 19.º do Despacho Normativo n.º 52/89).

Quanto à sua organização interna, a U. A. organiza-se com base em departamentos, que constituem *a unidade orgânica básica da estrutura da Universidade*. Por sua vez estes *organizam-se em termos de objectivos e métodos próprios que podem ou não corresponder a disciplinas* (cf: Estatutos da U. A.) e comportam os recursos humanos, científicos e técnicos, indispensáveis ao desenvolvimento das actividades de formação, investigação e desenvolvimento e serviços à comunidade. De momento, a U. A. dispõe de

doze departamentos (Ambiente e Ordenamento, Biologia, Ciências da Educação, Comunicação e Arte, Didáctica e Tecnologia Educativa, Eng.ª Cerâmica e do Vidro, Electrónica e Telecomunicações, Física, Geociências, Química, Matemática, Línguas e Culturas), de três Secções Autónomas (Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Gestão e Engenharia Industrial) e das seguintes unidades funcionais: Instituto de Investigação, Centro Integrado de Formação de Professores, Centro de Informática e Comunicações e Laboratório Central de Análises.

Para além destas, outras unidades de *interface* asseguram a ligação universidade-comunidade a saber: Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro (UNAVE), Associação Universidade Empresa para a Formação (UNEFOR), Fundação João Jacinto de Magalhães, Instituto do Ambiente e Desenvolvimento e o Gabinete Universidade/Empresas. Da actuação conjunta destas unidades e serviços dependem diversas acções de ensino e formação, investigação e desenvolvimento e a prestação de serviços avançados ao exterior (científicos, tecnológicos, artísticos, culturais, educativos e de formação), que a Universidade tem vindo a levar a cabo nos últimos anos.

Para além de outros projectos, a expansão universitária contempla a criação de uma rede de escolas do Ensino Politécnico associadas à própria Universidade, como sejam o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, bem como a instalação de uma rede de centros vocacionados para a formação contínua, a criar em diversos locais do distrito de Aveiro.

Esta situação não exclui a participação da U. A. em diferentes projectos e programas internacionais, entre os quais se destaca o *Pólo Transfronteiriço Universitário do Centro de Portugal e Castilla-León* que inclui, para além desta Universidade, a Universidade de Coimbra, a Universidade da Beira Interior e as Universidades de Salamanca e a Pontifícia de Salamanca, a Universidade de Valladolid, a Universidade de Burgos, a Universidade de León, bem como os Institutos Politécnicos de Viseu, Coimbra, Leiria, Guarda e Castelo Branco.

Para além desta actuação, mais orientada para a designada *região centro* do país e da Península Ibérica, a Universidade de Aveiro faz ainda parte da Associação das Universidades da Região Norte (AURN) e de numerosas redes científicas de carácter nacional e internacional. Por sua vez, enquanto integrada no subsistema universitário nacional, desempenha um papel relevante no domínio da docência e da investigação, da pesquisa e da formação de recursos humanos confirmando, no contexto actual, o que Carneiro (1988; 21) anteriormente afirmou: *trata-se de uma das instituições que melhores condições possui para enfrentar e racionalizar o processo de modernização global a que a sociedade portuguesa vai ser sujeita.*

4. Sobre a população estudantil

Os dados referentes à população escolar e à sua repartição por cursos dão-nos uma ideia da evolução desta instituição universitária, bem como da distribuição dos alunos pelas principais áreas de leccionação. Tendo em conta os cursos existentes, verificamos que estes cobrem uma área diversificada que abrange cinco grandes domínios de formação:

- Educação e Formação de Professores
- Engenharia
- Ciências e Tecnologia
- Arte e Comunicação
- Gestão, Economia e Planeamento

A primeira das áreas referidas, *Formação de Professores*, engloba a totalidade das nove licenciaturas em ensino, em domínios científicos que remontam quase à sua fundação e, desde 1987, os cursos de bacharelato de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico e de Educadores de Infância.

Embora tendo variado ao longo dos anos e constituindo-se durante os primeiros anos da vida da Universidade como uma das áreas com maior número de alunos, a sua frequência é ainda hoje relevante tendo alcançado, em 1996/97 os 2.3 milhares, representando 31.8% do total da população estudantil em formação inicial.

Quanto aos cursos de *Engenharia*, o total da população escolar tem vindo a aumentar gradualmente, sendo, na mesma data, de 2.9 milhares, representando 41.2% da população total. Este ramo engloba diversas especializações, desde os cursos mais antigos de Eng.ª Electrónica e Comunicações, Cerâmica e Vidro e Ambiente (três dos cursos de engenharia que constituem o *núcleo duro mais antigo*) ao curso mais recente de Eng.ª Civil.

Na área das *Ciências e da Tecnologia*, depois da extinção do bacharelato em Ciências da Natureza e da criação das licenciaturas em ensino em Biologia-Geologia, Física-Química e Matemática, a Universidade e Aveiro lecciona, desde o início dos anos oitenta, novos cursos em áreas científicas idênticas ou já distintas das anteriores. O total de alunos matriculados ultrapassava, no último ano lectivo, os 1.2 milhares, representando apenas 17.8% da população escolar.

Por sua vez, na área de *Gestão, Economia e Planeamento*, o número de alunos matriculados não chegava a atingir as cinco centenas, enquanto que na recém-criada área de *Arte e Comunicação*, esse valor pouco ultrapassava as duas centenas de alunos.

Quadro VIII — Distribuição dos alunos por áreas de formação (1996/97)

Áreas	Total
Educação e Form. de Professores	2.279
Engenharia	2.946
Ciência e Tecnologia	1.251
Arte e Comunicação	224
Gestão, Economia e Planeamento	458

Estes, os elementos estatísticos referentes à formação inicial. Se pensarmos na formação pós-graduada (mestrados e outros cursos de pós-graduação), o total de alunos inscritos tem vindo igualmente a aumentar ultrapassando na actualidade as cinco centenas. De qualquer modo, se analisados no seu conjunto, estes montantes realçam quer o peso relativo de cada uma das áreas científicas dentro da própria Universidade, quer a importância destes indivíduos na vida urbana de Aveiro realçando, em particular, a importância desta população flutuante como factor decisivo da animação urbana e da atracção (dada a sua propensão para o consumo e a sua permanência mais duradoura na cidade), de novos equipamentos e investimentos, públicos e privados.

Por outro lado, sendo hoje aceite *que o desenvolvimento sócio-económico e a competitividade das sociedades dependem cada vez mais, do conhecimento, o que transforma a educação num dos recursos económicos e sociais mais importantes* (cf. A. Amaral; 1996; 29) é de crer que a presença destes recursos humanos numa área restrita do território venha a constituir-se como um factor de desenvolvimento de certas actividades, particularmente das relacionadas com o sector produtivo, que poderão beneficiar não só desta formação especializada mas também do seu contributo nos processos de inovação.

5. A instituição universitária e a cidade

Na falta de outros indicadores que nos permitam apreciar, com mais detalhe, o contributo do subsistema de Ensino Superior na vida da cidade de Aveiro — em particular o Ensino Universitário, mas sem esquecer o Ensino Politécnico representado por diversos estabelecimentos, públicos e privados — somos obrigados a procurar novas referências que nos permitem confirmar o que afirmámos no início: a implantação deste subsistema de ensino constitui um dos pilares actuais do desenvolvimento urbano e do reforço da sua área de influência. Mesmo assim, se em muitos aspectos esta presença se esbate no conjunto da vida urbana, dada a especificidade e a natureza dos trabalhos de investigação e de docência levados a cabo no seio do *campus* universitário de Santiago,

a Universidade deve ser globalmente considerada como um factor de desenvolvimento urbano e regional, dado o *impacto positivo do capital humano sobre a produtividade do capital físico* (A. Amaral; 1996; 37). Em sentido inverso, igualmente o tecido empresarial exerce uma acção sobre todo o subsistema de Ensino Superior de Aveiro, colocando-lhe grandes desafios que condicionam a sobrevivência de alguns dos estabelecimentos de ensino ora existentes. Pensamos que estas questões se levantam em relação não só à U. A. mas igualmente em relação ao ISCA (cuja população discente ultrapassa os dois milhares de indivíduos) e sobretudo em relação ao ISCIA e ao IPAM, que no conjunto acolhem pouco mais de meio milhar de alunos.

Como defende J. Gaspar (1993; 81), embora prosseguindo actividades de docência distintas e prestando serviços diferenciados à comunidade, a intervenção destes estabelecimentos de Ensino Superior deveria orientar-se pela *necessidade de articular mais intensamente a capacidade instalada ao nível do ensino superior e investigação com o tecido económico existente no terreno*, não isoladamente, mas sim através de um *enorme esforço de formação profissional, em todos os domínios e níveis de actuação* (ob. cit.; 81). Tal facto permitiria, em nosso entender, contribuir não só para a *equidade social* e para uma maior *eficácia micro e macroeconómica* (A. Amaral; 1996; 36), mas também para a resolução dos problemas de desemprego que hoje afectam a sociedade portuguesa no seu conjunto.

Em relação especificamente à Universidade de Aveiro, este contributo tem-se vindo a concretizar na criação de novos cursos — alguns casos mais adaptados ao tecido empresarial dominante ou preenchendo lacunas mais específicas no domínio da formação científica, artística e cultural — mas também na prestação de serviços e na cooperação com as empresas sediadas na sua área de influência. O alcance desta cooperação poderá ser analisado através das actividades de I&D ou mesmo de outros indicadores recolhidos preferencialmente junto dos parceiros envolvidos nestas acções.

Na impossibilidade de completarmos essa recolha, relembramos a função desempenhada pela instituição universitária como *pólo gerador* não só da evolução urbana mas, sobretudo, do crescimento económico e social da *região* mais próxima, em virtude do nível de formação do *capital humano* capaz de gerar, como nota A. Amaral (1996; 37), um *crescimento auto-sustentado*. Ora, não sendo de todo em todo uniforme o critério de delimitação regional (cf: Arroiteia; 1984), recordamos não ser igualmente fácil definir com rigor uma área de influência directa desta instituição universitária mas apenas delinear algumas tendências do seu traçado. Vejamos como proceder:

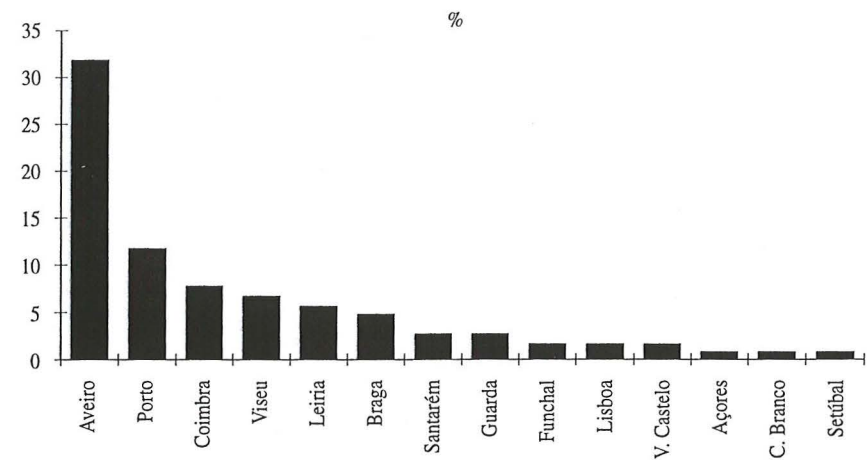
Os elementos referentes à origem da população discente que frequenta a U. A. comprovam, na actualidade, o seu poder de atracção junto de alunos oriundos do distrito de Aveiro, facto que se tem vindo a manifestar desde a sua criação. Embora carecendo de

análises mais detalhadas relativas à sua evolução ao longo do tempo, verificamos que no ano lectivo de 1996/77 quase 1/3 dos alunos entrados nesta Universidade eram originários deste distrito. Quanto aos outros contingentes, prevaleciam os alunos oriundos dos distritos litorais dotados de maior acessibilidade rodoviária e ferroviária em relação a este centro. Neste caso, entre os alunos colocados nesse ano, cerca de 30% eram oriundos da área litoral situada entre Braga e Leiria, ou ainda de Viseu, com 7.1% destas inscrições.

Estes elementos, se apreciados conjuntamente com os das universidades mais antigas de Coimbra e do Porto, permitem-nos compreender o aumento progressivo da influência que Aveiro tem vindo a assumir em relação a estes centros universitários, com os quais partilha um número significativo de estudantes do seu distrito (Fig. 16).

Entre a sua população discente, a U. A. conta ainda com um número significativo de estudantes oriundos dos Países Africanos de Língua Portuguesa (em especial de Angola e de Moçambique), bem como de outros estudantes nascidos noutros países europeus e americanos (França, Venezuela, Brasil, E. U. A e Canadá) nos quais estão radicadas importantes comunidades imigrantes oriundas desta região ribeirinha.

Figura 16 — Origem geográfica dos alunos da U. A. (1996/97)



Para além da análise dos dados anteriores relativos à capacidade de atracção da instituição universitária, da qual dependem muitos aspectos da vida urbana, parece-nos importante relacionar estes factos com a importância que atribuímos à instituição universitária na vida da própria cidade. Para o efeito, começamos por evocar J. V. Simão (1997; 7) que, a propósito da sua relação com o meio, escreveu: *a Universidade de*

Aveiro, pela sua dimensão e natureza, definidas fundamentalmente pelos meios humanos que a integram e, também, pelas infra-estruturas que os servem, está em excelentes condições para dinamizar as iniciativas referidas e assumir, em diversos domínios, uma liderança no espaço Universidade-Sociedade. Como já foi notado, tal facto pode ser encarado através de diversos indicadores a contar pelas acções já desenvolvidas desde a sua criação ou pelas realizações que tem levado a cabo neste domínio.

Retenhamos, no entanto, mais alguns dos aspectos referentes à sua população através do número de alunos matriculados e do total dos seus diplomados. Cremos, assim que, dado o peso dos alunos naturais do distrito, das características do emprego da região e de algumas indicações relativas à evolução da população estudantil e à fixação, pelo menos durante períodos mais ou menos longos, dos jovens diplomados na área urbana de Aveiro, a presença da Universidade não pode ser negligenciada como um dos factores de liderança no desenvolvimento da própria cidade. Tal deverá ser observado, não só em relação ao total da população estudantil ou em relação à sua eventual distribuição por domínios de formação, mas ainda pelo seu contributo na animação de alguns dos circuitos económicos regionais.

Quadro IX — Distribuição dos alunos por domínios de formação

Ano	Ed./F.Prof.	Cienc./Tecn.	Arte/Com.	Gest./Plan.	Total
1998	2060	4800	310	650	8.000
1999	2080	4870	340	700	8.250
2000	2090	4950	360	800	8.540
2001	2080	5000	390	950	9.000

In U. A.; 1995

Relativamente a este assunto, Pinho e Murteira (1987; 85) consideram que o impacto local do crescimento da Universidade pode ser apreciado segundo três vectores distintos:

- as despesas de construção do *campus* universitário,
- os salários do pessoal (administrativo e docente),
- o rendimento dos novos estudantes.

Ao conjunto destes três vectores, responsáveis globalmente pelo aumento dos serviços urbanos e, por conseguinte, dos empregos no perímetro da cidade, devemos acrescentar o afluxo de novos habitantes arrastados pelo desenvolvimento daquelas actividades. Em trabalho realizado há uma década, Pinho e Murteira (ob. cit.; 89)

em cerca de 3.6 milhares os novos residentes que se terão acolhido a este centro nos anos imediatamente a seguir à realização do seu estudo. Estes elementos, a confirmar quando da realização do próximo recenseamento geral da população, podem ser corroborados pelo número total de diplomados que anualmente saem desta instituição e que, por razões de trabalho, de acessibilidade científica e cultural (decorrente da oferta de programas de formação graduada e contínua) ou por outras razões, têm vindo a fixar a sua residência neste centro urbano (cf: Arroiteia e Martins; 1997).

Mesmo assim, se tivermos em conta que desde a fundação da U. A. concluíram o curso (Bacharelato e Licenciatura) cerca de 4.5 milhares de alunos e a evolução crescente da população estudantil, logo nos apercebemos do peso destes novos habitantes na dinamização de certos aspectos da vida quotidiana da aglomeração urbana.

Lembremos outros indicadores: se tivermos em conta a evolução futura desta população e a sua relação com a população urbana, aquela, em 1981, representava apenas 4% do conjunto de habitantes de Aveiro e em 1991 ascendia a cerca de 10% (cf: Pinho e al.; 1991; 140), notamos que entre as demais actividades aqui radicadas — e consideradas como *pilares* do desenvolvimento da cidade — a Universidade, directa e indirectamente, tem vindo a contribuir para a alteração da fisionomia da sociedade e para a evolução de todo o aglomerado urbano. É certamente o que vai continuar a verificar-se tendo em conta a evolução previsível da população universitária (Simão; 1997; 13), que deverá alcançar os 12.000 alunos no ano 2000, assim distribuída:

- alunos em cursos de graduação: 8.000
- alunos em pós-graduação: 2.000
- graduados e especializados em formação contínua: 2.000.

A accentuar-se esta tendência e na ausência da criação de outros novos serviços e/ou actividades geradores de emprego e de riqueza, ganhará relevância o estatuto de Aveiro como *cidade universitária* que se configura através do peso deste indicador demográfico. Tal facto marcará certamente uma alteração significativa não só na composição da população residente, mas também na animação e consumo urbanos, na oferta de iniciativas culturais e de lazer, no equipamento e, sobretudo, nas políticas de gestão autárquica e universitária. Desta forma, a Universidade, embora situando-se numa franja *periurbana* em relação ao centro, deverá desempenhar um papel crescente, *mais activo e interventor na transformação da própria cidade* (Pinho e al.; 1991; 150), como tem vindo a acontecer com a ocupação do seu espaço físico.

Note-se que a ocupação do *campus* universitário de Santiago ultrapassa os 72 ha, o que constitui um *facto urbanístico* de grande realce dada a forma de organização do seu espaço interior e o traçado arquitectónico dos seus edifícios. Por outro lado, dada a

Legenda do Mapa do Campus

- 1 - Incubadora de Empresas, Editorial, Fundação João Jacinto de Magalhães, Centro de Relações Internacionais
- 2 - Departamento de Línguas e Culturas
- 3 - Reitoria, Administração, Serviços de Relações Externas, Financeiros e de Património, Académicos e Administrativos e Técnicos, Instituto de Investigação
- 4 - Dep. de Electrónica e Telecomunicações
- 5 - CIFOP, Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa
- 6 - Serviços de Acção Social, Cantina, Zona Técnica Central, Centro de Informática e Comunicações
- 7 - Departamento de Ambiente e Ordenamento
- 8 - Departamento de Biologia
- 9 - Departamento de Eng.ª Cerâmica e do Vidro
- 10 - Secção Autónoma de Gestão e Eng.ª Industrial
- 11 - Departamento de Matemática
- 12 - CEFASI
- 13 - Departamento de Física
- 14 - Laboratório Central de Análises
- 15 - Departamento de Química
- 16 - Departamento de Geociências
- 17 - Serviços de Documentação . Biblioteca
- 18 - Departamento de Ciências da Educação
- 19 - Instituto de Telecomunicações
- 20 - INESC
- 21 - Secção Autónoma de Comunicação e Arte
- 22 - Secção Autónoma de Eng.ª Mecânica, Secção Autónoma de Eng.ª Civil
- 23 - Pavilhão Polidesportivo
- 24 - Jardim de Infância e ATL
- 25 - Residência de Docentes
- 26 - Restaurante Universitário
- 31 - IDAD
- 32 - Associação Académica
- 33 - Residências de Estudantes

Figura 17 — Localização do *campus* universitário na área de expansão urbana de Santiago.

NOTA FINAL

É precisamente agora que eu sinto, na paisagem das marinhas, a presença do homem ausente

Costa e Melo; 1997; 152

Ao longo das páginas anteriores, tentámos mostrar como foram relevantes para a génese e consolidação de Aveiro as condições do sítio e a localização geográfica deste burgo. Quanto ao sítio, notámos que as características das formações geológicas dominantes nesta área do litoral conferiram a esta povoação uma topografia plana e uniforme. Aqui se implantaram alguns dos seus monumentos, ameaçados ou destruídos pelo tempo, mas nunca qualquer fortaleza de grandes dimensões. Apenas uma muralha que desde o século XIV envolveu o burgo mais antigo, protegeu a população local e as suas actividades contra o jugo dos salteadores.

Povoação rodeada por um vasto lençol de água e por diversos canais que a contornavam, estes serviram igualmente de limite à sua expansão e de local de convergência das actividades que contribuíram para o seu enriquecimento. Como ainda hoje é possível verificar através de um dos braços da *ria* que atravessa a cidade, um desses canais terá limitado, durante séculos, a povoação mais antiga, separando-a dos novos arrabaldes e das actividades que, na sua parte setentrional, se foram implantando.

Os traços anteriores, associados às condições locais que desde cedo favoreceram a pesca, e a exploração do salgado aveirense foram determinantes na consolidação das actividades portuárias, não obstante as dificuldades sentidas ao longo dos últimos séculos, por via do assoreamento e da mobilidade da barra. Estas condições manifestaram-se particularmente depois de uma fase de maior crescimento, que culminou no século XVI com a expansão da pesca e do comércio marítimo. Contudo não impediram o seu quase desaparecimento dado que só após a abertura definitiva da barra de Aveiro estas actividades se reacenderam, contribuindo para reactivar o complexo portuário e as actividades mais directamente ligadas ao tráfego marítimo.

Estes fenómenos repercutiram-se no crescimento da vila de Aveiro que, no dizer de M. Silva (1997; 169), se desenvolveu *pele aproveitamento de todos os recursos que lhe estavam ao alcance*, no aumento da sua população e na consolidação da sociedade aveirense que, mesmo nos períodos de crise, soube contar com a actividade agrícola, desenvolvida no seu termo, em solos constantemente enriquecidos, pertença de quintas afidalgadas. Estes acontecimentos deixaram marcas na evolução do aglomerado que mostra, igualmente, a implantação de diversos *núcleos de povoamento urbano* representados, nomeadamente, pelos conventos religiosos que em épocas diversas se foram construindo.

Com a construção do caminho-de-ferro, ainda longe do topo nascente da povoação, esta ganhou novo incremento através da implantação de novos bairros e indústrias, preenchendo posteriormente com residências, comércio e serviços o espaço intersticial circundante. Estas, as condições locais que tornaram Aveiro, situado *numa área de agricultura intensiva e elevada densidade rural* (O. Ribeiro; 1995; 38), num importante centro urbano do centro-litoral de Portugal, conhecido, no dizer do mesmo autor (ob. cit.; 37), pelo seu *porto de mar condenado... e grande centro de exploração de sal, como por toda a parte, em crise*.

Por sua vez, a ocupação recente do topo poente da povoação foi completado apenas nos nossos dias com a construção do *campus* universitário responsável, globalmente, pela implantação de outras infra-estruturas públicas sediadas neste centro urbano.

Por outro lado, a localização deste centro em relação aos principais eixos ferro e rodoviários do país, ou mesmo da Península Ibérica, continuam a alimentar as suas funções como cidade e a reforçar a sua importância como pólo urbano, industrial e portuário capaz de organizar um vasto *hinterland* que ultrapassa quaisquer dos limites administrativos que lhe queiramos determinar. Tal facto poderá justificar-se pelo seu passado remoto e características da sua população, pelo contributo das *navegações dos mediterrâneos e logo depois pelos normandos que aí deixaram marcas na miscigenação* (J. Gaspar; 1993; 79), ou já posteriormente pela sua participação em toda a empresa dos descobrimentos e de colonização portuguesas e ainda pela sua participação no comércio internacional e na emigração transoceânica.

De acordo com o mesmo autor (ob. cit.; 79), estes traços, que têm marcado a paisagem urbana, a sua evolução e actual crescimento, mantêm-se *nos genes das suas gentes e da sua urbanidade*, características fundamentais dos habitantes desta *cidade salgada*.

Razão tem Mons. João Gonçalves Gaspar (1997; 8) ao afirmar:

Os aveirenses habituaram-se à liberdade da ria e do mar, que moldou o seu espírito para outros anseios de cultura (...) cortar as suas asas seria algo de antinatural.

Habituaram-se também a viver da esperança quando, olhando o futuro, semeiam os campos ou quando, barra fora, saem para a faina; amarfanhar a sua esperança seria tirar-lhes aquilo que os conduz à certeza.

ÍNDICES

Figuras

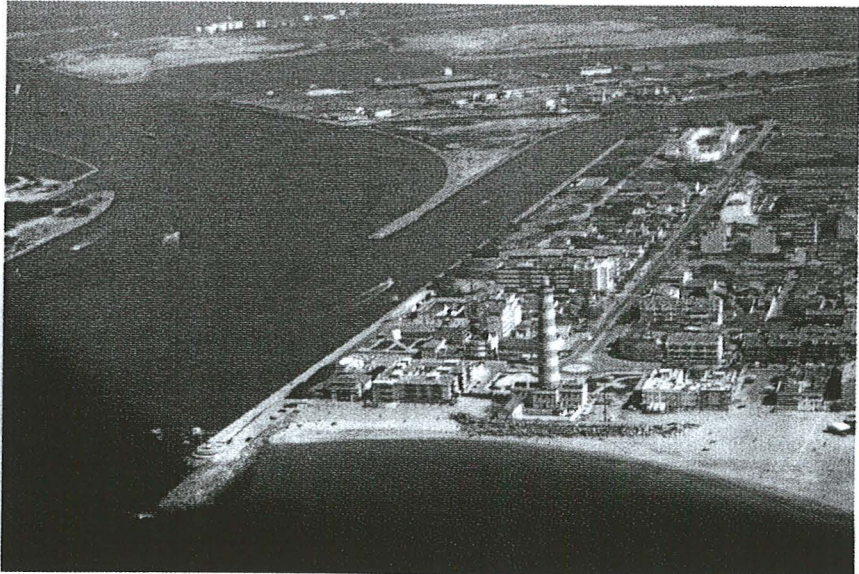
1	Fases da formação da <i>ria</i> de Aveiro -----	25
2	A Vila de Aveiro com as muralhas — sécs XV-XVIII -----	33
3	Situação da barra de Aveiro -----	45
4	Limites da cidade -----	51
5	Obras da barra -----	57
6	Porto de Aveiro: movimento de importação/exportação, por distrito — 1996 -----	72
7	Evolução da população nas freguesias urbanas -----	78
8	População residente nas freguesias do concelho -----	79
9	Estrutura etária da população residente — 1991 -----	82
10	Distrito de Aveiro: população por idades — 1991 -----	83
11	Trabalhadores da indústria transformadora no distrito de Aveiro — 1991 -----	86
12	Estrutura espacial das dependências pendulares — 1991 -----	91
13	Área de influência de Aveiro -----	93
14	Universidade de Aveiro: movimento de alunos -----	98
15	Evolução dos alunos matriculados na Universidade de Aveiro -----	99
16	Origem geográfica dos alunos da Universidade de Aveiro -----	105
17	Localização do <i>campus</i> universitário na área de expansão urbana de Santiago -----	109

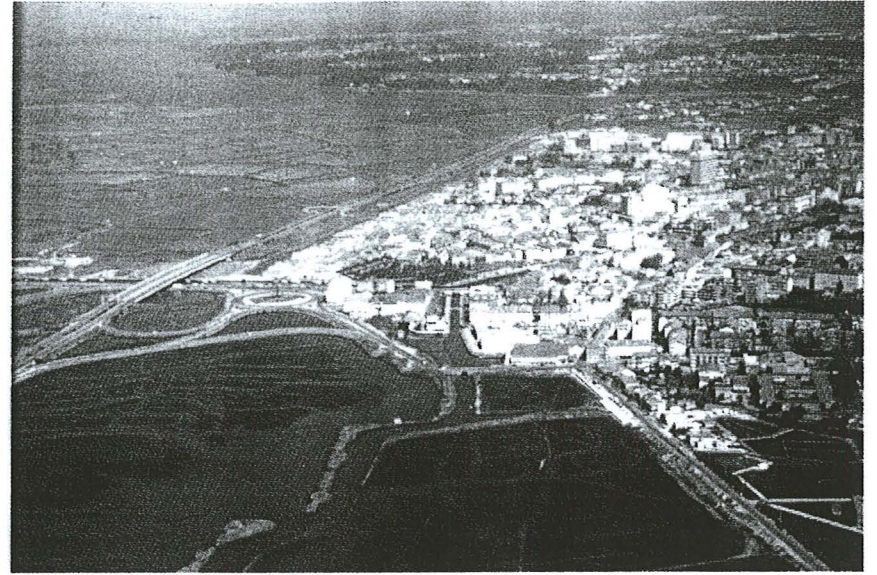
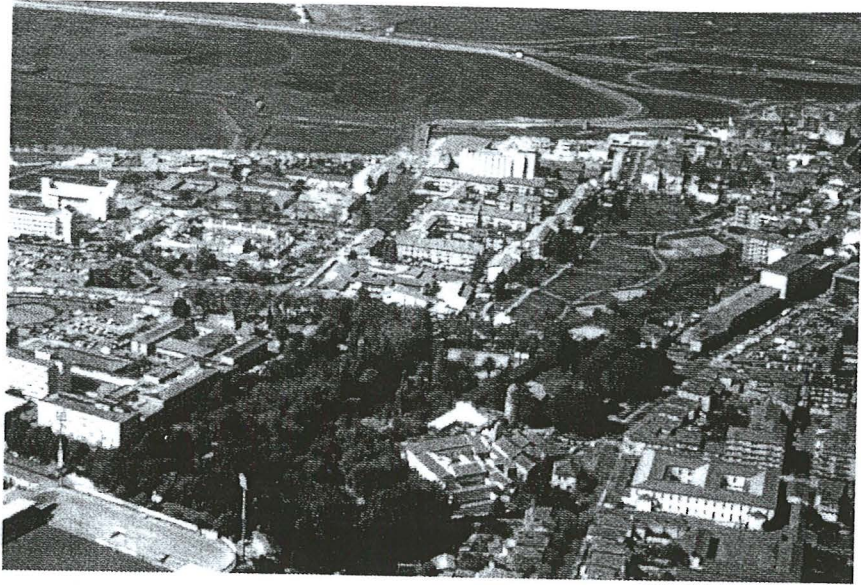
Quadros

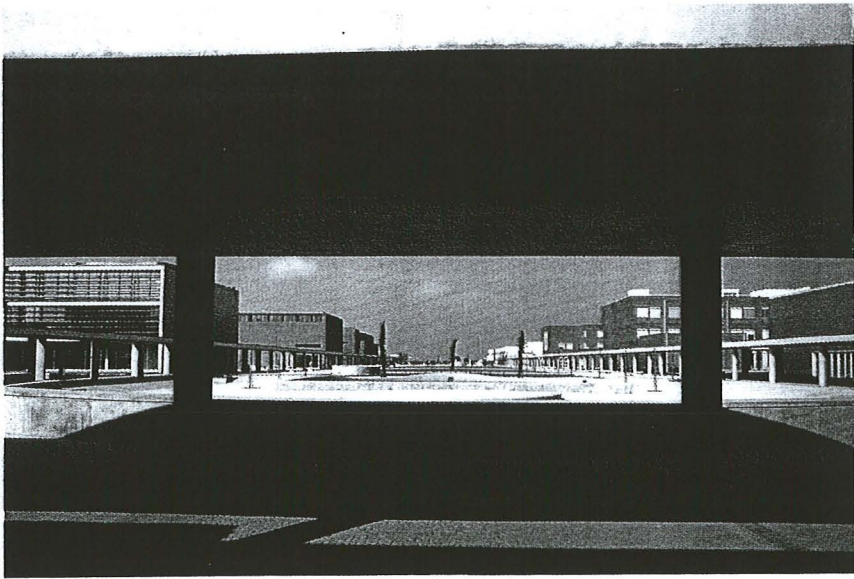
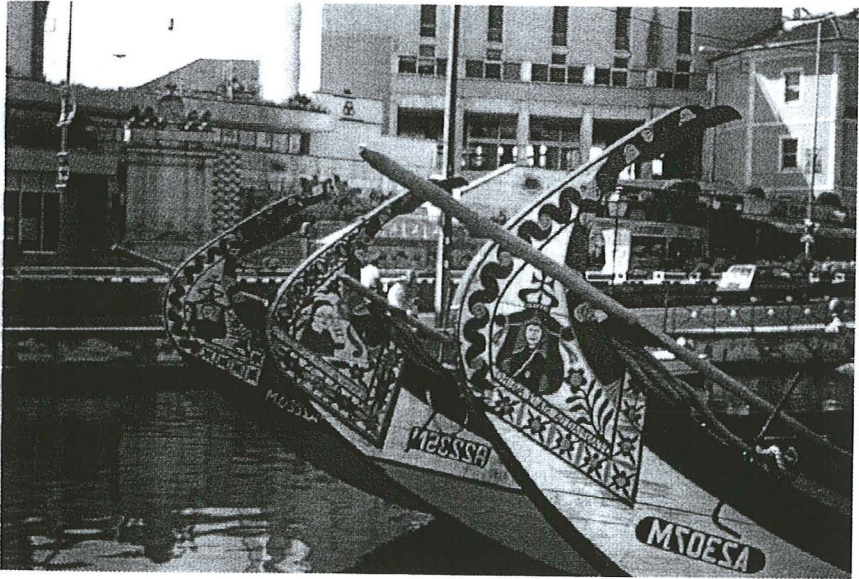
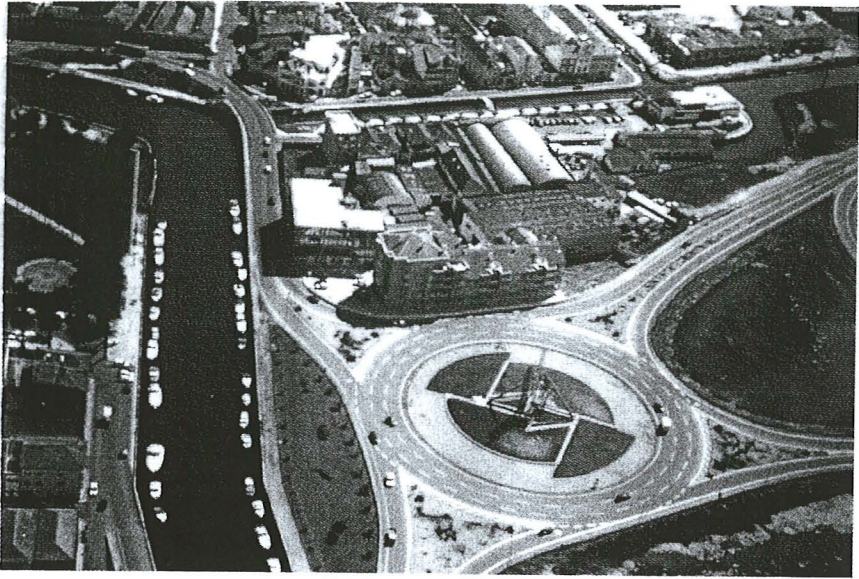
I	Estimativas da população -----	62
II	Movimento geral do porto de Aveiro -----	73
III	Repartição da população activa por sectores de actividade -----	81
IV	Concelho de Aveiro: explorações agrícolas e áreas (1991) -----	84
V	Indústria transformadora no concelho de Aveiro (1995) -----	85
VI	Deslocações a Aveiro: origem e motivos -----	90
VII	Crescimento humano na U. A. -----	97
VIII	Distribuição dos alunos por áreas de formação (1996/97) -----	103
IX	Distribuição dos alunos por domínios de formação -----	106

FOTOGRAFIAS









Fotografias

- I Muralhas de Aveiro (reconstituição)
- II Marinhas de sal
- III Entrada da barra de Aveiro
- IV O porto de Aveiro
- V Cidade antiga e *Vila Nova*: a contiguidade da mancha urbana
- VI De Santiago à cidade antiga, passando pelo Parque e pela baixa de St.º António
- VII Braço da *ria* e *cabedelo* da Costa Nova
- VIII A cidade e a ria — limite poente
- IX Os limites da cidade: Santiago e estrada nacional n.º 109
- X Os acessos a Aveiro: canal da cidade e acessos ao IP5
- XI *Ex-libris* de Aveiro: moliceiros no Canal Central
- XII *Campus* Universitário de Santiago
- XIII *Campus* Universitário

(Fotos gentilmente cedidas pela Região de Turismo da Rota da Luz)

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. (1964). Êxodo rural e atracção urbana no continente. In *Análise Social*, 7-8, pp. 511-573.
- AMARAL, A. [coord.] (1996). *Contributos para a Revitalização da Universidade em Angola*. Porto: Fundação Gomes Teixeira da Universidade do Porto.
- AMARAL, I. (1968). *Luanda (Estudo de Geografia Urbana)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- AMORIM, I. (1996). *Aveiro e sua Provedoria no Séc. XVIII (1690-1814) — Estudo Económico de um Espaço Histórico* (II vols.). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento — Policopiada).
- ARROTEIA, J. C. (1983). *Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa* (II vols.). Aveiro: Universidade de Aveiro (Dissertação de Doutoramento — Policopiada).
- (1984). Regionalização e descentralização do ensino em Portugal. In *Desenvolvimento Regional*, 19, 2.º semestre, pp.103-131. Coimbra: C. C. R. C.
- (1985). *A Evolução Demográfica Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve, n.º 93).
- (1986). *Figueira da Foz: a Cidade e o Mar*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- ARROTEIA, J. C.; MARTINS, A. M. (1997). *Inserção Profissional dos Diplomados pela Universidade de Aveiro: Trajectórias Académicas e Profissionais*. Aveiro: Universidade de Aveiro/ Departamento de Ciências da Educação (Policopiado).
- AUZELLE, R. (1964). *Plano Director da Cidade de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- BAPTISTA, Dr. J. (1989). *Reflexões sobre a Navegação do Rio Vouga — 1824*. Aveiro: Estante Editora.
- BARREIRA, M. (1996). O largo do Cojo, azenhas e ilhote. In *Boletim Municipal*, n.º 27, pp. 9-13. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- BLACHE, V. (1954). *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Edições Cosmos.
- BRAGA, A. M. O. (1995). Aveiro em 1847-1848, segundo um relatório do Governo Civil. In *Estudos Aveirenses*, n.º 5, pp. 191-206.
- BRAGA, C. L.; GRILLO, E. M. (1981). O ensino superior. In Silva, Manuela e Tamen, Isabel — *Sistema de Ensino em Portugal*, pp. 223-257. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BRANCO, V. (1993). *A cidade salgada*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro
- C. E. P. (1978). *Áreas de Influência dos Centros Urbanos: Fluxos Rodoviários, Transportes de Passageiros*. Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento (Estudos Urbanos e Regionais, 14).
- CAETANO, L. J. (1986). *A Indústria no Distrito de Aveiro*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro (C. C. R. C.) (2 vols.).
- CARNEIRO, R. (1988). *Educação e Emprego em Portugal: uma Leitura de Modernização*. Vol V de: *Portugal: os próximos 20 anos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- CHRISTO, A. (1989). *Capelas de Aveiro*. Aveiro: A. D. E. R. A. V.
- CHRISTO, A.; GASPAR, J. G. (1986). *Calendário Histórico de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- COSTA, Pe. A. C. (1708). *Corographia Portuguesea e Descripçam Topographica do Famoso Reyno de Portugal*. (II vols.) Lisboa: Of. de Valentim da Costa Deslandes.
- COSTA, A. (1930). *Diccionario Chorográfico de Portugal continental e insular*. (XII vols.). Vila do Conde: Typographia Privativa do Diccionario Chorográfico.
- COSTA, E. (1956). O terramoto de 1755 no distrito de Aveiro. Aveiro: *Arquivo do Distrito de Aveiro*. vol. XXII, pp. 40-87,117-138 e 167-207.
- MELO, C. (1997). *Memória de Aveiro em forma de saudades*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- CRAVIDÃO, F. D. (1992). *A População e o Povoamento da Gândara (Génese e Evolução)*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- CRUZ, V. (1996). *Anteplano de Urbanização de Aveiro*. Aveiro: Ventura da Cruz Planeamento.
- CUNHA, S. R. (1928). *O Porto de Aveiro*. In Neves, F. F. (coord), pp. 128-143.
- (1930). *Relance da história económica de Aveiro: soluções para o seu problema marítimo*. Aveiro: Imprensa Universal.
- (1959). *O Porto de Aveiro*. Aveiro: Tipografia A Lusitânia (2.ª edição).
- EVANGELISTA, J. (1971). *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos/INE.
- FIDALGO, M. (1994). O porto de Aveiro e a pesca do bacalhau: os primeiros séculos. *In Porto de Aveiro: Boletim Informativo* 8, pp. 7-13. Aveiro: JAPA.
- G. A. T. Aveiro (1987). *Equipamento Comercial da Zona Urbana de Aveiro*. Aveiro: G. A. T. Aveiro/Comissão de Coordenação da Região Centro/M. P. A. T./M. I. C.
- G. E. P. (1987). *Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Portugal: Cenários até 2005*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento — Ministério da Educação e Cultura.
- GALEGO, J.; DAVEAU, S. (1986). *O Numeramento de 1527 — Tratamento Cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/ Universidade de Lisboa.
- GASPAR, J. G. (s/d). *Universidade de Aveiro* (notas coligidas s/artigos publicados na imprensa local). Aveiro (Policopiado).
- (1964). *A Diocese de Aveiro*. Aveiro: Ed. da Cúria Diocesana de Aveiro.
- (1975). A liberdade em Aveiro. *In Aveiro e o seu Distrito*, n.º 19, pp. 14-40.
- (1988). *A princesa Santa Joana e a sua Época*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro (2.ª edição).
- (1997). *Aveiro na História*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- GASPAR, J. (1972). *A área de Influência de Évora — Sistema de Funções e Lugares Centrais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/Universidade de Lisboa.

- (1987). *Portugal, os Próximos 20 Anos*. vol I — *Ocupação e Organização do Espaço: Retrospectiva e Tendências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- (1993). *As regiões portuguesas*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território/S. E. P. D. R.
- GIL, V. M. S. (1976). Universidade de Aveiro, Presente e Futuro. *In Aveiro e o seu Distrito*. n.º 21, pp. 11-23.
- GIRÃO, A. A. (1922). *Bacia do Vouga — Estudo Geográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- (1941). *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.
- GOMES, M. (1875). *Memórias de Aveiro*. Aveiro: Tip. Commercial.
- (1899). *Subsídios para a História de Aveiro*. Aveiro: Typografia do Campeão das Províncias.
- J. A. R. B. A. (1932). *Porto de Aveiro — Obras de Melhoramento da Barra*. Aveiro: Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro.
- (1936). *Porto e Ria de Aveiro — Notícia sobre o seu Valor Económico*. Aveiro: Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro.
- LEAL, A. S. A. B. P. (1873). *Portugal Antigo e Moderno — Diccionario*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira y Companhia (XII vols.).
- LEMONS, J. P. (1996). *A Ria de Aveiro: um Olhar Resvés*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- LIMA, J. R. C. (1936). *Porto e Ria de Aveiro: Notícia sobre o seu Valor Económico*. Aveiro: Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro.
- LOURA, J. C. (1984). A barra de Aveiro — na História e no Progresso da Região. *In Boletim Municipal de Aveiro*, II, n.º 4, pp. 45-53.
- LOUREIRO, A. (1904). *Porto de Aveiro*. Lisboa: Imprensa Nacional (separata d'Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes).
- (1936). *Porto e Ria de Aveiro — Notícia sobre o seu Valor Económico*. Aveiro: Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro.
- LUCCI, L. F. L. S. (1918). *Estudos Geográficos (Alterações Litorais. A Ria de Aveiro)*. Lisboa: Typographia do Anuário Comercial.
- MADAHIL, A. G. R. (1935). Informações paroquiais do distrito de Aveiro de 1721. *In Arquivo do Distrito de Aveiro*, I, pp. 37-46, 325-332 e *Arquivo do Distrito de Aveiro*. II, 151-160.
- (1959). *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricas*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro (2 vol.).
- (1966). Impressões de Aveiro recolhidas em 1871. *In Aveiro e o seu Distrito*; n.º 2, pp. 48-56.
- MARQUES, A. H. O. (1976). *História de Portugal* (II vols.). Lisboa: Palas Editores.
- MARTINS, A. F. (1947). *A Configuração do Litoral Português no Último Quartel do Séc. XIV — Apostila a um Mapa*. Coimbra: Separata da Biblos; vol. 22.

- SOUSA, F. (1938). *O Porto de Aveiro*. Aveiro: Edição da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro.
- SOUSA, F. (1997). A população portuguesa nos inícios do séc. XIX. In *População e Sociedade*, n.º 2, pp. 7-75.
- SOUSA, J. F. C. (1940). Memória de Aveiro no séc. XIX. In *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VI, pp. 83-100, 177-202 e 259-277.
- SOUTO, A. (1923). *Origens da Ria de Aveiro*. Aveiro: Livraria Vieira da Cunha Editora.
- TAVARES, J. (1959). Aveiro e o seu progresso. In *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º XXV, pp. 55-63.
- TEIXEIRA, F. A. S. (1968). *O Bacalhau na Economia do Porto de Aveiro*. Coimbra (Dissertação de Licenciatura—Policopiada).
- U. A. (1995). *Linhas gerais para o plano plurianual (1995-1999)*. Aveiro: Reitoria da Universidade de Aveiro (Policopiado).
- (1997). *Guia da Universidade de Aveiro*. Aveiro: Universidade de Aveiro.